# Dedicatória

«À memória de Alfredo Simão da Silva o ser humano mais belo, agradável, justo e amigo para quem teve o prazer de se cruzar na sua vida»

A Guiné-Bissau é hoje um lugar melhor porque existiu um homem que lutou incansávelmente em torna-lo num lugar mais apeticivel para todos.

Infelizmente já não está entre nós, mas será sempre recordado como um grande homem que realizou grandes e valiosas obras na matéria da conservação da diversidade biológica e não só. Foi simplesmente o ser humano mais íntegro e honesto que algum dia conheci e isso tornou-o imortal no meu coração.

Descanse em paz e sinta orgulho do bem que fez e de todos os ensinamentos valiosos que deixou a mim em particular e a tantas outras pessoas que puderam privar contigo.

Até um dia!

# Agradecimentos

A presente dissertação é a materialização de uma conquista da qual fizeram parte algumas pessoas muito especiais, sem as quais não seria possível. Primeiramente, à Deus pelos dons e sabedoria.

Agradeço a Professora Doutora Manuela Morais e ao Professor Pedro Henriques por terem aceitado este desafio de orientar-me na elaboração da presente dissertação, pela disponibilidade e dedicação com o qual conduziram este trabalho.

A minha família pelo apoio incondicional nos momentos menos bons durante esta caminhada, principalmente ao meu irmão Edmilson Martins, pelas horas que dedicou a cuidar da minha filha para que eu pudesse deslocar-me a Évora, a minha mãe Maria Paula Oliveira pelo apoio moral e financeiro e a minha filha Núria, pelas horas de qualidade que perdeu, para que a mãe pudesse atingir a meta tão almejada.

Ao Professor Doutor Leopoldo Amado por ter apostado e acreditado em mim desde o primeiro momento. Ao Engº Daniel Rodrigues, que mais do que um orientador e mentor tem sido um amigo sem o qual não seria possivel finalizar este trabalho científico.

Ao Bucar Indjai, um fiel amigo e conselheiro, com quem pude contar em todos os momentos.

Aos colegas e amigos Aissa Regalla de Barros e Edinilson da Silva, pelas boas vibrações e por tudo que me ensinaram sobre a diversidade biológica e a sua conservação.

A equipa que realizou o estudo socioeconómico no âmbito de atualização do Plano de Gestão do Parque Nacional de Cantanhez da qual fiz parte. São eles Daniel Rodrigues, Herculano Nhaga, Júlio Soares, Yannick Vieira, Staurnino de Oliveira e aos motoristas do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas que nos acompanharam durante o periodo de trabalho de campo. Ao representante da UICN na Guiné-Bissau, Mestre Alfredo Smão da Silva pelo apoio e contributos imprescindíveis para a conceção deste trabalho.

Ao diretor do Parque Nacional Engº Queba Quecutá, ao diretor do programa Engº Abilio Rachid e ao diretor geral do IBAP Doutor Justino Biai, o meu muito obrigado pelas vossas preciosas contribuições. Ao Mestre Aliu Gomes o meu profundo agradecimento por ter respondido com prontidão e celeridade ao inquerito aplicado aos técnicos do ambiente.

Aos colegas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa - INEP que me transmitiram as boas vibrações: Arsénio Sami, Saico Djibril Baldé, Magda Pinto Bull e Nhaga Cobna Barreira.

Para finalizar, agradeço a todas as entidades guineenses que delicadamente cederam-me os materiais que serviram de suporte para elaboração deste trabalho e aqueles que gentilmente

aceitaram o meu convite para participar nas entrevistas aplicadas aos dirigentes e técnicos do ambiente, sem ao qual a riqueza deste trabalho não seria a mesma.

# Resumo

As Áreas Protegidas são territórios delimitados e geridos com o objetivo de conservar os seus recuros naturais. Mantendo o mais intato possível, o seu património natural (elementos ecológicos, históricos, geológicos e culturais). Os Parques Nacionais são categorias de APs mais conhecidos pela comunidade científica e pelo grande público.

As instituições que visam melhorar o desempenho das suas atividades, produtos, serviços,assim como as Áreas Protegidas têm ao seu dispor, referenciais normativos e voluntárias dos aspectos ambientais.

Como instrumentos normativos de aplicação voluntária encontram-se a ISO (International Organization for Standardization) 14001:2004 e o EMAS (Eco-Management and Audit Scheme).

Na presente dissertação pretende-se caraterizar socioeconomicamente o Parque Nacional de Cantanhez no sentido de explorar junto dos conservadores ambientais quais as suas motivações e benefícios bem como as principais dificuldades e constrangimentos verificados no que diz respeito à gestão dos recursos naturais do Parque Nacional de Cantanhez (PNC). Ainda estudar qual a melhor forma de conceber um sistema de gestão ambiental (SGA) ajustado às Áreas Protegidas.

Após uma revisão da bibliografia existente sobre a matéria em questão, nomeadamente o Plano de Gestão do Parque Nacional de Cantanhez 2008 e 2016, do relatório do estudo Socioeconómico e Ambiental realizado em 2018 e ao envio de questionários a vários atores intervenientes em áreas ambientais na Guiné-Bissau. Elementos que serviram de alicerces para a concepção da presente dissertação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Áreas Protegidas, Gestão Ambiental, Guiné-Bissau, Parque Nacional de Cantanhez, Socioeconómico.

# Abstract

**Socioeconomic characterization of the Cantanhez National Park, Guinea-Bissau: Contribution to an Environmental Management System**

The Protected Areas are territories delimited and managed with the objective of conserving their natural resources. Keeping as intact as possible, its natural heritage (ecological, historical, geological and cultural elements). National Parks are categories of APs best known by the scientific community and the general public.

Institutions that aim to improve the performance of their activities, products, services, as well as Protected Areas have at their disposal normative and voluntary environmental references.

As normative instruments of voluntary application are the ISO (International Organization for Standardization) 14001: 2004 and the EMAS (Eco-Management and Audit Scheme).

In the present dissertation it is intended to characterize the Cantanhez National Park socioeconomically in order to explore with the environmental conservationists what their motivations and benefits are, as well as the main difficulties and constraints regarding the management of the natural resources of the Cantanhez National Park (PNC). Also study how best to design an environmental management system (SGA) adjusted to Protected Areas.

After a review of the existing bibliography on the subject in question, namely the Management Plan of the Cantanhez National Park 2008 and 2016, the report of the Socio-economic and Environmental study carried out in 2018 and the sending of questionnaires to several actors involved in environmental areas in Guinea- -Bissau. Elements that served as the basis for the conception of this dissertation.

**KEYWORDS:** Protetect Areas, Environmental, Management, Guinea-Bissau, Cantanhez National Park, Socioeconomic.

# Índice geral

## Conteúdo

**Dedicatória** ..... i

**Agradecimentos** ..... ii

**Resumo** ..... iv

**Abstract** ..... v

**Índice geral** ..... vi

**Lista de Figuras** ..... viii

**Lista de quadros** ..... x

**Lista de abreviaturas** ..... xi

**Capítulo I – Enquadramento** ..... 1

1.1 Introdução ..... 1

1.2 Objetivos e questões de investigações ..... 3

1.3 Evolução do Sistema Nacional de Áreas Protegidas na Guiné-Bissau ..... 3

1.4 Organização da dissertação ..... 6

**Capítulo II – Guiné-Bissau e caracterização do Parque Nacional de Cantanhez** ..... 7

2.1 Localização e limites da área de intervenção ..... 7

2.2 Geologia e Geomorfologia ..... 10

2.3 Edafologia ..... 10

2.4 Hidrologia e Hidrografia ..... 11

2.5 Clima ..... 11

2.6 Biologia ..... 12

2.7 Fauna ..... 12

2.8 Flora ..... 13

**Capítulo III – Metodologia** ..... 16

3.1 Estratégias metodológicas ..... 16

3.2 Amostragens da população inquirida no Parque Nacional de Cantanhez e nas áreas limítrofes 2 km ..... 17

3.3 Amostragens dos técnicos ambientais ..... 18

**Capítulo IV Resultados** ..... 20

4.1- Caraterísticas socioeconómicas da população residente no Parque Nacional de Cantanhez (PNC) ..... 20

4.2- Percepções da população local sobre a biodiversidade no Parque Nacional de Cantanhez (PNC) ..... 28

4.3 – Percepções dos técnicos ambientais sobre o desenvolvimento sustentável do Parque Nacional de Cantanhez ..... 32

4.4 - Análise sociocultural e religiosa da população local ..... 38

4.5 - Estado do conhecimento da população local sobre aspectos institucionais ligados ao Parque Nacional de Cantanhez (PNC) ..... 40

**Capítulo V Desenvolvimento futuro** ..... 43

5.1 Diretrizes para desenvolvimento de um Sistema de Gestão Ambiental adequado às Áreas Protegidas. ..... 43

5.2- Sistema de Gestão Ambiental adequado à Áreas Protegidas ..... 45

5.3 - Requisitos e linhas de orientações para a implementação de um Sistema de Gestão Ambiental numa Área Protegida. ..... 48

**Considerações finais** ..... 51

**Referências bibliográficas** ..... 54

**Anexos** ..... 57

Anexo I Localização das aldeias/tabancas do Parque Nacional de Cantanhez e a 2 km limítrofes ..... 58

Anexo II Distribuição de amostra do estudo Socioeconómico e Ambiental ..... 59

Anexo III Ficha de inquérito quantitativo do estudo ..... 60

Anexo IV Guião de entrevistas semi-estruturadas ..... 68

Anexo V Guião de focus group ..... 69

Anexo VI Guião de entrevista aplicado aos técnicos do ambiente ..... 70

Anexo VII Transcrições das entrevistas semi estruturadas do Estudo Socioeconómico e Ambiental realizado no Parque Nacional de Cantanhéz e Áreas Limítrofes num Raio de 2 km. ..... 75

Anexo VIII Regulamento interno do Parque Nacional de Cantanhez ..... 144

# Lista de Figuras

Figura 1. Mapa de Áreas Protegidas da Guiné-Bissau (Fonte: IBAP, 2016) ..... 5
Figura 2. Localização geográfica da Guiné-Bissau (Fonte: Wikipedia, Agosto 2018).... 8
Figura 3. Localização geográfica do Parque Nacional de Cantanhez (Fonte: Plano de Gestão, Julho 2016) ..... 9
Figura 4. Mapa do Parque Nacional de Cantanhez (Fonte: AD - Ação para o Desenvolvimento, Julho, 2016). ..... 10
Figura 5- Formação para aplicação dos questionários (Fonte: Bucar Indjai, Abril 2018) ..... 16
Figura 6. Representação e distribuição dos assentamentos populacionais selecionados para amostra do estudo. ..... 18
Figura 7. Distribuição étnica dos inquiridos (Fonte: ESEA (Abril, 2018) ..... 20
Figura 8. Nível de escolaridade dos chefes de agregado familiar (Fonte: ESEA (Abril, 2018) ..... 21
Figura 9. A representatividade religiosa dos inqueridos (Fonte: Inquérito quantitativo do ESEA Abril, 2018) ..... 21
Figura 10. Atividades económicas complementares dos chefes do agregado familiar (Fonte: Inquérito quantitativo do ESEA Abril, 2018) ..... 22
Figura 11. Tipo de propriedades/hortas agrícolas (Fonte: Inquérito quantitativo do ESEA Abril, 2018) ..... 23
Figura 12. Outras culturas produzidas PNC e áreas limítrofes (Fonte: Inquérito quantitativo do estudo Socioeconómico e Ambiental Abril, 2018)..... 23
Figura 13. Tipo de criação de gado (Fonte: Inquérito quantitativo do estudo Socioeconómico e Ambiental (Abril 2018)..... 24
Figura 14. Principais atividades económicas desempenhadas pelas mulheres/esposas dos chefes de agregado familiar (Fonte: Inquérito quantitativo do estudo Socioeconómico e Ambiental Abril 2018) ..... 25
Figura 15. Formas de iluminação predominantes nas comunidades inqueridas (Fonte: Dados do inquérito quantitativo do estudo socioeconómico e ambiental Abril,2018)... 25
Figura 16. Tipos de agricultura praticados no PNC e 2 Km da área limítrofe (Fonte: Dados do inquérito quantitativo estudo socioeconómica e Ambiental Abril, 2018)..... 26
Figura 17. Jardim infantil comunitário em Catés e Escola de Canamine (Fonte: Bucar Indjai, Abril 2018). ..... 27
Figura 18. Classes lecionadas nas escolas localizadas no PNC e 2 Km limítrofes (Fonte: Dados do inquérito quantitativo estudo socioeconómico e ambiental Abril, 2018)..... 27
Figura 19. Distribuição das aldeias inquiridas (Fonte: Dados do inquérito quantitativo estudo socioeconómico e ambiental Abril, 2018) ..... 28
Figura 20. Aplicação das entrevistas semi-estruturadas (Fonte Bucar Indjai, Abril, 2018) ..... 29
Figura 21. Focus grupos com homens, mulheres e jovens em Lemberem, Gã Hode e Cassintcha (Fonte: Bucar Indjai, Abril 2018)..... 29
Figura 22. *Chromolaena odorata*, identificada no PNC durante um inventário florestal. ..... 31
Figura 23. Lista de actividades realizadas em matos e sítios sagrados (Fonte: Inquéritos quantitativos do ESEA, Abril 2018)..... 40
Figura 24. Autoridades para os matos/sítios sagrados Fonte: Dados do inquérito quantitativo do Estudo Socioeconómico e Ambiental, Abril (2018). ..... 40
Figura 25. Uso inadequado dos recursos naturais no PNC (Fonte: ESEA, Abril 2018). 41

# Lista de quadros

Quadro 1 Sumário do Processo de criação de Áreas Protegidas (Fonte: IBAP, 2016) .... 4
Quadro 2 - Caracterização Sumária das Áreas Protegidas na Guiné-Bissau (Fonte: IBAP, 2016). ..... 5
Quadro 3 - Principais atividades económica do chefe do agregado familiar (Fonte: Inquérito quantitativo do ESEA Abril, 2018). ..... 22
Quadro 4 - Meios de transporte utilizados para o acesso a diferentes localidades (Fonte: Dados do inquérito quantitativo estudo socioeconómico e ambiental Abril, 2018)..... 26
Quadro 5 - Ciclo de Deming ou ciclo PDCA (Fonte: Wikipédia, Janeiro 2019) ..... 46

# Lista de abreviaturas

**AAAC** - Autoridade de Avaliação Amabiental Competente
**AD** - Ação para o desenvolvimento
**AF** - Agregado familiar
**CBD** - Concenção sobre a Diversidade Biologica
**CNUMAD** - Conferência das Nações Unidas para o Meio e o Desenvolvimeno
**CEATA** - Centro Estudo Ambiental e de Tecnologia Apropriada
**CITES** - Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Silvestres Ameaçadas de Extinção
**CFC** - Clorofluorcaboneto
**CEE** - Comunidade Económica Europeia
**ESEA** - Estudo Socioecomico e Ambiental
**EMAS** - Eco-Management and Audit Scheme
**GEE** - Gases de Efeito de Estufa
**GEO** - Global Environment Outlook
**IBAP** - Intituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas
**INEP** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
**IUCN** - World Conservation Union ou União Internacional para Conservação da Natureza
**INE** - Instituto Nacional de Estatistica
**ISO** - International Organization for Standardization
**MDM** - Metas do Milénio
**ONG** - Orgaização não-governamental
**ONU** - Organização das Nações Unidas
**ODS** - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
**OCDE** - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
**ONG`S** - Organismos não-governamentais
**POL`s** - Parceiros Operacionais Local
**PNC** - Parque Nacional de Cantanhez
**PNO** - Parque Nacional Orango
**PNTC** - Parque Natural de Tarafes de Cachéu
**PNLC** - Parque Natural das Lagoas de Cufada
**PNMJVP** - Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão
**SIG** - Sistema de Informação Geografico
**SGA** - Sistema de Gestão Ambietal
**SNAP** - Sistema Nacional de Áreas Potegidas
**UNFCCC** - United Nations Framework Convention on Climate Change ou Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
**USB** - Unidade Saúde de Base
**US** - Unidade de Saúde
**UNECE**- Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa
**REDD+** - Redução de emissões (Gases de Efeito de estufa) por Desflorestação e Degaradação Florestal

# Capítulo I – Enquadramento

## 1.1 Introdução

A Lei-Quadro das Áreas Protegidas da república da Guiné-Bissau (Decreto-lei nº 3/97) e (Decreto-lei nº 5-A/2011), aprovou a criação das seguintes categorias de áreas protegidas: parques nacionais, parques naturais, reservas naturais, perímetros de meio ambiente sensível, santuários ecológicos e florestas sagradas, além de reconhecer categorias provenientes de tratados internacionais assinados pelo país. Ainda define as APs no contexto Guineense como sendo "superfície de terra e/ou do mar, especialmente voltada à protecção e conservação da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais, gerida através de instrumentos jurídicos ou outros igualmente eficazes", e determina que as categorias de áreas protegidas do país passam a ser: Parques nacionais, Reserva naturais integrais, Zonas de natureza selvagem, Monumentos naturais, Áreas administradas para o habitat e as espécies, paisagens terrestres ou marinhas protegidas, Áreas protegidas de recursos naturais administrados, Áreas protegidas comunitárias, Florestas ou sítios sagrados, Reserva da biosfera - categoria proveniente do direito internacional (Programa Homem e Biosfera da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura-UNESCO).

O presente trabalho tem como objectivo contribuir para a caraterização do estilo de vida da população residente no PNC e na área limitrofre há 2 km e incentivar a conceção dum Sistema de Gestão Ambiental (SGA) que seja compatível com o Plano de Gestão já existente nas Áreas Protegidas na Guiné-Bissau em particular no Parque Nacional Cantanhez (PNC). Tendo em conta o elevado grau de importância dos valores ambientais nas APs, pretende-se dar uma especial atenção à melhoria contínua da qualidade dos recursos naturais, bem como a conceção e a implementação dum Sistema de Gestão Ambiental que possa impulsionador uma melhor gestão das APs no sentido de atingir o objetivo proposto.

Uma instituição cujo objetivo é melhorar o seu performance a nível ambiental deve adotar um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), pra além de ser um instrumento voluntário, poderá contribuir significativamente para a melhoria contínua e qualidade de gestão dos aspectos ambientais do parque,incorporando a política ambiental (Naviglio, 2001a).

Desde o incio da criação do Sistema Nacional de Áreas Protegidas até ao atual momento não se verificou a implementação de um SGA associado a nenhuma AP. De acordo com alguns estudos realizados sobre a situação socioeconomica e ambiental do PNC, aponta para a

necessidade de uma mudança de paradigma no que diz respeito a forma de gestão dos recursos nas APs.

A implementação da norma ISO 14001 como um SGA nas Áreas Protegidas poderá promover a criação dum sistema de gestão que seja flexível e adaptavel, que possa ser integrado com práticas já existentes sem comprometer a eficácia do Plano de Gestão do Parque Nacional de Cantanhez. Esta iniciativa poderá ser alargada a todo o Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP), ou seja, a todas as APs, não se cingindo apenas ao PNC,embora adaptando-se as caraterísticas de cada AP.

Após a revisão da literatura, foi possível aprofundar as vantagens da certificação ambiental das APs, tais como: uma visão mais correcta de apropriação dos valores ambientais da AP; uma melhoria da qualidade ambiental a nível do território; um melhor funcionamento dentro das APs; apropriação de um mecanismo importante de apoio para futuros eventos que possa vir a ocorrer no parque (e.g:.uma planificação territorial, permitindo a sua realização com maior eficiência e eficácia) e uma melhoria da relação e troca de sinergias entre as instituições presentes no Parque.

De acordo com a comunidade científica nos últimos anos temos assistido a uma perda significativa de diversas formas de vida, e estima-se que esta tendência continuará nos anos vindouros, neste sentido torna-se imperativo a adopção de medidas e ações mitigadoras. A criação das APs é sem dúvida uma estratégia poderosa para a proteção do ecossistema e da biodiversidade, mas também de modos e hábitos de vida, como tal o seu papel revela ainda maior relevância e importância na matéria de conservação.

Contudo, a sua eficácia e cumprimento dos objectivos para os quais foram criadas, apenas serão atingidos caso atividades resultantes da sua conservação das APs não não resultem em impactes negativos que possam alterar a qualidade do meio ambiente em questão. Por outro lado, para que estas APs possam atingir os objetivos pelo qual foram criadas, torna-se necessário investir numa gestão mais integrada e participativa. A União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) reconheceu que a gestão ineficaz duma AP é sem dúvida uma ameaça para o sucesso da conservação *in situ*. Neste sentido, pode-se constatar a importância da implementação de um SGA, pois este mecanismo poderá contribuir não só para corrigir os problemas existentes, assim como proporcionar um novo estilo de gestão, aumentando assim a sua eficácia.

## 1.2 Objetivos e questões de investigações

Perante o exposto e perante a diversidade étcnica da população residente no Parque Nacional de Cantanhez e há dois (2) km limitrofres constatou-se que existe uma grande necessidade de aprofundar várias questões, que ao longo da dissertação pretendende-se responder sendo as principais:

- Caracterização socioeconómica do Parque Nacional de Cantanhez e dois (2) km das zonas limítrofes;
- Pretende-se determinar os indicadores objetivos sobre a qualidade de vida e bem-estar da população residente e 2 km limítrofes e a mudança da percepção dos residentes em termos da conservação da biodiversidade e o seu uso sustentável;
- Inventariar os recursos da biodiversidade e ecossistemas existentes e o seu estado de conservação;
- Determinar as áreas atuais das dezasseis (16) florestas húmidas objetos principais de medidas de protecção e conservação no PNC;
- Caracterizar os sistemas de produção vigentes, as infraestruturas sociais de base, os circuitos comerciais, o ensino, a saúde e a governação;
- Identificar e cartografar os sítios sagrados existentes e descrever sucintamente a contribuição desses sítios na conservação dos ecossistemas envolventes;
- Proceder a recolha de informações objetivas e pertinentes que permitam uma melhor planificação, execução, seguimento e avaliação dos diferentes componentes do PNC,
- Verificar quais os principais impactes resultantes de atividades desenvolvidas no parque.

## 1.3 Evolução do Sistema Nacional de Áreas Protegidas na Guiné-Bissau

Com a criação do Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP) permitiu um avanço considerável no processo da conservação e na matéria de utilização racional dos recursos naturais no país, cuja materialização traduziu-se na criação de parques temáticos na zona marinha e costeira, além da extensão do SNAP à zona terrestre, permitindo que mais de 26% do território nacional faça parte das áreas de conservação, o que faz da Guiné-Bissau um dos poucos países na Africa Ocidental a materializar os acordos, Convenção da Diversidade Biológica (CDB), COP 10 e 2020 Aichi, ultrapassando largamente os 17% previstos inicialmente. Quadro 1, representa uma retrospetiva do processo da criação de Áreas Protegidas.

**Quadro 1 Sumário do Processo de criação de Áreas Protegidas (Fonte: IBAP, 2016)**

| ANO | EVENTO |
|---|---|
| **1978** | Primeiro inventário Florestal |
| **1988** | Projecto de planificação Costeira/Inicio de engajamento da UICN |
| **1988** | Início do inventário da fauna e inquérito socioeconómico |
| **1990** | Proposta da criação de uma rede de Áreas Protegidas continentais |
| **1991** | Estudos biológicos e socioeconómicos/proposta de zonagem da RBABB e do Parque Nacional de Orango |
| **1992** | Apresentação do dossier Bolama-Bijagós durante o IV congresso dos Parques |
| **1992** | Início do processo de negociação com todas as partes interessadas/ implicadas para na criação do Parque nacional de Orango e do Parque Natural das Tarrafes de Cachéu |
| **1996** | Reconhecimento pela UNESCO da Biosfera do Arquipélago de Bolama e Bijagós e conferência internacional sobre o tema |
| **1997** | Criação do Parque Natural e Orango, Parque Natural das Lagoas de Cufada e Parque Natural das Tarrafes de Cachéu. |
| **2000** | Reconhecimento oficial do Parque Nacional Marinho João Vieira e Pilão, Parque Nacional de Orango, Parque Natural das Lagoas de Cufada e Parque Natural das Tarrafes de Cachéu. |
| **2001** | Cerimónia "Dom a Terra" para Parque Nacional Marinho de João Vieira e Polão |
| **2004** | Início do projecto de PGBZCGB e a criação do IBAP |
| **2005** | Criação e reconhecimento oficial da Área Marinha Protegida Comunitária-das Ilhas de Urock |
| **2008** | Criação e reconhecimento do Parque Nacional de Cantanhez |
| **2011** | Início do processo de extensão do Sistema nacional das Áreas Protegidas |
| **2012** | Apresentação da candidatura do reconhecimento do Arquipélago dos Bijagós como Sítio de Património Mundial Misto |

Atualmente, a Guiné-Bissau conta com um Sistema Nacional de oito (08) Áreas Protegidas (não incluindo a Reserva de Biosfera Arquipélago de Bolama e Bijagós, ainda foi não classificada pela legislação nacional), com uma superfície total de cerca de 952 000 ha (Figura 2). Mais de um quarto desta área corresponde a setores marinhos, incluindo mangais, bancos entre marés e águas marinhas pouco profundas (geralmente com menos de 10m). Quatro destas áreas têm uma forte componente marinha: Parque Nacional de Orango (PNO); Parque nacional de João-Vieira Poilão (PNMJVP); Área Marinha Protegida e Comunitária das ilhas de Urok; e Parque Natural dos "Tarrafes" de Cacheu (PNTC). Contrariamente, o Parque Natural das Lagoas de Cufada (PNLC) tem como objetivo a proteção de lagoas interiores e de ecossistemas florestais; e o Parque Nacional de Cantanhez (PNC) tem por vocação a conservação de florestas sub-húmidas, e uma área de "tarrafe" significativa. O Sistema Nacional das Áreas Protegidas conta ainda com as recém-criadas áreas: o Parque Nacional do Boé e o Parque Nacional de Dulombi (que incluem três corredores), em zonas de savanas arborizadas e florestas secas. No quadro 2, apresentam-se uma caracterização sumária das referidas Áreas Protegidas em Guiné-Bissau.

**Quadro 2 - Caracterização Sumária das Áreas Protegidas na Guiné-Bissau (Fonte: IBAP, 2016).**

| Designação do parque | Ano de criação | Superfície terrestre (hectares) | Superfície marítima (hectares) | Superfície total (hecta-res) |
|---|---|---|---|---|
| Parque Nacional Das Ilhas de Orango | 1997 | 26 000 | 132 200 | 158 200 |
| Parque Natural dos Tarrafes de Cachéu | 1997 | | | 88 615 |
| Parque Natural das Lagoas de Cufada | 1997 | | 48 000 | 89 000 |
| Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão | 2005 | 1 500 | 39 000 | 49 500 |
| Área Protegida Marinha Comunitária das Ilhas de Urok | 2008 | 14 700 | | 54 500 |
| Parque Nacional de Cantanhez | 1997 | | | 105 800 |
| Parque Nacional do Boé | 2017 | 105 370 | | 105 370 |
| Parque Nacional de Dulombi | 2017 | 160 100 | | 160 100 |
| Corredor de Tchetche | 2017 | 49 922 | | 49 922 |
| Corredor de Xitole | 2017 | 36 162 | | 36 162 |
| Corredor de Cuntabane-Quebo | 2017 | 55 003 | | 55 003 |
| **Área total** | | | | **952 172** |

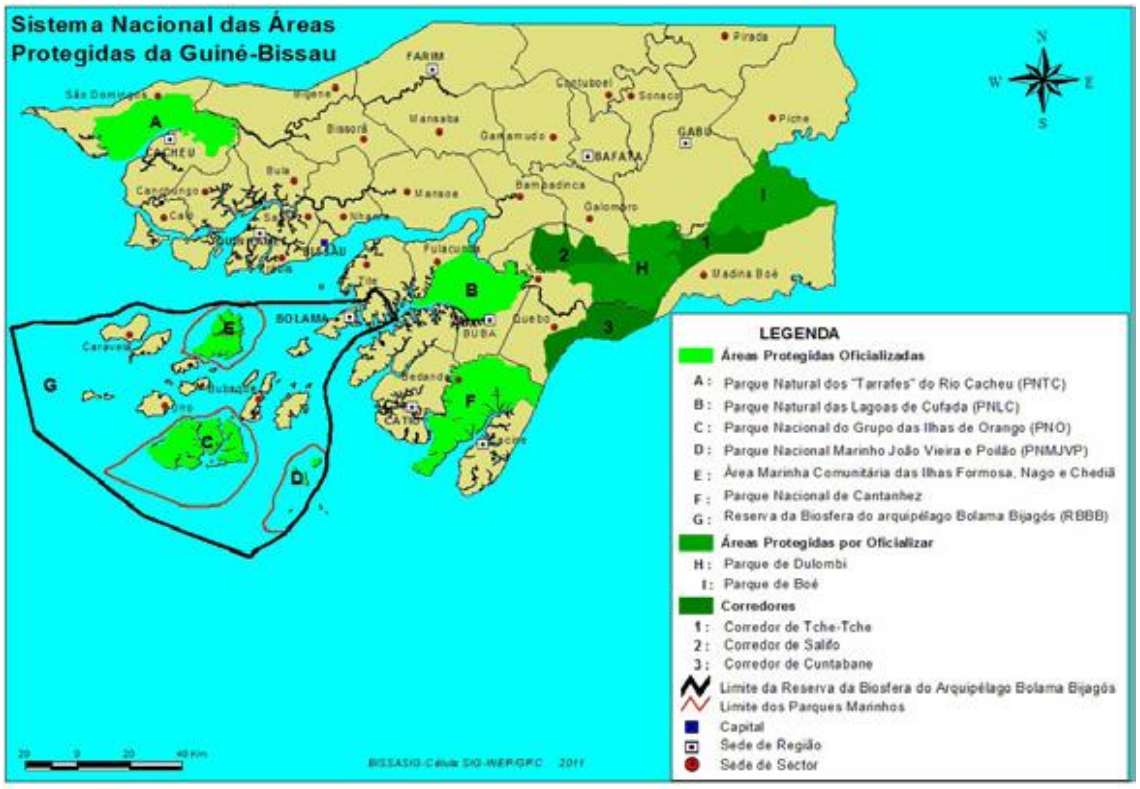



**Figura 1.** **Mapa de Áreas Protegidas da Guiné-Bissau (Fonte: IBAP, 2016)**

## 1.4 Organização da dissertação

A presente dissertação é estruturada em Cinco (5) capítulos que se organizam em sub-capítulos.

I capítulo, é dedicado ao enquadramento, que começa com uma breve introdução, de seguida apresentam-se os objetivos fundamentais, bem como as questões de investigação desta dissertação.

De seguida é feita uma caraterização geral do país, das Áreas Protegidas, da sua evolução e situação atual do Sistema Nacional de Áreas Protegidas na Guiné-Bissau.

O capítulo II foca-se na caraterização geral do Parque Nacional de Cantanhez, principalmente, dos aspetos físicos e Bióticas do parque.

Capítulo III, neste capítulo é feito a descrição, à análise dos resultados alcançados a partir dos questionários aplicados a população local.

No capítulo IV, apresenta-se a metodologia seguida para a realização do estudo que serviu de base para a elaboração deste trabalho e procede-se a análise dos dados recolhidos a partir dos inquéritos quantitativos aplicados à população residente no Parque Nacional de Cantanhez e na área limítrofe a 2 km do Parque bem como a análise dos inquéritos aplicados aos técnicos ambientais.

No V capítulo, é descrito as diretrizes, linhas de orientações a ter em conta, bem como os passos a dar para implementação dum Sistema de Gestão Ambiental que se adeque às Áreas Protegidas.

# Capítulo II – Guiné-Bissau e caracterização do Parque Nacional de Cantanhez

## 2.1 Localização e limites da área de intervenção

Guiné-Bissau, oficialmente República da Guiné-Bissau, é um país da África Ocidental que faz fronteira com o Senegal ao Norte, Guiné (Guiné-Conacri) ao sul e ao leste e com o Oceano Atlântico a Oeste (Figura 1). O território guineense abrange 36.125 $Km^2$, com uma população estimada de 1, 6 milhão de pessoas (censo de 2009 para estimativa do ano 2017). A Guiné fazia parte do Gabú, bem como parte do Império do Mali. Partes deste reino persistiram até ao século XVIII. No XIX, a região foi colonizada e passou a ser designada por Guiné Portuguesa. Após a independência, declarada em 1973 e reconhecida em 1974, o nome de sua capital, Bissau, foi adicionada ao nome do país para evitar confusão com a Guiné (a antiga Guiné Francesa). Foi a primeira colónia portuguesa no continente africano a ter sua independência reconhecida por Portugal. O produto interno bruto (PIB) per *capita* do país é um dos mais baixos do mundo. A Guiné-Bissau é membro da União Africana, Comunidade Económica do Estados da África Ocidental, Organização para a Cooperação Islâmica, União Latina, Comunidade de Países de Língua Portuguesa, Francofonia e da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.

De acordo com o quadro da Lei de Base do Ambiente da República da Guiné-Bissau, foram estabelecidas as bases das políticas e ações sobre o ambiente na República da Guiné-Bissau (artigo 1º). A presente lei tem como objectivo a definição das bases legais para uma utilização e gestão correta do meio ambiente e dos seus componentes, com vista à materialização de uma política de desenvolvimento durável do país (artigo 2º). Para a prossecução desta linha de pensamento foram criadas várias zonas de conservação dentro do território nacional, designada por rede de Áreas Protegidas com uma cobertura nacional inicial de 12,2%.

A rede das áreas protegidas abriga as populações de espécies raras e/ou emblemáticas protegidas de importância global e regional. Estando distribuídas de forma equilibrada, tendo em conta as diferentes unidades biogeográficas representativas dos ecossistemas naturais e da diversidade biológica do país, nomeadamente meio marinho e terrestre, zonas húmidas e mangais. Estabelece zonas de protecção ou de gestão particular, permitindo a conservação da biodiversidade e favorecendo a reprodução das espécies exploradas no exterior das áreas protegidas (decreto-lei nº5 – A/2011, Boletim oficial da Republica da Guiné-Bissau).

**Figura 2. Localização geográfica da Guiné-Bissau (Fonte: Wikipedia, Agosto 2018)**

Ao abrigo da Lei-Quadro de Áreas Protegidas, as florestas do território de Cantanhez passaram a ser designadas por Parque Nacional de Cantanhez (PNC) e oficializado a 19 de Março de 2008 pelo Conselho de Ministros, através do Decreto-lei nº 14/2011 de 22 de Fevereiro, publicado no Boletim Oficial nº8. O parque coincide em termos geográficos ao Sector de Bedanda da Região de Tombali, abrangendo também partes dos territórios dos Sectores de Quebo e Cacine, com uma superfície de 1067,67 $Km^2$, que tem como os limites naturais a Ria de Cacine e o Oceano Atlântico a Este, o Rio Balana a Norte e a Oeste pelo Rio Cumbijã.

As coordenadas geográficas abaixo delimitam o território do Parque Nacional de Cantanhez:

- 11º 14’ 50’’ N e 14º 49’ 40’’ W;
- 10º 52’ 15” N e 15º 15’ W;
- 11º 02’ N e 15º 19’ W;
- 11º 25’ 02” N e 14º 43’ W;
- 10º 20’ 08” N e 14º 46’ 10” W; E;
- 11º 14’ 50” N e 14º 49’ 50” W.

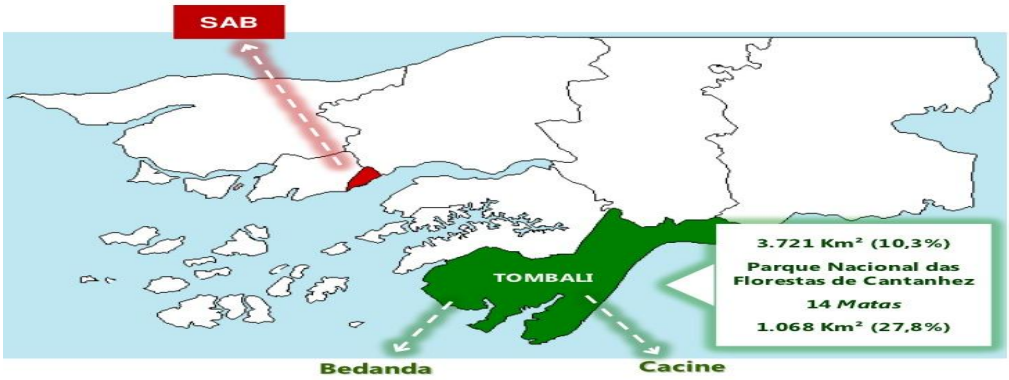



**Figura 3.** **Localização geográfica do Parque Nacional de Cantanhez (Fonte: Plano de Gestão, Julho 2016)**

Cantanhez é uma das últimas zonas do país onde ainda subsistem formações de florestas densas subhúmidas, a semelhança de apenas alguns países da Africa Ocidental, nomeadamente República da Guiné-Conakry, a Serra Leoa e a Libéria. Essas formações vegetais são caraterizadas por apresentarem estrato arbóreo de grande porte e com uma nítida estratificação vertical, onde frequentemente ocorrem as espécies como: *Ceiba pentendra, Parinaria excelsa, Sterculia africana, Syzigium guineense, Guibourtia copalifera, Alstonia congensis e também desenvolvem as espécies como Hunteria elliotii, Strombosia pustulata, Xylopia aethiopica* e diferentes espécies de *lianas*, tais como: *Saba senegalensis, Landolphia heudelotii, Alchornia cordifólias* e entre outras.

O relevo é essencialmente composto por terras baixas com altitudes inferiores a 50 metros do nível do mar, recortado por estuários de água salobra, com uma importante cobertura vegetal composta por formações florestais densas e húmidas, florestas secundárias ou degradadas, uma extensa cobertura do mangal, savanas arbustivas e herbáceas da linha de costa com a influência da maré que obedece a um perfil topo sequencial que geralmente coincide com a faixa ocupada pela floresta de palmares naturais (*Elaeis guineensis*).

Em termos de superfícies da cobertura vegetal, existem 3 747 ha de palmeirais, 12 643 de florestas subhúmidas, 6 227 de florestas secas e semi secas, 8 576 de florestas degradadas, 4 753 de savanas arbustivas do litoral, 25 104 de savanas herbáceas, 22 765 de mangal e 1 419 de tanes (herbáceas costeiras). A floresta, savana, floresta tropical semiárida e as gravemente ameaçadas florestas tropicais primárias altas são um lar de espécies de importância global ameaçadas e em perigo que são típicos do Mosaico Florestal da Savana da Guiné e desempenham um papel crítico como corredores biológicos e rotas de migração para os grandes mamíferos, razão pela qual o PNC foi criado, no intuito de proteger não só as manchas florestais semihúmidas, como também os habitats da fauna e da flora que as diferentes ecologias

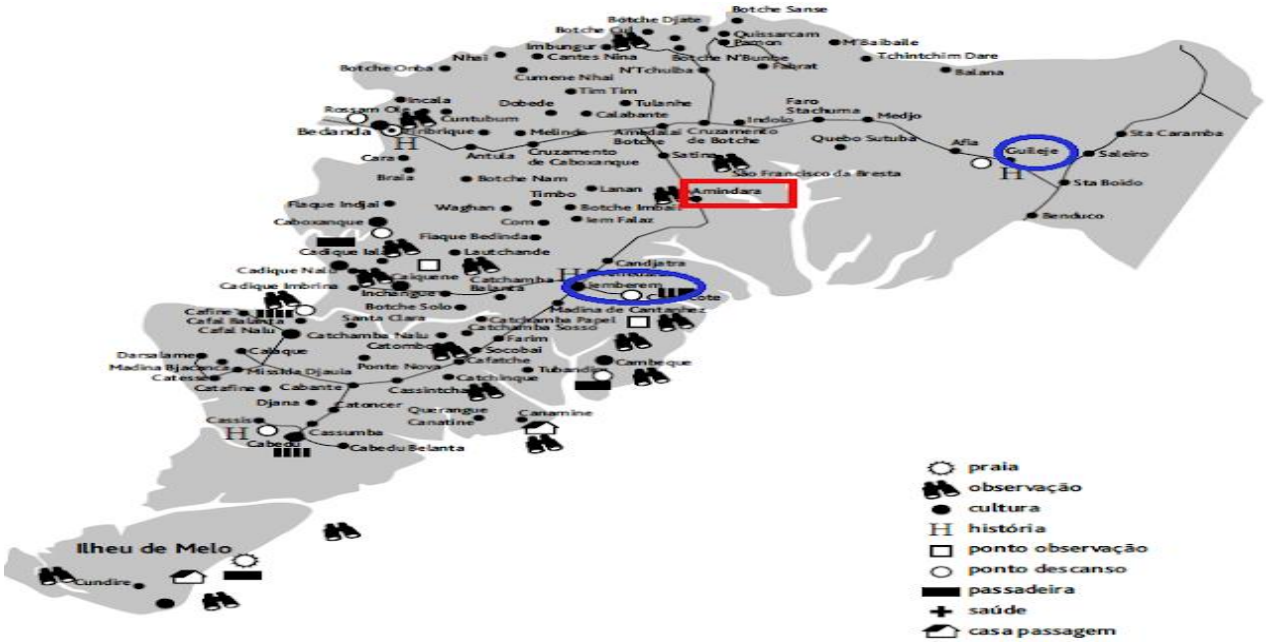



**Figura 4.** **Mapa do Parque Nacional de Cantanhez (Fonte: AD - Ação para o Desenvolvimento, Julho, 2016).**

## 2.2 Geologia e Geomorfologia

O território do Parque Nacional de Cantanhez é constituído por uma série de digitações de terra com uma altitude inferior a 50 metros, cortado por estuários de água salobra, com uma cobertura vegetal importante, composta por formações florestais densas e húmidas, florestas secundárias degradadas, uma extensa cobertura do mangal, savanas arbustivas e herbáceas, tanes herbáceos e nús, além dum palmeiral tradicional vasto.

## 2.3 Edafologia

Atualmente, a cobertura do solo da área do Parque Nacional de Cantanhez, seja natural, semi-natural ou artificial, resulta essencialmente das condições edafoclimáticas locais e do historial de intervenção humana. Não havendo grandes variações em relação à pluviosidade, o tipo de solo e a altimetria são os fatores naturais que determinam em grande parte a distribuição da vegetação natural. Assim, as grandes manchas de florestais encontram-se associadas a ferrasolos e a altitudes mais elevadas, enquanto as lalas, mangais e bolanhas ocorrem nas

zonas de costas mais baixas, em que os solos predominantes são os fluvissolos e em menor escala os gleissolos.

Podem-se encontrar os seguintes tipos de solo no PNC:

- Fluvio-marinhos - normalmente são solos de boa fertilidade, com um PH elevado e com um bom conteúdo em argila, associados à cultura do arroz de mangal;
- Solos ferralíticos – solos com uma textura arenosa- argilosos associados os culturas de planalto;
- Solos gley associados aos vales superiores normalmente destinados as culturas típicas dos pequenos vales;
- Solos (arenosos de formação aluvial e coluvial, normalmente associados aos vales superiores e as zonas costeiras.).

## 2.4 Hidrologia e Hidrografia

O PNC possui uma bacia hidrográfica, constituída pelos principais cursos de água que limitam o Parque, associados a uma vasta rede de diferentes bocanas e canais de água salobra de acesso as diferentes localidades, tanto na vertente Ria de Cacine, como do Cumbijã. A exceção do Rio Balana que é de água doce numa grande extensão, antes de desaguar no Rio Cumbijã.

## 2.5 Clima

O clima no PNC é do tipo marítimo, com duas estações distintas, designadas por época ou estação de seca, que vai de Novembro a Maio e a de chuva que começa em Maio e termina no mês de Outubro, as amplitudes térmicas são constantes e a pluviometria é bastante elevada (2000 mm).

De acordo com alguns estudos, apontam os sistemas agrários da península de Cubucaré, como o principal indicador do sistema de cultura de arroz, que evidência a estratégia alimentar dominante na região. Com base na orizicultura, foram identificados três tipos de sistemas agrários, a salientar: bolanha salgada, planalto e misto.

O sistema de bolanha salgada ocupa sensivelmente a zona noroeste da área em estudo, de relevo bastante suave, cujos solos são predominantemente fluvissolos e ferrasolos. A etnia

maioritária nesta região é a Balanta, que tem como principal atividade agrícola a cultura de arroz de bolanha salgada.

## 2.6 Biologia

No que diz respeito à biologia, o Parque possui uma riqueza muito diversificada em termos de biodiversidade animal, existindo diversas espécies emblemáticas, tais como: macacos, chimpanzés e outros primatas, possui ainda, búfalos de Cabo e das florestas, diferentes tipos de gazelas, onças, hipopótamos. Da ordem Squamata, encontram-se duas espécies de crocodilos, iguanas e um grande elenco de ofídios. As águas que limitam o Parque são extremamente ricas em biomassa.

## 2.7 Fauna

O Parque Nacional de Cantanhez é a última zona na Guiné-Bissau, onde ainda subsistem formações de florestas densas sub-húmidas com a distribuição mais longínqua e uma das últimas, deste tipo de formação vegetal na Africa Ocidental, parte dum conjunto que cobre a Republica da Guiné, a Serra Leoa e a Libéria, caracterizada por uma estratificação vertical, em que debaixo das espécies de grande porte como Ceiba pentendra, Parinaria excelsa, Sterculia africana, Syzigium guineense), (Guibourtia copalifera) da tagarra (Alstonia congensis) e outros, se desenvolvem espécies como Hunteria elliotii, Strombosia pustulata, Xylopis aethiopica e diferentes tipos de lianas.

As diferentes formações de vegetação encontradas no Parque são florestas sub-húmidas densas, florestas secundárias e/ou degradadas, savanas arbustivas, savanas herbáceas húmidas, mangais, tanes (com ervas ou nús) e palmeiras. A grande riqueza natural de Cantanhez são as enormes florestas densas sub-húmidas. Vegetação da zona costeira do Parque é influenciada pela água salgada e apresenta características morfológicas e de composição florística que lhe confere uma unidade própria denominada mangal ou tarrafe. As plantas que se encontram neste meio de interface, isto é, entre mar e terra firme tornam-se altamente especializadas em usufruir das condições aí prevalecentes, nomeadamente quanto à salinidade da água, inundação regular e substrato instável. Assim, apresentam, em regra, adaptações como pneumatóforos, raízes aéreas em arcobotante, glândulas excretoras de sal e folhas coriáceas, que as habilitam a singrar neste tipo de ambiente. Os mangais constituem a vegetação costeira comum no Parque. E, caracterizam de uma sequência de espécies em que,

da terra para o mar, se encontram primeiro plantas da zona de transição, como Conocarpus erectus e Terminalia scutifera, depois em geral Avicennia germinans e, na zona de maior profundidade na maré cheia, Rhizophoras mangle e racemosa, Avicennia africana e Laguncularia racemosa (**Fonte:** Plano de Gestão de Cantanhez 2008 e 2016).

## 2.8 Flora

O PNC é rica e diversificada tanto em mamíferos,répteis, como em aves. A vegetação hidrófila denominada por plantas herbáceas ocorre no Parque em ambientes denominados principalmente por "lala". A vegetação que se desenvolve nestes locais pode ser considerada de carácter edáfico, já que está relacionada com as condições particulares dos solos e com a geomorfologia local.

Há dois tipos de lalas: as de água doce, que se localizam nos vales interiores afastados o suficiente da zona costeira para não sofrerem influência da água salgada; as lalas ditas de água salgada, localizam-se em geral junto a braços de mar ou nos troços de jusante de rios, sofrem influência marinha e têm água salgada ou salobra durante o ano.

As lalas desempenham um papel de extrema importância muito, pois são habitats de muitos roedores entre eles as farfanas (Thrynomys swinderianus) e ungulados, a famosa gazela de lala (Kobus kob). Para além de habitat de várias espécies, as lalas desempenham uma função social muito importante, se tivermos em conta o baixo rendimento da maioria das populações em especial os do interior do Parque. Pois, utilizam a palha das lalas para a cobertura das casas para além de ser uma zona de pastagem. Devido às condições climáticas no Parque, sobretudo quanto a pluviosidade, persistem ainda boas manchas de floresta sub-humana onde o próprio microclima no interior destas formações favorece a manutenção da humidade ao nível do solo e no interior deste. O ensombramento quase completo faz diminuir a temperatura ao nível do solo o que, conjugado com a acumulação de folhada, atenua bastante a perda de água do solo por evaporação. A água do solo fica assim mais disponível para utilização pelas plantas. Estes factores, associados à ausência de perturbação humana durante pelo menos algumas dezenas de anos, contribuem para a manutenção no Parque de algumas manchas de floresta.

Na área do Parque de entre as espécies de palmeiras que ocorrem, Cocos nucifera (o coqueiro) introduzida e cultivada, Elaeis guineensis (palmeira-de-óleo ou palmeira-dendém em crioulo) e Borassus aethiopum (cibe, em crioulo) são as mais abundantes e também economicamente mais importantes.

O palmar ocorre em vales interiores, onde em geral bordeja a lala, que ocupa as zonas mais baixas, alagadas durante a época das chuvas, com solos hidromórficos. O *Borassus ethiopum* (cibe) é considerado uma espécie predominantemente de savana, embora no Parque, como em toda a Guiné-Bissau seja frequentemente encontrada em floresta aberta. Nos outros locais onde ocorre na área do Parque esta espécie está instalada em geral em ferrasolos profundos e bem drenada.

Observa-se uma clara diminuição das formações vegetais em termos quantitativos e qualitativos. Os factores são vários entre os quais podemos citar a queimada para a agricultura itinerante, exploração da madeira para fins de construções e comerciais, aparecimento das grandes plantações de monocultura de caju, aparecimento de novos núcleos populacionais nas zonas de grandes maciços florestais em busca de novas terras para a agricultura, conquista de novas áreas do mangal para a rizicultura de "bolanha" salgada entre outros. A degradação dos ecossistemas terrestres, sobretudo, os florestais é a mais acentuada devido à expansão da monocultura de cajú. (Fonte: Plano de Gestão de Cantanhez 2017-2022).

Além da importância ornitológica, o Parque se caracteriza pelas paisagens extraordinárias e por uma riqueza significativa em macro fauna de mamíferos de grande interesse em que se distinguem alguns ungulados como Boca-*branco (Hippotraugus equinus), o Sim-sim (Kobus defessa), o Búfalo (Syncerus caffer), Leão (Panthera leo), Leopardo (Panthera pardus), Gazela pintada (Tragelaphus scriptus), Muntum (Cephalophus silvicultor), Cabra do mato (Cephalophus rufilatus), Chimpanzé (Pan troglodytes)* e Macacos presentes em quase toda a área do Parque. Assim como se pode constatar a presença de Porco do mato vermelho *(Potomocherus porcus*) Porco do mato *preto (Phacochoerus aethiopicus) Hiena (Crocuta), Caracal (Caracal)*, Algumas das suas áreas são reconhecidas como corredores da macro-fauna Na zona do Parque, existe uma certa quantidade de *elefantes (Loxodonta africana)* que vive entre as florestas locais e o Norte da Guiné-Conakry, existindo grandes corredores de fauna entre a Guiné-Bissau e a Guiné-Conakry.

Entre a fauna aquática se conta o vulnerável herbívoro Manatim ou "Pis bus" *(Trichechus senegalensis)* que encontra uma abundância de condições alimentícias ideais para sua sobrevivência. É um animal que acidentalmente se encontra preso e muitas vezes mesmo morto nas redes de pescas.

Na costa e no mangal são encontrados facilmente os Mangustos de mangal *(Herpestes paludinosus) e lontra (Aonyx capensis)* alimentando-se de peixes, crustáceos e de outros tipos de animais aquáticos.

O PNC é constituído por extensas áreas húmidas, rios, praias, pântanos, lagoas, planícies, mangais, florestas densas, savanas, entre outras. Oferece ainda excelentes condições para a alimentação e reprodução dum grande número de aves terrestres, aquáticas e migradoras.

A avifauna costeira inclui Pelicanos, Patos, Corvos marinhos, Mergulhões, Gansos, Martim-pescadores, Gaivinas, Maçaricos, etc.

No Parque existe uma variedade de répteis, contudo estão relativamente representados. No entanto, é ainda possível encontrar Crocodilos-de-Nilo *(Crocodylus niloticus)* e Crocodilo-anão *(Osteolaemus tetraspis*), mas a sua presença é discreta, enquanto os Varanos /Linguana de-água (*Varanus niloticus)* e os Varanos /Linguana-de-mato *(Varanus exanthematicus)* são regularmente observados, incluindo espécies de serpentes das quais se destacam a Jibóia ou Irã-cego *(Python sebae),* que pode atingir vários metros de comprimento e a Mamba-verde /Cobra-de-palmeira (Dendraspis viridis), assim como as serpentes de menor tamanho.

Também se salienta a frequência na área do Parque de outros répteis tais como a Tartaruga de-água-doce /Cágado-preto *(Pelusios subniger*) o Camaleão (*Chamaleo gracilis*), as Lagartixas (*Mabuya affinis e Mabuya perrotetti*), as Osgas *(Hemidactylus brooki, angulatus e Lygadactilus gutturalis)* e outros.

A pesca é uma das principais actividades económicas da área do Parque. Através dela é garantido o essencial da proteína animal indispensável à alimentação de largos grupos populacionais e ao mesmo obtém algum rendimento económico.

A ictiofauna do parque não é menos rica e diversa, como acontece em todo o país da Guiné-Bissau. Esta riqueza está certamente na origem do interesse demonstrado pelos pescadores estrangeiros que se deslocam àquela área de propósito para poderem praticar a sua atividade nesta área. De entre as espécies mais procuradas no parque salientam-se os Djotos *(Pseudotolithus elongatus),* as Barracudas (*Sphyraena guachancho*), Sereias (*Caranx sp.)*, as Cinapas (*Sparus aurata*), Bentana (*Tilapia guineensis*), as bicas (*Lutjanus sp*.), Os Tubarões (*Carcharhinus folciforme e Rhizoprionodon actus*), o Peixe areia (*Dasyatis Margarita*), Peixe machado *(Deprane africana*), António boca e Corcor (*Pomadasy incisus*, *Plectorhyncus macrolepis e Pomdasys peroteti*), Tainha *(Mugil curema, Liza dumerili, Mugil capurrii e Liza falcipinnis*), Barbo e Barbinho *(Galeoides decadactylus, Polydactylus quadrifilis e Pentanemus quinquarius*), Bagre (*Arius parkii, Arius latiscutatus, Arius gigas e Arius heudeloti*), Isquilon (C*hrysichthys nigrodigitatus, Chrysichthys johnelsi, Chrysichthys teugelis*), Corvina (*Pseudotolithus senegalensis, Pseudotolithus elongates e Pseudotolithus typus*), etc.

# Capítulo III – Metodologia

## 3.1 Estratégias metodológicas

Por se tratar de um estudo sobre a população de uma determinada área, a pesquisa baseou-se no método de pesquisa tipo *Survey*, termo inglês que se destina a pesquisa em grande escala, caracteriza-se por ser uma abordagem quantitativa, que visa apresentar as opiniões das pessoas por meio de questionários ou entrevistas (Babbie, 1999).

A metodologia do estudo teve como base o agregado familiar (AF-fogão) unidade que permite a comparação numa comunidade e entre as diferentes comunidades residentes no PNC e 2 km dos limites do parque, como potenciais beneficiários diretos e indirectos dos recursos naturais e dos serviços ecossistémicos circundantes.

As ferramentas utilizadas para este estudo, foram as consultas bibliográficas existentes sobre o PNC, essencialmente os Planos de Gestão de 2008, 2016 bem como o estudo socioeconómico ambiental realizado em Abril de 2018 e ainda outros trabalhos científicos sobre as matas do Cantanhez. As informações sobre os assentamentos comunitários existentes no raio de 2 km limítrofes, através de contactos diretos com as autoridades administrativas e tradicionais para recolha das informações. As diversas opiniões, a observação directa (fase a fase) e a auscultação foram instrumentos utilizados para reforçar a recolha de dados qualitativos. A segunda fase do estudo consistiu na elaboração das ferramentas de pesquisa que permitiram recolher as informações necessárias para as diferentes análises que foram feitas no quadro do estudo que, implicou a elaboração de questionário com vista a recolha de informações quantitativas, guiões de entrevista semiestruturados e para grupos focais para recolha de dados qualitativos. A fase integrou ainda o teste dos instrumentos concebidos para a pesquisa, assim como a sua discussão e aprovação junto dos proponentes do estudo.

**Figura 5- Formação para aplicação dos questionários (Fonte: Bucar Indjai, Abril 2018)**

## 3.2 Amostragens da população inquirida no Parque Nacional de Cantanhez e nas áreas limítrofes 2 km

A proposta técnica previa a realização de cento e vinte (120) entrevistas semiestruturadas e de quarenta (40) indivíduos *focus* grupos por cada segmento populacional: homens, mulheres e jovens.

Seguiu-se a fase de aplicação dos instrumentos de pesquisa na zona do estudo, realizado de acordo com a amostragem prevista. Findo a fase de aplicação dos questionários no terreno, procedeu-se a codificação e introdução dos dados quantitativos, a transcrição das entrevistas semiestruturadas e dos principais aspectos de discussão nos grupos focais, assim como dos "djumbais" (conversas informais) realizados e utilizados nas análises.

Para a introdução dos dados quantitativos foram usados os programas informáticos CSPRO 6.2 e para as análises SPSS 23.

A amostra para o estudo selecionado era de 40 assentamentos populacionais com a seguinte distribuição:

- Trinta e cinco (**35**) tabancas no interior do PNC;
- Cinco (**5**) nos 2 km limítrofes do parque.

A amostra corresponde a 20% da população total residentes no PNC e a 2 km das áreas limítrofes do parque.

Na proposta técnica apresentada para o estudo, previa-se que fossem inquiridos dez (10) agregados familiares por localidade da amostragem, para um total de quatrocentos (400), mas tendo em conta a diferença e o peso da população de cada localidade a inquirir, procedeu-se a um cálculo proporcional que ditou que a amostra fosse o exposto nos factores de inclusão e a aplicação dos instrumentos elaborados para o estudo foram na base:

- Proximidade com as matas objetos de conservação e sítios sagrados;
- Pressão populacional sobre os recursos naturais nos 2 km limítrofes do PNC;
- Zonas críticas do PNC em relação a biodiversidade e os ecossistemas.

Os factores de exclusão foram:

- Assentamentos populacionais na área de desenvolvimento e nos 2 km limítrofes do PNC, sem impactos directos nos recursos naturais e nas formações vegetais objetos de proteção.

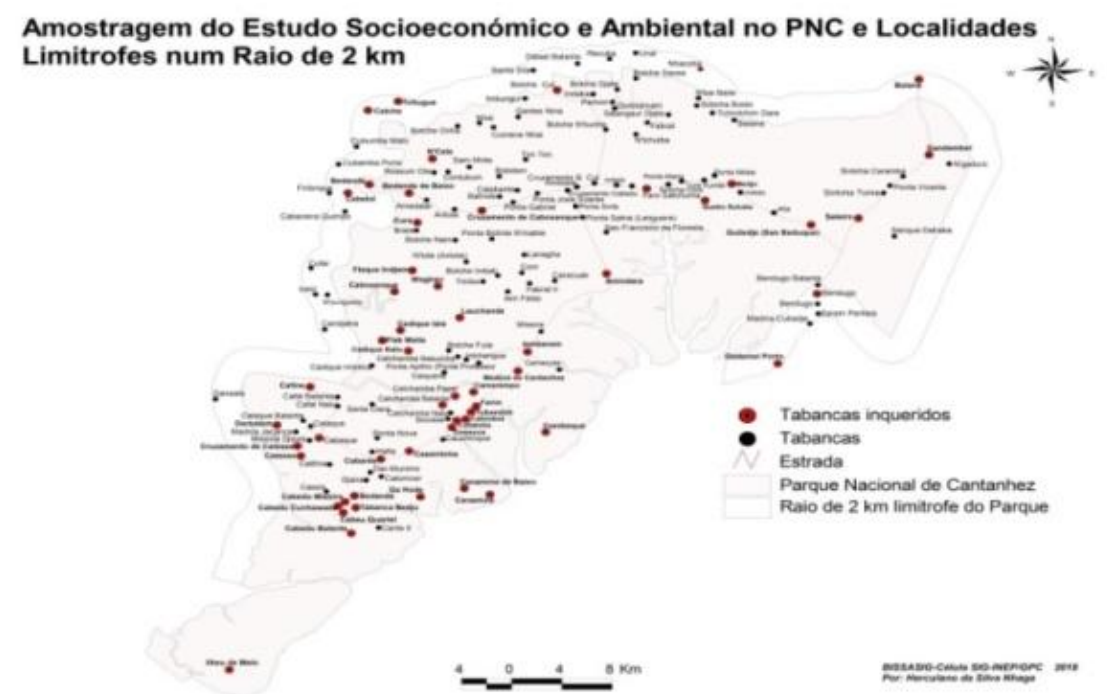



**Figura 6. Representação e distribuição dos assentamentos populacionais selecionados para amostra do estudo.**

## 3.3 Amostragens dos técnicos ambientais

Para esta amostra foram selecionados cinco (5) técnicos ambientalistas, sendo dois (2) investigadores seniores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), afetos ao centro de Estudos Ambientais e de Tecnologia Ambiental (CEATA), dois (2) técnicos de Autoridade de Avaliação Ambiental Competente (AAAC) e um (1) técnico superior do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegida (IBAP).

Para o estudo, previa-se que fossem inquiridos cerca de dez (10) técnicos mas tendo em conta a indisponibilidade, pela ausência de conhecimento no que diz respeito a matéria do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) por uma grande maioria dos técnicos e por considerar que em termos qualitativos a contribuição dos cinco (5) técnicos inqueridos seria suficiente para ter uma ideia clara de acordo com o objetivo estabelecido. Neste sentido, procedeu-se a um coleta proporcional que ditou que a amostra deve ser baseada nos seguintes aspectos:

- A função desempenhada pelo inquirido;
- Anos de experiência na matéria de conservação dos recursos naturais;
- Experiência em trabalhos de campo em áreas protegidas;
- Conhecimento da matéria do Sistema de Gestão Ambiental.

Devido ao reduzido número de amostra, optou-se pelo método de investigação qualitativa, pois permitirá analisar as duas posições do objeto de estudo de modo positivista e construtivista. Por um lado, o positivismo diz que há uma realidade a ser estudada e compreendida, enquanto os construtivistas argumenta que essa mesma realidade nunca pode ser completamente compreendida. Neste sentido mesmo que o número de amostra fosse maior, nunca chegaria a conclusões que conduzisse a verdades absolutas sobre a realidade estudada, mas sim apenas aproximar-me dela.

# Capítulo IV Resultados

## 4.1- Caraterísticas socioeconómicas da população residente no Parque Nacional de Cantanhez (PNC)

O Parque Nacional de Cantanhez é um parque com bastante diversidade étnica, como podemos observar no gráfico 5. Verifica-se a maior predominância da etnia Balanta (49, 5%), seguida da Fula (19,7%) e Nalú (10,6%). A Beafada e a etnia Susso representam 10, 6% e 5,5% respectivamente, enquanto a Tanda representa apenas 3,5%.

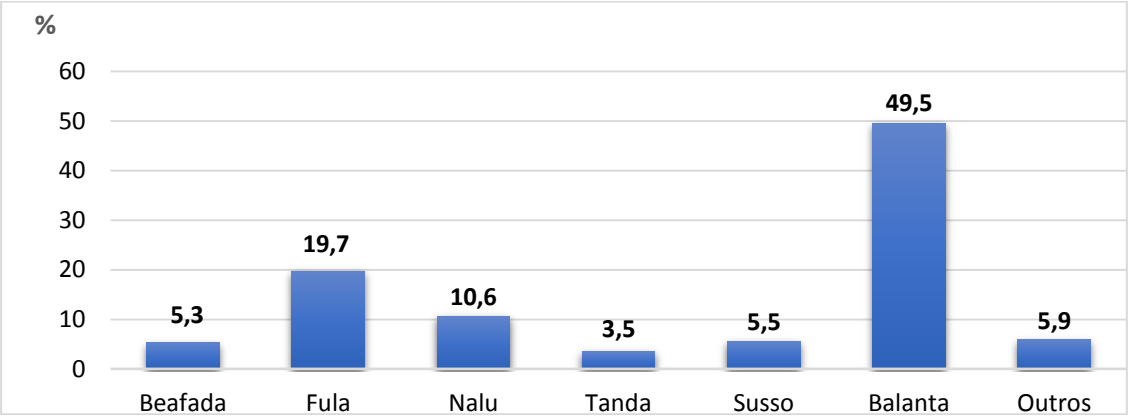



**Figura 7. Distribuição étnica dos inquiridos (Fonte: ESEA (Abril, 2018)**

No que diz respeito a nível de escolaridade dos inquiridos, principalmente dos chefes de agregado familiar, de acordo com o gráfico 6. Consta-se que cerca de 20% não sabe nem ler e escrever, 43,4% frequentaram o Ensino Básico, 16,5% o Ensino Secundário e 18,1% a Escola Corânica.

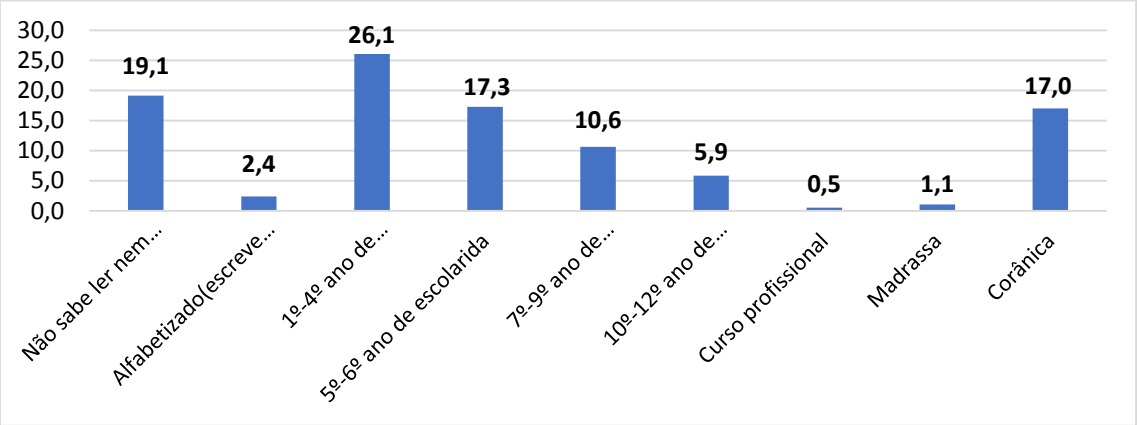


**Figura 8.** **Nível de escolaridade dos chefes de agregado familiar (Fonte: ESEA (Abril, 2018)**

Quanto a pertença religiosa como se verifica no gráfico 7, a grande maioria dos chefes do agregado inquiridos, mais de 50% pertencem a religião muçulmana, seguido dos animistas com 38%, dos católicos com cerca de 10% e dos Evangélicos com 1,4 por cento apenas.

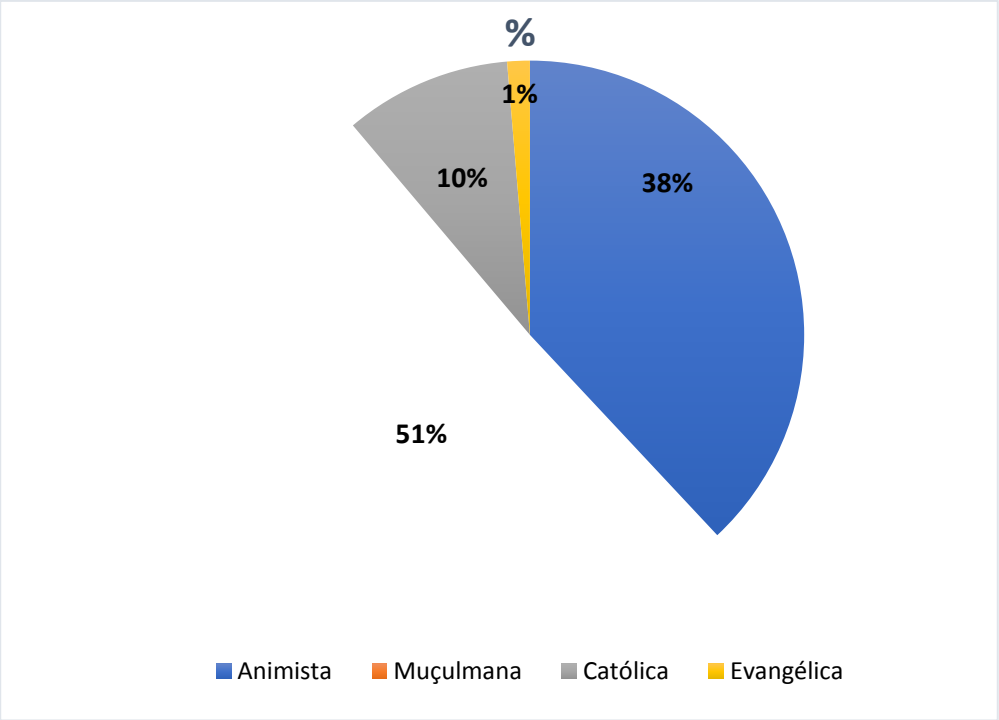



**Figura 9.** **A representatividade religiosa dos inqueridos (Fonte: Inquérito quantitativo do ESEA Abril, 2018)**

Das atividades económicas principais a que se dedicam os chefes dos agregados inquiridos, 84,8% (319) dedicam-se a agricultura, seguido do comércio (4,3%) e da pesca (2,9%).

**Quadro 3 - Principais atividades económica do chefe do agregado familiar (Fonte: Inquérito quantitativo do ESEA Abril, 2018).**

| Atividade | N | % |
|---|---|---|
| Agricultor | 319 | 84,8 |
| Alfaiate | 4 | 1,1 |
| Ferreiro | 4 | 1,1 |
| Pedreiro | 6 | 1,6 |
| Carpinteiro | 4 | 1,1 |
| Professor | 2 | 0,5 |
| Comerciante | 16 | 4,3 |
| Pescador | 11 | 2,9 |
| Mecânico | 5 | 1,3 |
| Limpeza | 1 | 0,3 |
| Padeiro | 1 | 0,3 |
| Auxiliar Estomatologia | 1 | 0,3 |
| Mouro | 1 | 0,3 |
| Estudante | 1 | 0,3 |
| **Total** | **376** | **100,0** |

Em termos de atividades económicas secundárias dos inquiridos de acordo com o gráfico 8, 30% dedicam-se à pesca, 15% à agricultura, 13,8% ao comércio e outras actividades 17,8%. Estas atividades complementares variam consoante à época do ano.

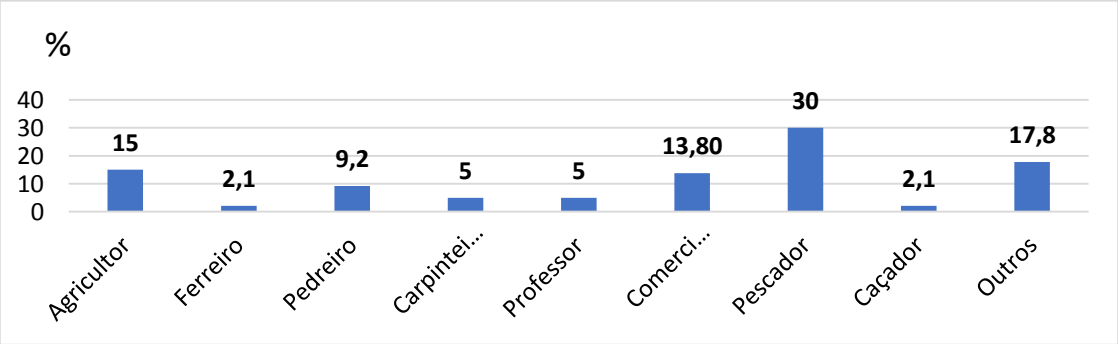



**Figura 10. Atividades económicas complementares dos chefes do agregado familiar (Fonte: Inquérito quantitativo do ESEA Abril, 2018)**

No que diz respeito a propriedades/Hortas de plantações agrícolas, cerca 282 chefes de agregados familiares inqueridos, isto é, (75%) responderam que eram proprietários e 25% responderam que não. Em relação ao tipo de plantações/hortas que possuem, o gráfico 8 elucida a situação.

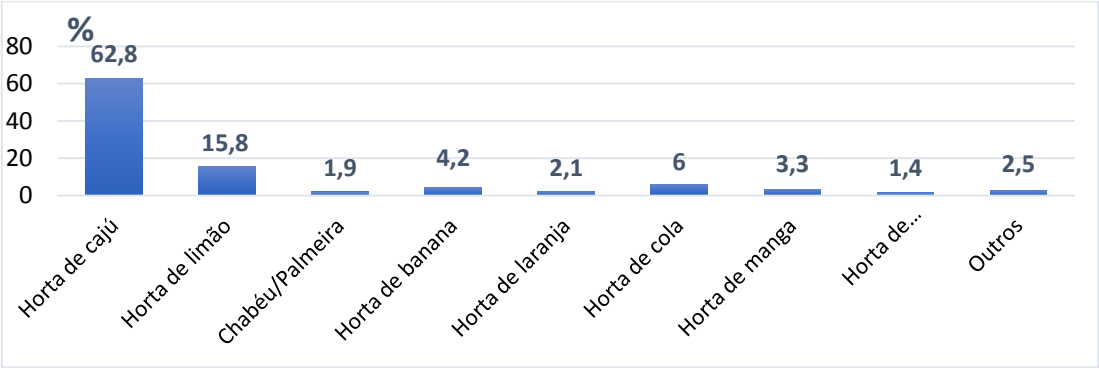



**Figura 11.** **Tipo de propriedades/hortas agrícolas (Fonte: Inquérito quantitativo do ESEA Abril, 2018)**

Dos inquiridos que se pronunciaram que possuíam plantações agrícolas/hortas, cerca 62.8% afirmaram ter um pomar de cajueiros, 17,9% citrinos, 6% de colas, 4,2% de bananeiras, 3,3% de mangueiras e as outras culturas representam 3,3%. Em relação a produção de outras culturas produzidas pelos agregados, destacaram-se a produção da mancarra/amendoim com (26%), a mandioca (22%), o arroz (16%), o feijão (13%) e a batata-doce (8%).

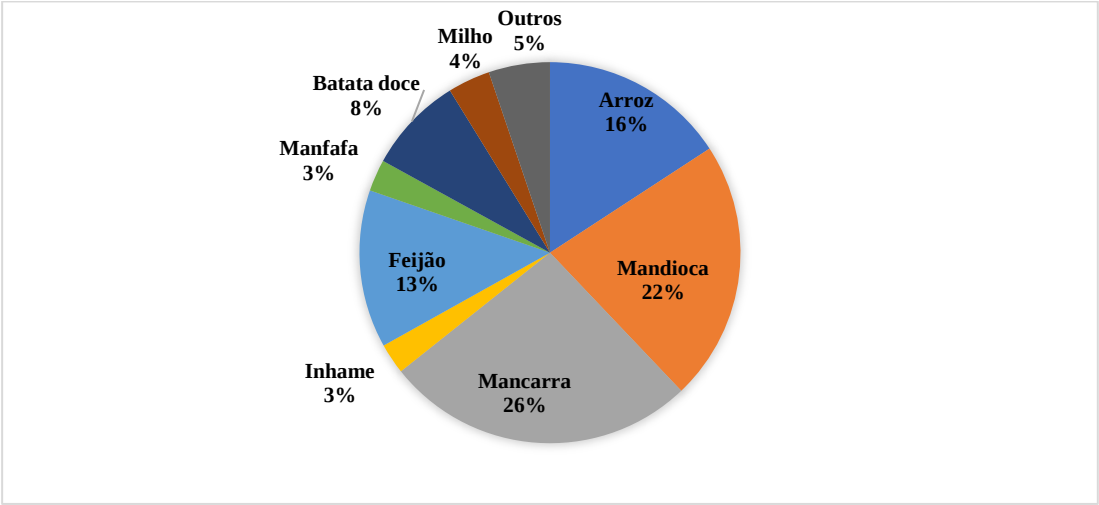



**Figura 12.** **Outras culturas produzidas PNC e áreas limítrofes (Fonte: Inquérito quantitativo do estudo Socioeconómico e Ambiental Abril, 2018)**

Apesar do potencial e condições favoráveis para muitas outras culturas, nomeadamente o milho, manfafa ou inhame, a sua inclusão nos hábitos alimentares e comerciais dos habitantes do PNC e nas zonas limítrofes é ainda pouco notável. No que diz respeito à criação de gado, mais de 90% dos agregados familiares residentes no PNC e nas zonas limítrofes declaram-se praticantes e somente 9% (34) declaram não serem criadores. O tipo de criação é objeto do gráfico 13.

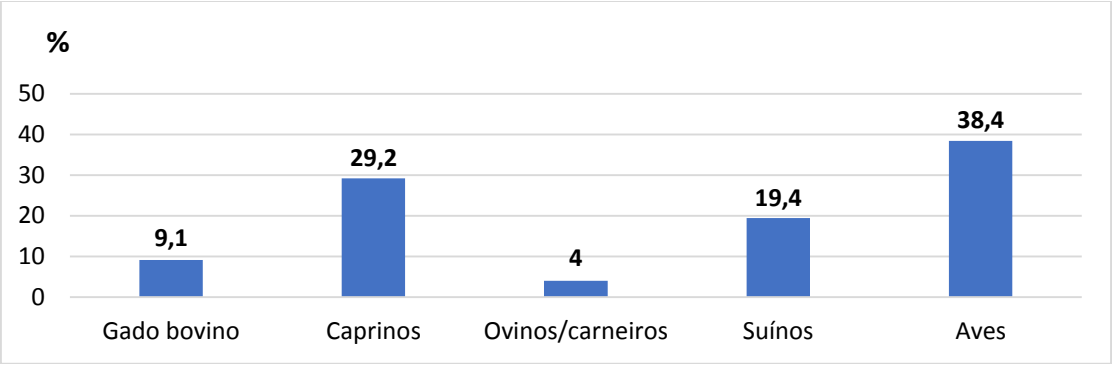



**Figura 13. Tipo de criação de gado (Fonte: Inquérito quantitativo do estudo Socioeconómico e Ambiental (Abril 2018)**

No que diz respeito a criação animais, 38,4% dos criadores indicam que a sua criação de aves tem como finalidade a sua comercialização, seguido de caprinos 29,2% e de 19,4% para os suínos. A criação de ovinos/carneiros para venda tem pouca expressão, quando comparado com as outras espécies, representando menos de 4% para os inqueridos.

Em termos de rendimentos médios dos CAF, os dados estatísticos quantitativos permitiram estabelece-los em 578 560 XOF (quinhentos setenta e oito mil e quinhentos e sessenta mil francos CFA). As actividades económicas declaradas pelos inquiridos em relação as suas esposas foram resumidas no gráfico 14.

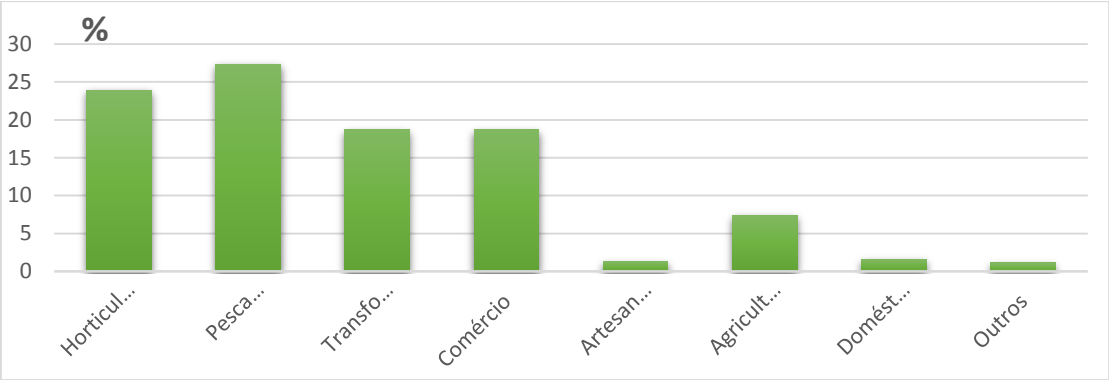



**Figura 14. Principais atividades económicas desempenhadas pelas mulheres/esposas dos chefes de agregado familiar (Fonte: Inquérito quantitativo do estudo Socioeconómico e Ambiental Abril 2018)**

A pesca artesanal de subsistência representa 27,3% das atividades declaradas, seguido pela horticultura 23,9%, a transformação de produtos e o comércio respectivamente 18,7% cada e as produções agrícolas 7,4%. *No que diz respeito as condições das habitações e saneamento básico, constatou-se que* as casas onde vivem 98,9% dos inquiridos são construídas de adobes, 0,3% de taipe e 0,8% de blocos de cimento. A maioria das casas é coberta de palha (57,1%) de folhas de zinco (42,7%) e somente uma casa (0,2%) é coberta de fibrocimento ou seja telha. Em relação ao revestimento das paredes, 61,5% não foram rebocadas, 31,2% rebocadas com areia e lama e somente 7,3% com areia e cimento. No que diz respeito a pavimentação, 323 casa eram pavimentadas com lama (79%) e 86 (21%) com cimento.

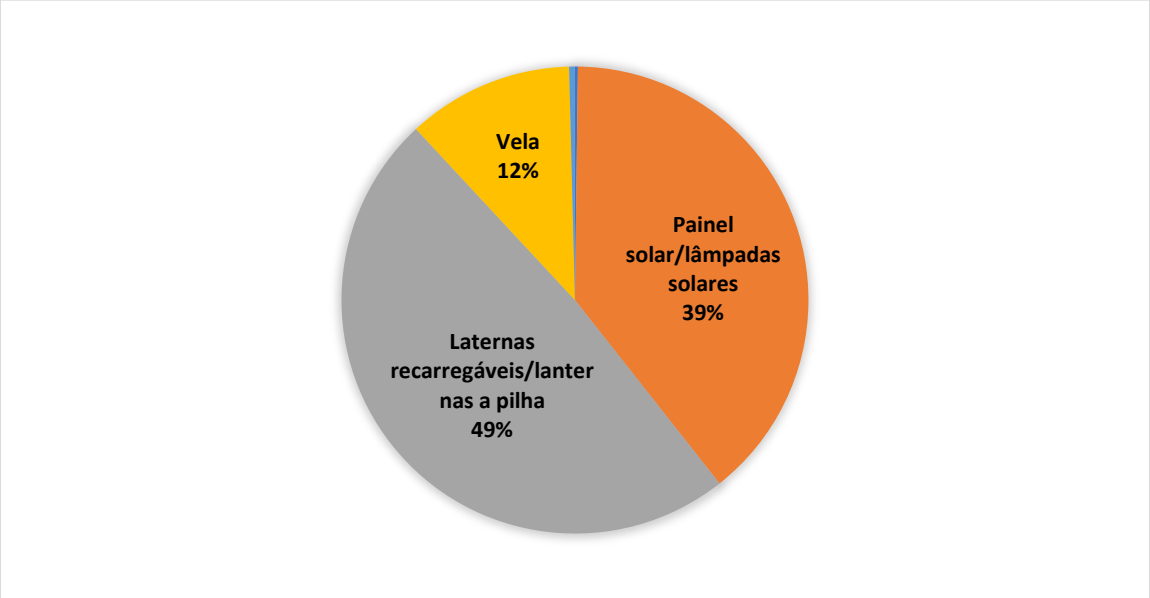



**Figura 15. Formas de iluminação predominantes nas comunidades inqueridas (Fonte: Dados do inquérito quantitativo do estudo socioeconómico e ambiental Abril,2018).**

Uma parte considerável dos inquiridos utilizam o planalto como ecologia de produção, 40,1%, 39,3% produz arroz em terras do mangal e 20,6% nos pequenos vales interiores (*bas fonds*).

Os dados do inquérito mostram que os tipos de culturas praticados no PNC e 2 Km limítrofes são a agricultura itinerante/pam, a fruticultura perene, a produção de arroz nas bolanhas de água salgada e doce, raízes e tubérculos e cereais secos. O gráfico 14 espelha as respostas no que diz respeito ao tipo de agricultura praticada.

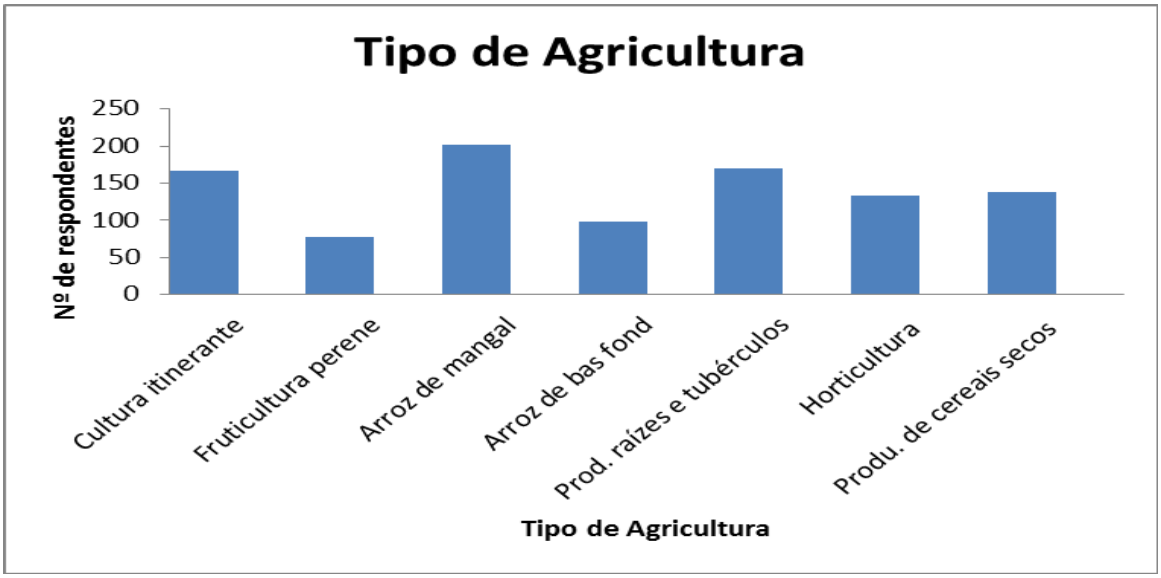



**Figura 16. Tipos de agricultura praticados no PNC e 2 Km da área limítrofe (Fonte: Dados do inquérito quantitativo estudo socioeconómica e Ambiental Abril, 2018)**

As vias de acesso de e para as diferentes localidades no PNC e 2 km limítrofes foram consideradas como sendo maus por 338 inquiridos (89,9%) e os meios de transporte utilizados para o acesso as diferentes localidades estão patentes no Quadro 4.

| Meio de transporte | Nº de respondentes | Percentagem (%) |
|---|---|---|
| **Carro** | 83 | 7,3 |
| **Bicicleta** | 316 | 27,8 |
| **Motos** | 332 | 29,2 |
| **Canoa** | 115 | 10,1 |
| **A pé** | 291 | 25,6 |
| **Total** | | 100 |

**Quadro 4 - Meios de transporte utilizados para o acesso a diferentes localidades (Fonte: Dados do inquérito quantitativo estudo socioeconómico e ambiental Abril, 2018)**

Para a melhorar o acesso, cerca de (34,1%) responderam que deviam ser construídas novas estradas, reabilitadas e melhoradas as vias de acesso as diferentes localidade no PNC, seguido de apoio/engajamento do governo (34,5%), mais meios de transporte (12%), apoio do IBAP e das ONG's (3,6%) que operam no PNC. As escolas existem em 307 localidades (81,6%) e ausente em 69 localidades, isto é, 18,4%. O regime das escolas existentes é comunitário (24, 9%), privado (31, 1%), estado (44%).

**Figura 17. Jardim infantil comunitário em Catés e Escola de Canamine (Fonte: Bucar Indjai, Abril 2018).**

As classes lecionadas nas escolas existente no PNC e na área limítrofe estão espelhadas no gráfico 18.

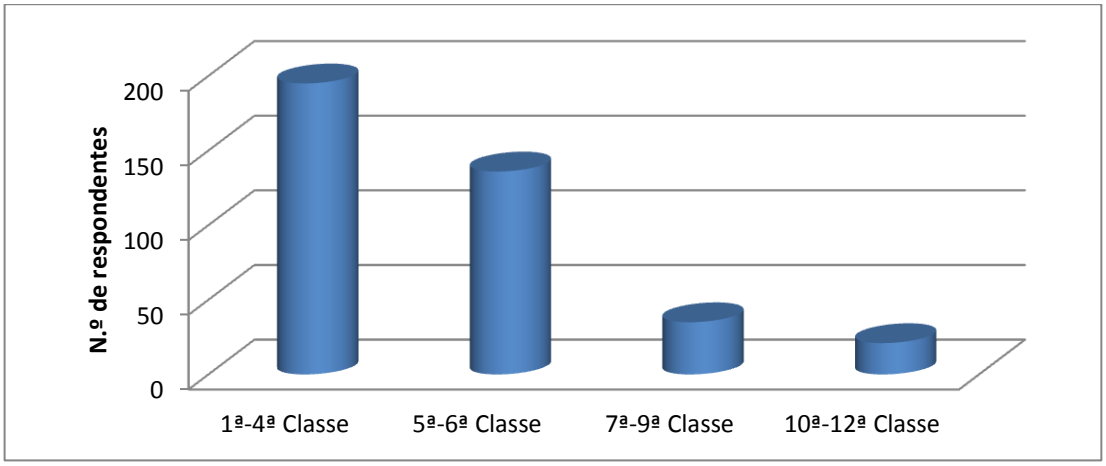



**Figura 18. Classes lecionadas nas escolas localizadas no PNC e 2 Km limítrofes (Fonte: Dados do inquérito quantitativo estudo socioeconómico e ambiental Abril, 2018)**

No que diz respeito a existência de infraestruturas de saúde é assinalada por 171 dos inquiridos (45, 5%) afirmaram a existência de uma unidade de saúde na sua tabanca e (204)

inquiridos (4,3%) mencionaram a não existência de Nenhuma US na sua aldeia. Dos que responderam positivamente, assinalaram como infraestruturas existentes as unidades de saúde de base/USB (53,7%), centros de saúde (42,3%) e hospitais (4%). A pergunta relacionada com a medicina natural, 77,4% dos inquiridos afirmaram conhecer agentes da medicina tradicional na sua aldeia.

## 4.2- Percepções da população local sobre a biodiversidade no Parque Nacional de Cantanhez (PNC)

Foram inquiridas trinta e oito localidades (95%) das quarenta previstas na proposta técnica. Sendo que cinco (5) dessas tabancas localizam-se nas áreas limítrofes a 2 km do PNC e Tinta e três (33) no território do PNC. Todas as tabancas inquiridas foram fundadas antes da Luta de Libertação colonial, isto é cerca de (93%) e apenas 7%) depois da independência, conforme ilustra a figura 19.

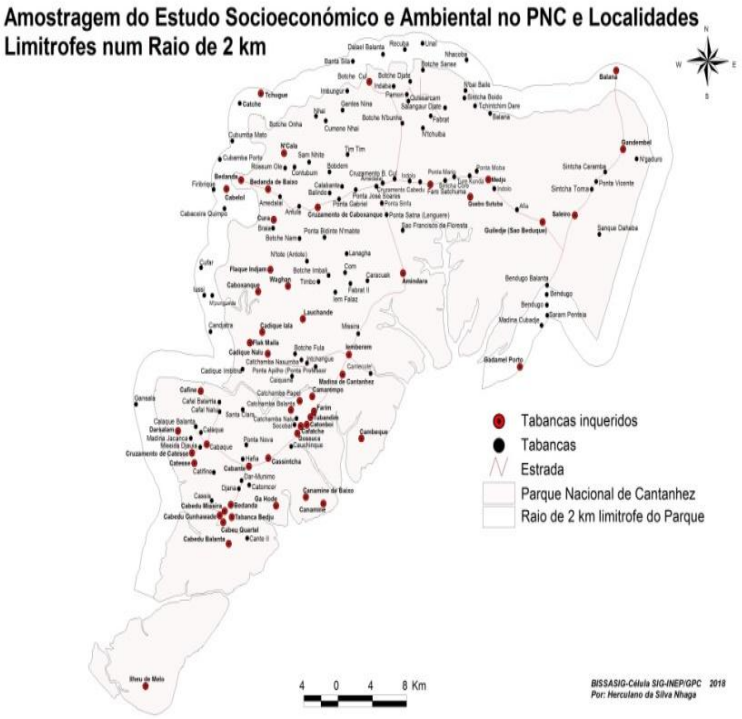



**Figura 19. Distribuição das aldeias inquiridas (Fonte: Dados do inquérito quantitativo estudo socioeconómico e ambiental Abril, 2018)**

Foram realizadas cento e duas (102) entrevistas individuais semi estruturadas em trinta e oito (38) tabancas situadas no PNC e nas áreas limítrofes num raio de 2 km, sendo as entrevistadas pessoas adultas residentes nas comunidades e com profundos conhecimentos sobre as realidades socioeconómicas e ambientais dos territórios circundantes das suas tabancas. Cada entrevistado foi contatado individualmente e solicitado a responder de livre vontade as

perguntas de acordo o guião de entrevistas elaborado para o efeito conforme ilustram as figura

**Figura 20. Aplicação das entrevistas semi-estruturadas (Fonte Bucar Indjai, Abril, 2018)**

Na rúbrica focus grupo foram realizados 79 focus grupo onde participaram mais de oitocentas pessoas. Nos parâmetros metodológicos para o focus grupo, normalmente deveriam participar nela um número de pessoas inferiores a dez, mas as mobilizações feitas pelas autoridades tradicionais locais motivou a elevada. Contudo, em algumas localidades não foi possível realizar essas reuniões com base nos segmentos homens, mulheres e jovens, pelo que teve de se realizar sessões conjuntas de homens/mulheres e homens/jovens. Em determinadas localidades não houve a possibilidade de realização de focus grupo mulheres e em duas só foi possível um focus só de mulheres conforme ilustra as figura 21.

**Figura 21. Focus grupos com homens, mulheres e jovens em Lemberem, Gã Hode e Cassintcha (Fonte: Bucar Indjai, Abril 2018)**

Quanto a avaliação da situação da biodiversidade por parte dos inquiridos, tendo em conta os impactes das alterações climáticas sobre a biodiversidade e consequentemente possíveis perdas de algumas espécies que existiam no passado e que atualmente não se tem verificado a sua presença. Os inquiridos mencionaram o cerca de 75 etno espécies, com destaque ao *pau-de-sangue*, com 85 (13,1%) citações, pau de *goaiaba-mato* com 35 (5,4%) referências, *cibe* com 48 (7,4%) citações, *miséria* com 65 (10%), *bissilom* com 46 (7,1%), *manpataz* com 83 (12,8%) e *veludo* com 33 (5,1%) citações. Os entrevistados mencionam 34 principais causas que tornaram as 75 etno espécies de plantas acima indicadas menos frequentes no PNC, sendo a principal causa a desmatação e degradação florestal par a implementação das hortas para a plantação de cajueiros, com 99 citações (25,1%), construção 20 (5,1%), cortes e derrube 76 (17%), corte de madeiras 84 (21,3%), exploração abusiva 25 (6,3%) e queimadas com 28 (7,1%).

De igual modo, os entrevistados foram questionados se têm notado a entrada de novas espécies vegetais nas suas tabancas e que não existiam antigamente, no total de 374 respondentes, 157 (42%) afirmaram que sim e 217 (58%) disseram que não. Dos 157 respondentes que notaram entradas de novas espécies, mencionaram diversas plantas que compõem uma lista de 60 etno espécies, entre as quais se salientam algumas espécies como o cajueiro 67 (19,8%) citações, mangueira com 48 (14,2%), limoeiro com 50 (14,7%), laranjeira 18 (5,3%) e acácia com 17 (5%) citações. A colocação desta questão permitiu obter informações preliminares sobre uma importante espécie exótica invasora que ocorre no PNC há cerca de duas décadas. A referida espécie foi identificada como sendo *Chromolaena odorata* (L.) R.M.King & H.Rob da família *Asteraceae*, uma herbácea ou arbusto perene, de hábito escandente, nativa do Norte e Centro da América. A espécie foi introduzida na Nigéria em 1937, tendo espalhado para outros países ao nível da sub-região Oeste Africana. A identificação foi feita durante o inventário da flora e vegetação do PNC foram realizados pelo Doutor Luís Catarino[1] figura 30 *Chromolaena odorata* (L.) R.M.King & H.Rob.

[1] A Recolha e identificação feita pelo Professor Doutor Luís Catarino, investigador da Faculdade de Ciências de Lisboa (Fevereiro-Maio 2018)

**Figura 22.** ***Chromolaena odorata*, identificada no PNC durante um inventário florestal.**

As espécies da fauna que existiam antigamente e que são cada vez mais escassas foram mencionados 41 espécies de animais que tem diminuído ao longo dos anos e também foram mencionadas as espécies mais vulneráveis: cabra de mato, citado por 82 (8,7%) dos entrevistados, *gazela-de-lala e gazela-pintada* 175 (18,6%), macacos 110 (11,7%), *principalmente o babuíno* mencionado por 148 (15,7%), *búfalo* referido por 53 (5,6%), *porco-espinho* 48 (5,1%) e *porco-do-mato* citado por 66 (7%) dos entrevistados.

Os inquiridos indicaram 23 causas que tornaram as espécies de fauna menos frequentes em Cantanhez e dentre as causas mais mencionadas, a caça referida por 244 (48, 8%), a desflorestação para a prática de agricultura mencionada por 103 (20,6%) desflorestação para a plantação de cajueiros / hortas referida por 55 (11%) dos inquiridos.

Os entrevistados foram questionados se têm verificado ou se ouviram falar da ocorrência ou o regresso de alguns animais que tinham praticamente desaparecido nas zonas da sua residência ou em Cantanhez de modo geral, 222 (59%) dos 376 respondentes disseram que notaram o reaparecimento das espécies e 154 (41%),contudo não especificaram quais as espécies.

Os que responderam positivamente que notaram ou ouviram falar do reaparecimento dos animais, mencionaram uma lista de 30 espécies de animais que entenderam que tinham desaparecidos, das quais apresentamos algumas espécies mais referidas: *farfana* mencionada por 54 (11,7%) dos respondentes, *chimpanzé / dari* referida por 61 (13,2%), *búfalo* referido por 73 (15,8%), *porco do mato / javali* 37 (8%), *macaco* referido por 42 (9,1%), *cabra do mato* por 26 (5,6%), *gazela* mencionada por 27 (5,8%) e a *com / babuíno* referido por 38 (8,2%).

Eles também afirmaram que verificaram o regresso de certas espécies de animais, apontando uma lista de 27 possíveis causas do reaparecimento dessas espécies, dentre as quais foram citadas quatro mais importantes: a conservação / proteção com 106 citações (43,4%), proibição com 20 referências (8,2%), disponibilidade de alimentos / frutos (caju) 38 (15,6%), caça controlada 14 (5,7%).

## 4.3 – Percepções dos técnicos ambientais sobre o desenvolvimento sustentável do Parque Nacional de Cantanhez

No sentido de ter uma ideia sobre a importância de implementação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) no Parque Nacional de Cantanhez (PNC).

Foram inquiridos cinco (5) técnicos ambientais da qual resultaram as seguintes constatações:

De acordo com o I técnico, aponta a participação comunitária na gestão do parque, empoderamento comunitário do parque, existência de instrumentos de gestão do parque, existência de parcerias e a existência de atividades económicas rentáveis como os cinco pontos fortes em matéria do desenvolvimento sustentável no PNC.

Sugere como cinco ações a desenvolver no PNC em matéria do desenvolvimento sustentável: a diversificação da atividade económica, ações de formações, ações de sensibilizações permanentes, diversificação no tipo de agricultura (cultivo) e apoio a iniciativas comunitárias através de financiamento de pequenos projetos.

Este técnico identifica ainda cinco palavras-chave que na sua opinião melhor caraterizam ou simbolizam o PNC, que são: maior diversidade faunística e florestal, uma das últimas manchas da floresta sub-húmida na África Ocidental, grande atração turística e diversidade étnica. Na sua opinião considera absolutamente importante a integração de um SGA no plano de Gestão do Parque Nacional de Cantanhez (PG-PNC), ainda defende que as preocupações ambientais na definição da estratégia do plano de PG-PNC) sempre foram uma preocupação do Instituto responsável pela gestão do PNC, preocupação essa que tenta equilibrar no mesmo espaço o ser humano (homem) e a biodiversidade, sem que hajam desequilíbrios nestas interações. Contudo, essa preocupação pode ser reforçada através da integração de outras componentes ambientais no PG tal como um SGA.

A implementação de um SGA no PNC seria uma oportunidade de inovação de melhoria continua no que diz respeito a redução da quantidade da matérias-primas utilizadas, redução da ocupação de terrenos, no aumento da disponibilidade de recursos naturais convencionais, no aumento da disponibilidade dos recursos alternativos e reciclagem. Trazendo muitas vantagens, como por exemplo: redução e controlo de custos, demonstração pública do compromisso relativo à gestão ambiental, melhoria contínua do desempenho ambiental, preocupação com o futuro do PG-PNC, satisfação de critérios de investimento e melhoria de acesso ao capital, manutenção de boas relações públicas com todas as partes interessadas e no desenvolvimento e partilha de soluções ambientais.

No que diz respeito aos obstáculos no caso da implementação de um SGA no PNC, o técnico indica os custos financeiros, a falta de recursos humanos apropriados e disponíveis, por ultimo os hábitos implementados, isto é, resistência às mudanças.

Quando questionado sobre a classificação da sustentabilidade no PNC numa escala de um (1) a cinco (5), em que um (1) seria mau e o cinco (5) seria muito bom.

- Ao apelo à justiça social e económica atribuí dois (2) pontos;
- Na afirmação da igualdade e equidade do género atribuí igualmente dois (2) pontos;
- Na promoção deformação ambiental dos recursos humanos atribuí quatro (4) pontos;
- Na demonstração pública do compromisso relativamente à gestão ambiental atribuí cinco (5) pontos
- Quanto a promoção e melhoria contínua do desempenho ambiental atribuí dois (2) pontos;
- Finalmente, no que diz respeito ao desenvolvimento de produtos com preocupações ambientais atribuí dois (2) pontos.

Um técnico aponta a gestão das últimas florestas húmidas na Guiné-Bissau, integração da gestão tradicional de espaços e recursos (gestão de zonas sagradas), gestão participativa, iniciativas de desenvolvimento comunitário e gestão integrada das terrestres e marinhas, inclusive do espaço de pesca (Rio Cacine e Rio Tomabli) como os cinco pontos fortes em matéria do desenvolvimento sustentável no PNC.

Sugere como cinco ações a desenvolver no PNC em matéria do desenvolvimento sustentável: adopção de métodos adaptados de pesca (pesca responsável), apoio ao desenvolvimento da rizicultura como forma de diminuir a pressão sobre os recuses florestais, apoio a exploração e transformação de produtos florestais não lenhosos, reconversão de caçadores no quadro das atividades do ecoturismo, como guias turísticos e conservação das áreas sagradas como um fator importante na reprodução social das comunidades locais.

Este técnico identifica ainda cinco (5) palavras-chave que na sua opinião melhor caraterizam ou simbolizam o PNC, que são: floresta húmida com espécies do domínio guineense-congolês, diversidades de primatas, ungulados e diferentes tipos de aves florestais, zona de culturas específicas das etnias nalús, sossos e tandas, diversidades de peixes sobretudo pelágicos e

ecossistema típico, especifico e muito particular na Guiné-Bissau. Considera de extrema importância a integração de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) no Plano de Gestão do Parque Nacional de Cantanhez (PNC). Indica que as preocupações ambientais são integrados no PG do PNC, através de resultados obtidos a partir de estudos ambientais e socioeconómicos, assim como de ações de monotorização e seguimento, sendo que estes servem de base a atualização do regulamento interno e da zonagem do PNC.

Para este técnico também, a implementação de um SGA no PNC seria uma oportunidade de inovação de melhoria continua no que diz respeito, a redução da ocupação de terrenos e no aumento da disponibilidade dos recursos alternativos. Trazendo assim, vantagens, como a demonstração pública do compromisso relativo à gestão ambiental e no desenvolvimento e partilha de soluções ambientais.

No que diz respeito aos obstáculos no caso da implementação de um SGA no PNC, o técnico aponta os custos financeiros e os hábitos implementados, isto é, resistência às mudanças.

Quando questionado sobre a classificação da sustentabilidade no PNC numa escala de um (1) a cinco (5), em que um (1) seria mau e o cinco (5) seria muito bom.

- Ao apelo à justiça social e económica atribuí quatro (4) pontos;
- Na afirmação da igualdade e equidade do género atribuí igualmente três (3) pontos;
- Na promoção deformação ambiental dos recursos humanos atribuí quatro (4) pontos;
- Na demonstração pública do compromisso relativamente à gestão ambiental atribuí três (3) pontos;
- Quanto a promoção e melhoria contínua do desempenho ambiental atribuí três (3) pontos;
- Finalmente, no que diz respeito ao desenvolvimento de produtos com preocupações ambientais atribuí três (3) pontos.

De acordo com o III técnico, os cinco (5) pontos fortes em matéria do desenvolvimento sustentável no PNC, são: capital natural excecional, população sensibilizada para a utilização sustentável dos recursos naturais, a participação das comunidades residentes nas estruturas de gestão, a oportunidade para ecoturismo baseado na biodiversidade excepcional do PNC e o engajamento da sociedade conservação da biodiversidade.

Este técnico sugere como cinco ações a desenvolver no PNC em matéria do desenvolvimento sustentável: aumento da sensibilização sobre a importância nacional e universal dos recursos naturais do PNC e sua contribuição na conservação da biodiversidade, promoção do uso sustentável dos recursos naturais pelas comunidades residentes baseado na exploração sustentáveis desses recursos, valorização do capital paisagem através de uma atividade ecoturística com benefícios para as comunidades residentes engajadas na preservação dos ecossistemas e biodiversidade, aumento de responsabilização das comunidades pela gestão das áreas criticas (zonas de conservação integral) e participação na gestão do PNC e a promoção de um modelo de desenvolvimento adequado ao quadro de vida das comunidades residentes que tenha em conta a conservação e preservação dos ecossistemas e da As cinco (5) palavras-chave que na opinião deste técnico caraterizam ou simbolizam o PNC, são: biodiversidade, ecossistema, plurietnicidade, paisagem e oportunidades para um desenvolvimento sustentável. Na sua opinião considera absolutamente importante a integração de um SGA no plano de Gestão do Parque Nacional de Cantanhez (PG-PNC), ainda defende que as preocupações ambientais na definição da estratégia do plano de PG-PNC) sempre foram uma preocupação do Instituto responsável pela gestão do PNC, preocupação essa que se reflecte no processo de zonagem, delimitação de áreas de conservação integração, tampão e de desenvolvimento e no Plano de Gestão (PG) que efetivamente integra a problemática da conservação e do desenvolvimento socioeconómico das comunidades residentes e, ainda na participação efetiva das comunidades residentes, isto é, através dos seus representantes nos órgãos de gestão do PNC e na definição das estratégias do desenvolvimento e conservação.

A implementação de um SGA no PNC seria uma oportunidade de inovação de melhoria continua no que diz respeito a redução da ocupação de terrenos, no aumento da disponibilidade de recursos naturais convencionais e no aumento da disponibilidade dos recursos alternativos. Trazendo muitas vantagens, como por exemplo: demonstrações públicas do compromisso relativo à gestão ambiental, melhoria contínua do desempenho ambiental, preocupação com o futuro do PG-PNC, manutenção de boas relações públicas com todas as partes interessadas e no desenvolvimento e partilha de soluções ambientais.

No que diz respeito aos obstáculos no caso da implementação de um SGA no PNC, o técnico indica a falta de recursos humanos apropriados e disponíveis, falta de conhecimento/informação disponível e hábitos implementados, isto é, resistência às mudanças.

Quando questionado sobre a classificação da sustentabilidade no PNC numa escala de um (1) a cinco (5), em que um (1) seria mau e o cinco (5) seria muito bom.

- Ao apelo à justiça social e económica atribuí quatro (4) pontos;
- Na afirmação da igualdade e equidade do género atribuí igualmente três (3) pontos;
- Na promoção deformação ambiental dos recursos humanos atribuí três (3) pontos;
- Na demonstração pública do compromisso relativamente à gestão ambiental atribui cinco (5) pontos;
- Quanto a promoção e melhoria contínua do desempenho ambiental atribuí cinco (5) pontos;
- Finalmente, no que diz respeito ao desenvolvimento de produtos com preocupações ambientais atribuí cinco (5) pontos.

Para IV técnico, os cinco (5) pontos fortes em matéria do desenvolvimento sustentável no PNC são: educação e formação dos jovens sobre o uso racional e conservação does recursos naturais (flora, fauna e os habitats), integração da população local, autoridades tradicionais e jovens no processo de conservação em colaboração com a direção do parque e outras entidades concernentes, promover o desenvolvimento agrícola nos bafons para produção de arroz e a horticultura, através de uso de motocultivadores e o Sistema de irrigação, promover o desenvolvimento do ecoturismo, integrando a comunidade local de forma a valorizar os sítios sagrados que representam as identidades da cultura nalú e apoiar o desenvolvimento da pesca sustentável e responsável.

A sua sugestão como cinco ações a desenvolver no PNC em matéria do desenvolvimento sustentável são: o desenvolvimento de agricultura horticultura nos bafons com o uso de motocultivadores e sistemas de irrigação, promoção de ecoturismo integrando a comunidade local e partilha equitativa dos benefícios, promoção da recolha, transformação, conservação e comercialização de produtos locais, apoiar a recuperação das bolanhas e o mangal degradado e apoiar a comunicação e sensibilização das partes interessadas.

Este técnico identifica ainda três palavras-chave que na sua opinião melhor caraterizam ou simbolizam o PNC, que são: reserve da floresta húmida guineense, reserve da biodiversidade e da cultura nalú e zonagem (zona isolada e inacessível). Na sua opinião considera

absolutamente importante a integração de um SGA no plano de Gestão do Parque Nacional de Cantanhez (PG-PNC), não apontou nenhuma medida integrada como preocupações ambientais na definição da estratégia do Plano de Gestão (PG) do parque.

Para ele a implementação de um SGA no PNC seria uma oportunidade de inovação de melhoria continua no que diz respeito a redução da ocupação de terrenos no aumento da disponibilidade dos recursos alternativos. Trazendo vantagens, como: a demonstração públicas do compromisso relativo à gestão ambiental, melhoria contínua do desempenho ambiental, preocupação com o futuro do PG-PNC, na manutenção de boas relações públicas com todas as partes interessadas e no desenvolvimento e partilha de soluções ambientais.

No que diz respeito aos obstáculos no caso da implementação de um SGA no PNC, o técnico aponta os custos financeiros, a falta de recursos humanos apropriado e disponíveis, falta de conhecimento/informação disponível, a complexidade, a falta de apoio da gestão de topo por último os hábitos implementados, isto é, resistência às mudanças.

Quando questionado sobre a classificação da sustentabilidade no PNC numa escala de um (1) a cinco (5), em que um (1) seria mau e os cinco (5) seria muito bom. O técnico não atribuiu nenhuma pontuação a todas as questões apresentadas.

Para o V técnico, aponta a gestão das últimas florestas húmidas na Guiné-Bissau, intregação da gestão tradicional de espaços e recursos (gestão de zonas sagradas), gestão participativa, iniciativas de desenvolvimento comunitário e gestão integrada das terrestres e marinhas, inclusive do espaço de pesca (Rio Cacine e Rio Tomabli) como os cinco pontos fortes em matéria do desenvolvimento sustentável no PNC.

Sugere como cinco ações a desenvolver no PNC em matéria do desenvolvimento sustentável: adopção de métodos adaptados de pesca (pesca responsável), apoio ao desenvolvimento da rizicultura como forma de diminuir a pressão sobre os recuses florestais, apoio a exploração e transformação de produtos florestais não lenhosos, reconversão de caçadores no quadro das atividades do ecoturismo, como guias turísticos e conservação das áreas sagradas como um fator importante na reprodução social das comunidades locais.

Este técnico identifica ainda cinco (5) palavras-chave que na sua opinião melhor caraterizam ou simbolizam o PNC, que são: floresta húmida com espécies do domínio guineense-congolês, diversidades de primatas, ungulados e diferentes tipos de aves florestais, zona de culturas específicas das etnias nalús, sossos e tandas, diversidades de peixes sobretudo pelagicos e ecossistema típico, especifico e muito particular na Guiné-Bissau. Considera que é muito importante a integração de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) no Plano de Gestão do

Parque Nacional de Cantanhez (PNC). Indica que as preocupações ambientais são integrados no PG do PNC, através de resultados obtidos a partir de estudos ambientais e socioeconómicos, assim como de ações de monotorização e seguimento, sendo que estes servem de base a atualização do regulamento interno e da zonagem do PNC.

Para este técnico também, a implementação de um SGA no PNC seria uma oportunidade de inovação de melhoria continua no que diz respeito, a redução da ocupação de terrenos e no aumento da disponibilidade dos recursos alternativos. Trazendo assim, vantagens, como a demonstração públicas do compromisso relativo à gestão ambiental e no desenvolvimento e partilha de soluções ambientais.

No que diz respeito aos obstáculos no caso da implementação de um SGA no PNC, o técnico aponta os custos financeiros e os hábitos implementados, isto é, resistência às mudanças.

Quando questionado sobre a classificação da sustentabilidade no PNC numa escala de um (1) a cinco (5), em que um (1) seria mau e o cinco (5) seria muito bom.

- Ao apelo à justiça social e económica atribuí quatro (4) pontos;
- Na afirmação da igualdade e equidade do género atribuí igualmente três (3) pontos;
- Na promoção deformação ambiental dos recursos humanos atribuí quatro (4) pontos;
- Na demonstração pública do compromisso relativamente à gestão ambiental atribui três (3) pontos;
- Quanto a promoção e melhoria contínua do desempenho ambiental atribuí três (3) pontos;

  Finalmente, no que diz respeito ao desenvolvimento de produtos com preocupações ambientais atribuí três (3) pontos.

## 4.4 - Análise sociocultural e religiosa da população local

As questões colocadas aos entrevistados sobre a existência ou não de matos e sítios sagrados nas tabancas selecionadas como amostra, no sentido compreender a etno-ecologia destes territórios e a relação dos habitantes com meio natural e espiritual que lhes envolvem. Considerando que a origem dos matos sagrados está estritamente ligada com as histórias das

fundações das *tabancas*. Porém, nos tempos mais remotos, o fundador de uma *tabanca* precisava antes mais conhecer as forças sobrenaturais (*irãs*) que habitam no território que se pretende ocupar e aos quais deve pedir autorização, mediante um contrato verbal. Este contrato é celebrado com os que são considerados os verdadeiros donos do chão - os *irãs* – e é a base dum compromisso pelo qual os *irãs* garantem a protecção da *tabanca* e o bem-estar da população.

Os humanos, pelo seu lado, realizam cerimónias, que podem ser de caráter simples e/ou complexos, mas cujo cumprimento é determinante para que haja uma boa e pacífica coabitação. Geralmente os matos sagrados são considerados como um bem social da *tabanca*;

Os seus proprietários, a *djorso*n fundadora (a linhagem fundadora da *tabanca*), são representados por um dos seus anciãos que é responsável na realização de cerimónias e tem a função social de prestar serviço a favor de toda *tabanc*a, seja de forma direta ou indireta. Partindo destes pressupostos, que todas as tabancas mais antigas de origem nalús em Cantanhez tenham matos e sítios sagrados, foi nesta base desta compreensão que aos 376 respondentes foi feita a pergunta: existem matos/sítios sagrados na sua tabanca?

As expostas de 230 (61,2%) inquiridos afirmaram que sim e 146 (38,8%) que não. Os que responderam sim forneceram uma lista com os nomes de 156 matos/sítios sagrados nas localidades visitadas durante o estudo.

O uso dado para cada um destes matos ou sítios sagrados varia muito. Pelo que foram apresentados mais de duas dezenas e meia de utilizações diferentes, dos quais pode se destacar as seguintes: cerimónias, referida por mais de 46%, o fanado com cerca de 16%, as destinadas para pedir estabilidade, felicidade, sorte, purificação ou proteção das tabancas, ou seja, numa palavra o bem-estar da tabanca, são mais importantes, como se pode observar na figura 23.

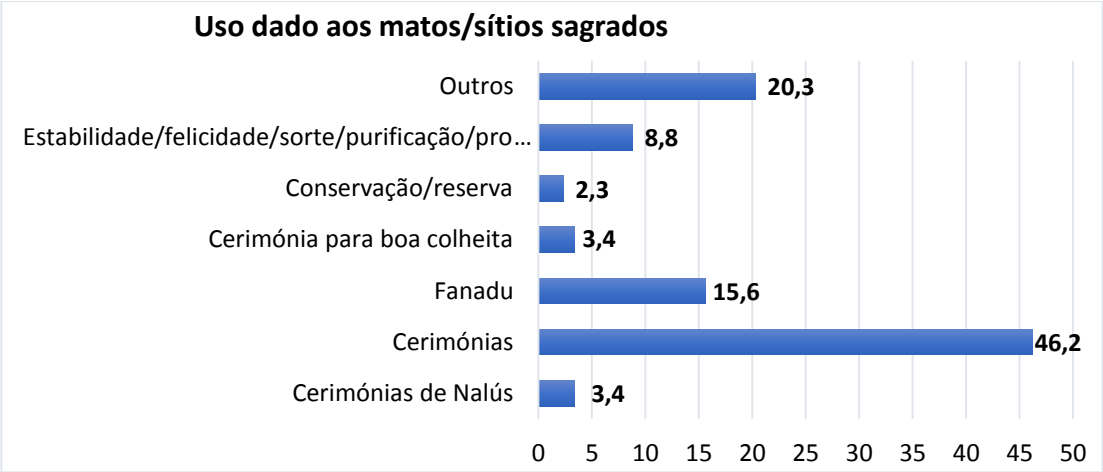



**Figura 23. Lista de actividades realizadas em matos e sítios sagrados (Fonte: Inquéritos quantitativos do ESEA, Abril 2018).**

Quanto a quem se deve pedir autorização para a utilização dos matos/sítios sagrados, foram referidas 35 autoridades diferentes, dos quais podemos destacar o dono da aldeia/tabanca/tchon ou chefe de tabanca referido por mais de 63% dos inqueridos, o régulo vem a seguir com 16,4%, os anciões/homens grandes e mulheres grandes ocupam as posições seguintes com 3,7 e 2,8 por centos, respetivamente, como se pode observar na figura 24.

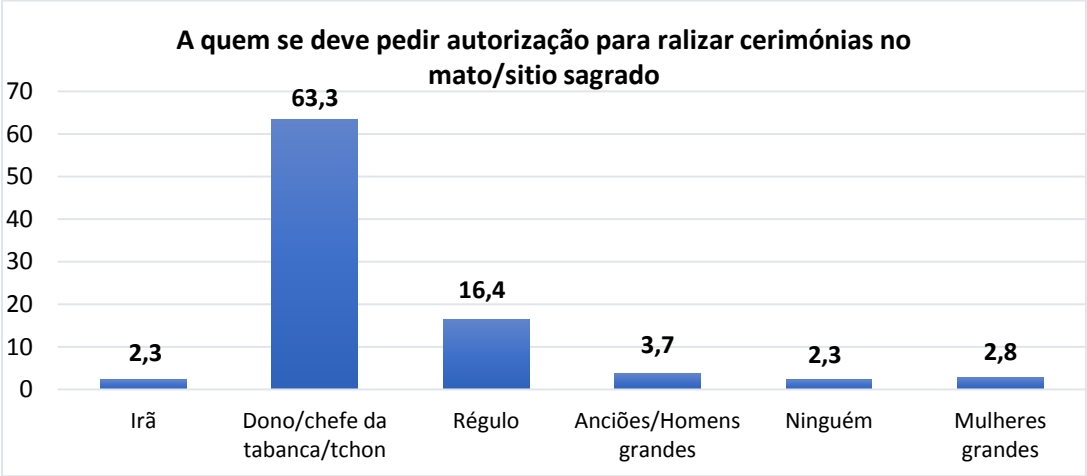



**Figura 24. Autoridades para os matos/sítios sagrados Fonte: Dados do inquérito quantitativo do Estudo Socioeconómico e Ambiental, Abril (2018).**

## 4.5 - Estado do conhecimento da população local sobre aspectos institucionais ligados ao Parque Nacional de Cantanhez (PNC)

Este extracto do estudo visa ter um conhecimento do que as comunidades residente no PNC e nos 2 Km limítrofes sabem sobre a vivência numa área protegida, as regras existentes e o grau de participação na conservação e uso durável dos recursos naturais. A questão se o CAF sabe que vive com o seu agregado numa área protegida ou nos limítrofes dessa área, 268 (71,3%) dos 376 inquiridos declararam não ter a noção, somente 28,7% (100) sabia. Daqueles que sabiam que vivem, somente 35,4% conheciam as estruturas de gestão da área protegida e 13% como funciona essa estrutura. No que diz respeito as regras que orientam as pessoas que vivem numa área protegida, 21,3% do total dos inquiridos sabiam, contra 78,7% dos que não sabiam. Aqueles que têm o conhecimento sobre as regras de vivência numa área protegidas ressaltaram sobretudo as proibições diversas (71,5%). Quanto aos AF que vivem nos limítrofes do PNC, em relação aos possíveis conflitos com as autoridades do parque, 364 (96,8%) dos 377 inquiridos nunca tiveram problemas e somente 12 (3,2%) foram confrontados com violações no domínio de corte do cibe e desmatação para instalação de propriedades agrícolas respectivamente (33,3%) e outras violações relacionadas com a pesca e caça (33,2%). A participação nas atividades conduzidas pelas autoridades do parque da parte dos inquiridos mostra que somente 10,4% dos inquiridos declararam participar e as participações resumem-se nas reuniões convocadas (30%), sensibilização (34%), formação (4%), controle da floresta (6%). A questão mais sensível era saber se os inquiridos ouviram falar do Instituto da Biodiversidade e Áreas Protegidas (IBAP) e quais as suas funções. Cerca de metade (49,5%) dos inquiridos tinham ouvido falar do IBAP e desses, 26,8% não conheciam as funções do instituto, 26,8% referiram-se a vigia/defesa dos recursos, 21,8% conservação/preservação, 10,1% controlo da floresta e fauna. Ao longo do ESEA, deparou-se com vários cenários de usos inadequados dos recursos naturais que demonstram claramente que o sentimento de falta de informação adequada sobre o uso dos recursos naturais do parque e sensibilização, já que o que ressalta mais são as proibições e não o uso sustentado. Esta afirmação é amplamente suportada pelos dados quantitativos, em que das 21,3% das pessoas inquiridas e que tinham conhecimento das regras de vivência numa área protegida, 71,5% apontaram as proibições como sendo as regras mais importantes.

**Figura 25. Uso inadequado dos recursos naturais no PNC (Fonte: ESEA, Abril 2018).**

Com o objetivo de medir o grau de organização das comunidades residentes do Parque Nacional de Cantanhez e a 2 Km da sua área limítrofe. De acordo com os inquiridos uma grande maioria faziam parte duma associação/agrupamento ou de uma estrutura tradicional de administração (Comité de Tabanca). A natureza das organizações da qual fazem parte, cerca 40,5% declararam fazer parte dum agrupamento/associação, 28,9% que faziam parte dum Comité de Tabanca e a natureza agrícola dessas estruturas organizativas foi dominante, com 43,8% dos inquiridos que responderam afirmativamente.

# Capítulo V Desenvolvimento futuro

## 5.1 Diretrizes para desenvolvimento de um Sistema de Gestão Ambiental adequado às Áreas Protegidas.

De acordo com o estudo realizado sobre as vantagens de adopção de um Sistema de Gestão Ambiental no contexto das Áreas Protegias (ABREU, 2011) na sua dissertação "Implementação do Sistema de Gestão Ambiental m Áreas Protegidas" tras a luz a possibilidade de criar ou mesmo de moldar um sistema de Gestão Ambiental que se adeque às Áreas Protegidas com base nas normas de certificação ISO 14001:2004 e EMAS no sentido de orientar os conservadores responsáveis pela gestão das APs.

A semelhança de organizações que pretendem melhorar o desempenho das suas atividas, melhorar a sua imagem e consequentemente aumentar o seu lucro. Os gestores das áreas protegidas também poderão fazer o uso dos mecanismos normativos (ISO 14001:2004 e o EMAS) para melhorar a performance dentro das APs e minimizar os impactes negativos, no caso particular do PNC e minimizar os conflitos dentro do recinto do Parque. Para tal deve SER fomentada a criação de bases de apoio para a sua concretização. Á aplicação dum Sistema de Gestão Ambiental (SGA) numa Área Protegida, deve se basear num modelo que servirá como guia onde serão traçadas claramente as orientações, ou seja, um plano que facilitaria todo o processo da implementação do SGA. Isso requer a elaboração dum guia prático onde irá conter explicitamente os principais requisitos para a implementação do SGA.

A implementação dum SGA numa AP irá permitir aos gestores efetivarem os objetivos com os recursos disponíveis no Parque e nas áreas limítrofes, sem grandes esforços ou disperdicios.

Ao conceber o modelo a que ter em conta, o fato de existirem várias tipologias de APs com diferentes características em que cada foi criada com um objetivo específico, devendo as orientações ser moldaveis de modo adaptar a todas as categorias de APs. Após a conceção do documento, este deverá ser propriedade do Instituto responsável pela Gestão das APs, no caso da Guiné-Bissau seria apropriado pelo Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP) e para isso deve-se ter em consideração a legislação, regulamentações existentes no âmbito do ambiente bem como o regulamento interno do parque. Porque estas APs apesar de cada uma possuir a sua própria caraterística, todas elas fazem parte duma estratégia, como tal todas devem estar enquadradas no mesmo plano de ação.

Os gestores das APs ao conceber um modelo que obedeçam as normas ambientais dever ter presente o fato de que o processo em questão irá acaretar custos necessários até que seja

colocado em prática, porque o referido modelo seria parte integrante do processo de certificação e/ou ratificação. Contudo, poderão ser angariados fundos através de vários parceiros no sentido de minimizar os custos resultantes do processo da imlementação *dum SGA. Para a criação de uma base de apoio à concretização de SGA em APs, sugere-se antes de mais*, a criação duma célula a nível nacional ou a setorial, conforme a estrutura administrativa do país. Como tal, as valencias passariam por uma criteriosa seleção sobretudo dos elementos mais importantes e susceptiveis de alteração por elementos externos em seguida iniciar a preparação para um processo de levantamento ambiental inicial, de acordo às caraterísticas de cada Área Protegida. (ABREU, 2011).

Sugere-se que numa primeira fase o Parque Nacional de Cantanhez (PNC) seja selecionada como principal alvo, ou seja, que funcionasse como um projeto piloto e servisse numa seguinte fase como modelo a implementação de um SGA noutras APs com outras características distintas. Como rubricas para a selecção para a criação de um modelo sustentável, propõe-se uma direção de topo capaz de se envolver a si e aos outros, dado que deverá ser a principal figura capaz de fomentar aplicação de um SGA, com um *staff* dinâmico recrutado nas mediações da AP e ainda ser capaz de dinamizar o processo de implentação bem com a sua continuidade.

A aplicação de um modelo de SGA nas APs, deve ser desenvolvido para que vão de encontro aos requisitos e critérios exigidos seletivamente e que permita escolher com exatidão os responsáveis pela manutenção das AP, isto é, responsáveis com boas condutas a nível ambiental, de forma a tornar o SGA mais fácil de implementar,cujos possam ser extesiveis as outras áreas, criando assim um sistema forte e credivel de melhoria ambiental em torno do Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP).

O facto de uma AP serem alvo de intervenção por diferentes atores, com as mais variaveis motivações, há uma necessidade de escolher de forma rigorosa e seletiva um responsável pela implementação do SGA, este por sua vez deve selecionar outros responsáveis por várias outras atividades, não esquecendo que é imperativo o envolvimento de todos aqueles que operam na área, assim como a população local, recorrendo para tal à ações de formações, reuniões, ou mesmo a reunião de conselho de gestão.

Contudo, as atividades de informação e formações, no entanto, não se devem restringir apenas ao *staff*, deverá estender-se também a qualquer individuo que esteja interessado e presentes dentro da área reservada.

Por serem várias e complexas as atividades desenvolvidas nas Áreas Protegidas, deve-se ser confirado um especial atenção as rubricas ambientais e ecológicos, pois são responsáveis pela salvaguarda e melhoria contínua de toda a biodiversidade (ABREU, 2011).

## 5.2- Sistema de Gestão Ambiental adequado à Áreas Protegidas

Quando uma entidade decide implementar um SGA no contexto de AP, a seguir deve escolher a melhor forma ou seja delinear qual modelo a seguir para a concretização do objetivo. Neste sentido torna-se imperativo a identificação de desafios existente ao longo do processo para assim enveredar pelo melhor caminho.

Não esquecendo que a implementação de um referencial normativo requer um forte engajamento pois irá exigir várias alterações principalmente na área ou na atividade em que se pretende aplicar a norma. Processo que irá necessitar de envolvimento de todos os atores que intervêm na Área reservada bem como a de população local. A partir do momento que estes pontos estejam definidos, embora possam vir a surgir constrangimentos e/ ou estrangulamentos ao processo, poderão ser facilmente ultrapassados.

O período de processo da programação de um SGA, segundo a norma ISO 14001:2004 rege-se pelos princípios da melhoria contínua posicionado em quatro pilares: planear, executar, verificar e actuar (vulgarmente conhecido por ciclo de Deming ou ciclo PDCA, corrente de "Plan, Do, Check, Act"). Este processo é determinado por uma forte motivação dos responsáveis e envolve quatro etapas principais que a seguir se descrevem.

1ª Etapa - Política ambiental – a definição de uma política ambiental é a base fundamental de um processo de certificação do SGA e demonstra o empenho da organização em promover a sua eficiência ambiental, atribuindo responsabilidades, procedimentos e objectivos gerais a atingir;

2ª Etapa - Análise ambiental preliminar – esta análise permitirá determinar a eficiência ambiental da organização e estabelecer objectivos específicos para aplicação da política ambiental estabelecida;

3ª Etapa – Objectivos ambientais – estes objectivos qualificam as metas a atingir pela organização e devem ter em consideração os indicadores obtidos através das análises ambientais realizadas bem como valores típicos de outras organizações semelhantes;

4ª Etapa - Programa ambiental – o programa ambiental detalha a metodologia a adotar pela organização para que se atinjam os objectivos ambientais definidos. Um dos seus pontos fundamentais consiste em definir cadeias de responsabilização e de autoridade.

**Quadro 5 - Ciclo de Deming ou ciclo PDCA (Fonte: Wikipédia, Janeiro 2019)**

Na verdade o processo da implementação de um SGA em qualquer instituição já se encontra previamente elaborado,mas apenas para instituições com fins lucrativos como tal a figura do responsável máximo pelo seguimento e monitoriação de todo o processo até a submissão da certificação.

Mas para o caso particular de Gestão de Áreas Protegidas quer a estrutura, quer método de gestão são totalmente direntes das que são implementadas em organizações tradicionais. Neste sentido ao pretendender-se aplicar a norma ISO 2001 numa AP vai ser necessário percorrer caminhos mais complexos, pois ao invés de gerir uma entidade com fins lucrativos, vai-se gerir uma instituição territorial. Esta diferença só por si representa um grande desafio para os gestores de APs e podem limitar o processo devido a complexidade de gestão territorial.

No caso das organizações corporativas a implementação de SGA no que diz respeito ao aspeto temporal e espacial é mais explícito e concreto. Numa AP todo o processo de de implementação poderá ser mais complexa pois irá abranger um vasto território e as atividades desenvolvidas dentro do seu recinto.

Um outro aspeto que difere o processo de implementação do SGA nas duas organizações, é que enquanto é linear e reconhecida o responasável pela implementação do SGA numa organização corporativa,porque já se encontra previamente identificado na norma,enquanto na gestão das APs isso não acontece, devido a complexidade da estrutura das Áreas Reservadas e pelo fato de serem alvo de intervenção por várias entidades públicas e privadas.

Apesar de existir uma entidade responsável pela conservação dos recuros existentes nas APs, mas não possuem um poder total sobre todos os eventos que ocorrem nesta área, pois a administração local tem poderes que lhe permite participar na gestão territorial da AP e podem mesmo interromper qualquer procedimento que represente ameaça a qualidade ambiental da Área Reserva e isso implica analise de outros aspectos mais extenos que por norma não são considerado como indicadores na análise numa instituição corporativa (ABREU, 2011).

Neste sentido é muito importante definir a principal figura de gestão de topo antes da efetivação do processo da certificação. O responsável máximo irá desempenhar um papel fundamental em várias fases da implementação do SGA, tendo em conta a vulnerabilidade das atividades desenvolvidas nas APs, que podem interferir com a qualidade ambiental a Área Resevada.

Desta forma torna-se imperativo a participação em massa de todos os intervenientes na AP para que possam participar na definição de metas e objetivos a atingir com a implementação dum SGA no Parque (ABREU, 2011).

Sendo ssim,a certificação de uma AP poderá implicar, não só, a certificação da entidade responsavel pela gestão de AP,mas também a certificação de todo o seu sistema bem como as atividades desenvolvidas pelo mesmo.

É certo que o sucesso da implementação do SGA na AP irá depender totalmente do nível de envolvimento da gestão de topo, assim como a de todos os intervenientes no recinto da AP de forma sistemática e continua.

Assim, ao pretender-se implementar um SGA numa AP, deve-se ter em conta a essência de cada AP,pois cada uma delas foi criada com um propósito, a certificação deve ser uma mais vália sem perder de vista o propósito principal da Área Reservada. Por outro lado, as próprias APs têm aspectos ambientais que diferem entre si, desta forma a implementação dum SGA deve-se ter em conta todas as especificidades da AP a ser certifica e garantir a sua salvaguarda. Apesar das linhas de orientadoras possam ser implementadas em todas as APs, a forma como será aplicada irá divergir de AP para AP (ABREU, 2011).

## 5.3 - Requisitos e linhas de orientações para a implementação de um Sistema de Gestão Ambiental numa Área Protegida.

O enquadramento das linhas de orientações sobre os requisitos gerais, política ambiental e planeamento do SGA.

**Requisitos gerais:** ao pretender implementar um SGA numa PA em qualquer instituição, o primeiro passo a ter em conta é a definição e o enquadramento da sua aplicação.

Dentro do enquadramento das Áreas Reservadas, às Áreas Protegidas podem ser tomadas como uma organização que se encarrega de gestão dos recursos naturais numa determinada área madeiras, produtos alimentares, plantas medicinais e outros e prestador serviços como a protecção de habitats, recreio e turismo, serviços do ecossistema, entre outros. Ainda possui vários nucleos operacionais tais como a flora, a fauna, turistas, comunidade local, operadores turísticos, funcionários, pesquisadores e que a com associações locais e organizações não-governamentais existentes no interior da AP e na área limítrofe.

A implementação do ISO 14001 e/ou do EMAS, pode ser aplicada em toda Área Protegida ou pode se escolher apenas uma atividades e/ou certos aspectos da AP.

A seleção da área a certificar irá está ligado ao objetivo que se pretende alcançar a partir da gestão territorial.

O SGA pode ser implementado da seguinte maneira:

a) Ser implementado apenas à gestão da AP, de forma a reduzir os impactes ambientais negativos resultantes das atividades desenvolvidas no recinto da AP e, simultaneamente, garantir a sua eficiência ambiental;

b) Ser implementado pela entidade responsável pela gestão da AP, tendo como alvo todo o território da AP, todas as atividades desenvolvidas dentro da AP, bem como outras atividades humanas suceptiveis de causar danos ao meio ambiente (ABREU, 2011).

Numa primeira fase, o processo de certificação de AP deve apelar a involvência de todos os atores que intervêm na AP. Este aspeto permitirá um desenvolvimento mais eficaz do SGA.

Entretanto, a preferência do âmbito a implementar o SGA, ficará a responsabilidade da entidade responsável por cada AP. Ao selecionar o âmbito de implementação do SGA, há que ter um especial cuidado no sentido de não não limitar demasiado as atividades a abranger pelo

mesmo,deve-se garantir que todas atividades importantes, principalmente as suceptiveis de gerar impactes negativos para a AP,pois o domínio de implementação do SGA não é algo restrito, mesmo após a certificação, poder ser extensível à outras áreas da AP. Contudo, para isso vai ser necessário um novo processo de certicação para a áreaem questão (ABREU, 2011).

**Política ambiental:** nesta fase da certificação, devem ser dados a conhecer os objetivos claros a que a gestão de topo se propõe e compromete atingir, segundo os princípios basicos da AP. Na elaboração da Política Ambiental (PA), não só devem ser apresentados os objectivos fundamentais para a implementação do SGA,mas também a finalidade da AP no que diz respeito o compromisso e de desempenho ambiental.

Para a colocar em prática a PA, deve-se ter em conta as leis e regras aplicáveis As APs bem como os objetivos da sua criação, planos já existentes e a atividade ou atividades escolhidas para integrar no SGA, que devem ser adaptadas ao modo de gestão de AP em processo de certificação, assim como as necessidades da mesma.

A PolÍtica Ambiental deve conter a intenção da entidade que pretende certificar a AP, em cumprir as leis e normas aplicáveis. De seguida assumir de forma contínua a melhoria ambiental, PA é uma carta de intenções, que deve ser bem estruturada de acordo com as necessidades de cada AP, segundo as especificidades, critérios e oportunidades de melhoria de cada uma. Uma carta de intenção da PA, deve conter os seguintes items:

**Política ambiental**

a) Descrição e caraterização da AP;

b) Objetivos gerais e especificos que se pretende a AP pretende atingir com a sua certificação;

c) Pilares em que assentará a atuação da AP e como se enquadra na PA assenta;

d) Referência à adopção da implementação de um SGA, segundo a Norma ISO 14001:2004 ou o Regulamento EMAS. A gestão de topo, deve ser capaz e possuir a autoridade para garantir que a PA seja devidamente implementada (ABREU, 2011).

A Política Ambiental duma Área Protegida, deve ser explicítito e detalhar todos os elementos do Plano de Gestão da AP, deve criar sinergias entre várias APs funcionando como um meio de sensibilização para várias entidades intervinientes na AP. Após delineado, deve ser verificado e comparado com PA doutras APs, pois devem estar em harmonia.

Elaboração desta política deve implicar a involvência de todos os interessados,assim como em todo o processo de implementação do SGA.

É importante que a Política Ambiental não seja tomada como algo imutável, pois pode ir-se adaptando às mudanças e desafios que vão surgindo mesmo depois da certificação se concretizar.

No que diz respeito a escolha dos fornecedores a contratar, a direção da AP deve garantir que elas se submetam a PA da AP, aquando da execução das tarefas para as quais foram contratadas.

**Planeamento:** é nesta etapa em que são definidos as metodologiaa seguir para a elaboração da análise ambiental que permita a identificação das vulnerabilidades dos aspetos ambientais, onde devem ser conferidas um especial atenção aos habitats e aos ecossistemas em preservação, ainda que identifique os impactes possa, advir sobre o meio ambiente dentro da AP,bem como sobre todo o território.

# Considerações finais

De acordo com os dados quantitativos e qualitativos recolhidos e analisados, pode-se concluir que uma grande parte de residentes no Parque Nacional de Cantanhez e das aldeias (tacancas) limítrofes não têm conhecimento dos aspectos legais ligados ao parque, nem das regras existentes e em alguns casos não têm noção se vivem numa área protegida ou numa área limítrofe. Uma questão recorrente é a de pessoas mesmo estando a viver nas zonas do desenvolvimento do Parque Nacional de Cantanhez (PNC) não considerarem que vivem num parque, justificando que somente as pessoas que vivem em Cubucare é que estão dentro do território do parque. O argumento para tais afirmações é que não conhecem as pessoas responsáveis pela gestão do PNC, que não existe nenhum circular a informa-los sobre as suas atividades, embora escutem os programas de sensibilização da Rádio Lamparam. A maioria dos entrevistados e participantes da rubrica focus grupo consideram a conservação como sinónimo da preservação do modo de vida das comunidades, embora haja discordâncias com as regras aplicadas nalguns casos, sobretudo para o caso de inclusão das autoridades administrativas nos planos de conservação autóctones, com a outorga de licenças de exploração nas áreas consideradas como sendo de conservação local. Um aspecto que mereceu a atenção dos participantes é a contrapartida para as comunidades no que concerne as suas participações na conservação que consideram como sendo um ponto fulcral de estímulo a um melhor engajamento. Essas contrapartidas deveriam incidir sobretudo em projetos de infraestruturas social (escolas, saneamento básico, construção de Estrada entre outras), de produção alimentar e formações diversificadas (incluindo os aspectos ambientais e gestão de recursos naturais). Existe um sentimento de que as populações residentes não beneficiam dos recursos naturais, já que a satisfação em termos dos recursos existente e que poderiam ser explorados de uma forma sustentável para consumo nas comunidades lhes é negada, apresentando como exemplo o caso dos recursos florestais lenhosos (madeiras) que são deixados queimar e apodrecer, em vez de serem aproveitados para o fabrico de utilitários domésticos e nas construções. Claramente que o que influenciou nesse sentimento é falta de informação adequada sobre o uso dos recursos naturais do parque e sensibilização sobre a importância da sua conservação, já que o que ressalta mais são as proibições. Esta afirmação é amplamente suportada pelos dados quantitativos, em que das 21,3% das pessoas inquiridas e que tinham

conhecimento das regras de vivência numa área protegida e 71,5% apontaram as proibições como sendo as regras mais importantes. Em relação a implementação das regras do PNC, o sentimento é de que deveriam ser precedidos de uma sensibilização intensa antes da sua aplicação, evitando dessa forma conflitos futuros e alegações de desconhecimentos. Existe uma percepção das comunidades, terem sido deixados de lado com a instituição da figura guardas de parque, na lógica de que elementos das diferentes comunidades deveriam ser alistados, sendo as alegações motivadas pela oportunidade de empregabilidade para os jovens locais. A fiscalização marítima foi considerada como determinante no aumento das espécies de pescado na bacia hidrográfica do PNC, já que ela possibilitou a pescadores locais um melhor rendimento nas fainas, dado que anteriormente tinham que ir a grandes distâncias em canoas de remo para conseguir uma pequena captura, pelo que encorajem o seu prosseguimento com maior frequência. Houve discordâncias em relação a proibição das artes de pesca, sobretudo no tocante ao uso de redes mono filamento, que embora considerem a proibição como sendo boa, deveria ser permitido a sua utilização em pequena escala em certos períodos de tempo, sobretudo na pesca de subsistência.

Quanto aos projetos de desenvolvimento realizados ou em curso, muitos financiados pelo Instituto da Biodiversidade e Áreas Protegidas (IBAP) e os seus parceiros, não são entendidos como sendo um dos benefícios proporcionados pelo parque, mas como atividades conectadas às organizações da sociedade civil, daí a noção do parque não fazer nada pela população e que a população se priva em benefício da conservação. Houve a necessidade de explicar, durante a fase de terreno, que efectivamente muitos dos projectos dirigidos as populações são financiados no quadro do parque e que as organizações da sociedade civil que atuam nas comunidades não são mais do que executores. Um aspecto esclarecedor é o desconhecimento das populações que vivem no PNC sobre a zonagem do parque, já que a maioria dos inquiridos se queixa de não ter terrenos para alargar as suas atividades de produção, considerando que todo o território está sujeito a interdição de uso, mesmo para aqueles que vivem nas zonas de desenvolvimento. Tendo em conta os aspectos analisados, depreende-se que a sensibilização/comunicação é o grande factor de estrangulamento para o entendimento pelas comunidades que vivem no PNC e nos 2 Km limítrofes das regras do parque, dos direitos dos residentes a utilização sustentável dos recursos, das oportunidades para o desenvolvimento local através da figura parque e da importância da sua participação na conservação e utilização durável dos recursos que o PNC encerra. Tendo em conta o exposto, recomenda-se: um programa de comunicação/informação consistente que informe devidamente os residentes sobre o parque, o seu objetivo, missão, visão, suas regras, as possibilidades do

desenvolvimento local através de projectos financiados pelo IBAP e os seus parceiros. O perfil esperado pelos residentes na área protegida e nas áreas limítrofes, usando para tal a média comunitária existente de uma forma eficaz (Rádio Lamparam e Televisão Comunitária), uma maior participação e envolvimento das autoridades locais na planificação, implementação e monitorização das atividades de conservação, assim como a responsabilização das comunidades pelo uso sustentável dos recursos do parque. Uma maior visibilidade das autoridades do PNC no território e nas zonas limítrofes do parque, visibilidade que poderá servir para desencorajar violações às regras do parque e para informação sobre as suas atividades. A implicação nas atividades de conservação das estruturas autóctones existentes antes do parque, a capacitação dessas estruturas e os seus enquadramento *de fato* como agentes comunitários de conservação, beneficiando de oportunidades remuneratórias através do ecoturismo e contravenções por violação das regras do parque. A implementação desta recomendação favoreceria as sinergias entre os guardas de parque e a juventude local, permitindo uma maior eficácia no monitoramento e controlo das áreas críticas do PNC.

Assim a opção da implementação de um modelo de Sistema de Gestão Ambiental de acordo com as caraterísticas do PNC, poderá trazer consigo vários benefícios, sendo as principais: uma melhoria significativa da imagem da AP minimizando os impactes resultantes da ação antropologenicas,irá garantir ainda o cumprimento das regras internas no parque assim como um relacionamento mais saudável entre os vários atores que atuam no Parque. Como qualquer processo de certificação, também a implementação dum SGA não será algo fácil, mas certamente que os esforços valerão a pena.

# Referências bibliográficas


1. ABREU, J. (2011). *Dissertação "Implementação de Sistemas de Gestão Ambiental em Áreas Protegidas". Lisboa.*

2. BABBIE, E. Métodos de Pesquisas de Survey. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, 519 p.

   (Resumo realizado, conjuntamente, por Carlos Milani, Karine Oliveira, Naiana Guedes, Rafael Portinho e Sheila Cunha).

3. Balick, M.J. & Cox, P.A. (1996). Plans, People and culture. Scientific American Library, New York.

4. BRUNDTLAND, G. H.(1987). Our *Common Future*. (First Ed.),United Nations, Oxford University Press, *New York*.

5. Catarino, L. Et al. (2012). *As florestas do Cantanhez (Guiné-Bissau) – Vegetação, alterações do coberto do solo e utilização dos recursos naturais.* Bissau, Guiné-Bissau.

6. CAMPENHOUDT, L. V. & RAYMOND, Q. *"A construção do modelo de análise". In: Manual de investigação de Ciências Sociais.* (2008). Gravita, 5ª Edição. Coimbra, Portugal.

7. D`Azevedo T. R.(2009). *Implementação de Sistemas de Gestão Ambiental: Motivações, Vantagens e Instrumentos*. Produção Naturlink – Informação Ambiental, S.A. Lisboa,Portugal.

8. FERREIRA, J. V. (2004), *Sistema de Gestão Ambiental. Instituto Politécnico de* Viséu. Viséu, Portugal.

9. FREITAS, H. Et al. (1998/1999). *O método de Pesquisa Survey.* Revista de Administração, São Paulo v.35, n.3,p.105-112,Juljo/Setembro 2000.São Paulo, Brasil.

10. HANDEM, A. Et al. *Estratégia Nacional e Plano de Acão para a conservação da diversidade biológica na Guiné-Bissau.* (Março 2009). Guilherme, C. (Coordenador). Ministério dos Recursos Naturais e Energia-Direcção Geral do Ambiente. AAFDL Editora. Lisboa, Portugal.

11. Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas – IBAP. (2014). *Estratégia Nacional para as Áreas Protegidas e a Conservação da Biodiversidade na Guiné-Bissau, 2014 – 2020*. 70 páginas. Bissau, República da Guiné-Bissau.

12. NORMA PORTUGUESA. *Sistemas de Gestão Ambiental Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização (ISO 14001:2004). (2ª edição, Março 200*5). Instituto Português da Qualidade. Elaboração CT 150 (IA).Caparica, Portugal.

13. Plano de Gestão do Parque Nacional de Cantanhez. (2008 e 2016). Guiné-Bissau, Bissau.

14. PINTO, A. (2015). *ISO 14001:2015 Gestão Ambiental - Guia Prático.* LIDEL Editora, Edição 2018. Lisboa, Portugal.

15. RICHARD B. P. A *Primer of Conservation Biology. (1995).*Boston University - Sinauer Associates Inc., Publisheres *Sunderland* - Massachusetts, U.S.A.

16. Regulamento interno do Parque Nacional de Cantanhez.

## Sites consultados:

- ✓ ISO - International Organization for Standardization ou Organização Internacional para Padronização ou Organização Internacional de Normalização - http://pt./wikipedia.org/wiki/ISO_14001. Consultado à 13/09/2018.
- ✓ Certificação ISSO 14001 - www.rivieradesaolourenco.com. Consultado a 13/09/2018.
- ✓ Convenção sobre a Diversidade Biológica – www.wikipedia.org. Consultado a 13/09/2018.
- ✓ Convenção-Quadrodas Nações Unidas sobre a Mudança do Clima e wikipedia.org/wiki/REDD Plus. Consultado à 13/09/2018.
- ✓ Acordo de Basileia - wikipedia.org/wiki/Basileia. Consultado a 13/09/2018.
- ✓ Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção - http://pt.wikipedia.org/wiki/Convencao internacional_das_Especies_da_Fauna_e_da_Flora_Silvestres_Amecadas_de_Extintas. Consultado a 13/09/2018.
- ✓ Convenção de Ramsar - www.portal/biodiversidade/ramsar.com. Consultado a 13/09/2018.
- ✓ Convenção africana sobre a conservação da natureza e dos recursos naturais - https://pt.wikipedia.org/wiki/Convencao_africana_sobre_a_consercao_da_natureza_e_dos_recursos_naturais. Consultado à 13/08/2018.
- ✓ https://pt.wikipedia.org/wiki/Conservacionismo_(movimento).com. Consultado a 24/09/2018.
- ✓ https://pt.wikipedia.org/wiki/area_protegida. Consultado à 24/09/2018.
- ✓ https://pt.wikipedia.org/wiki/area_protegida_Legislacao_guineense. Consultado a 24/09/2018.
- ✓ htt://pt.wikipedia.org/wiki/Guiné-Bissau. Consultado a 24/09/2018.
- ✓ http://euroogle.com/dicionario.pt. Consultado a 12/10/2018
- ✓ http://ambiente.maiadigital.pt/ambiente/indicadores/o-que-sao-indicadores-de-sustentabilidade.com. Consultado à 12/10/2018.

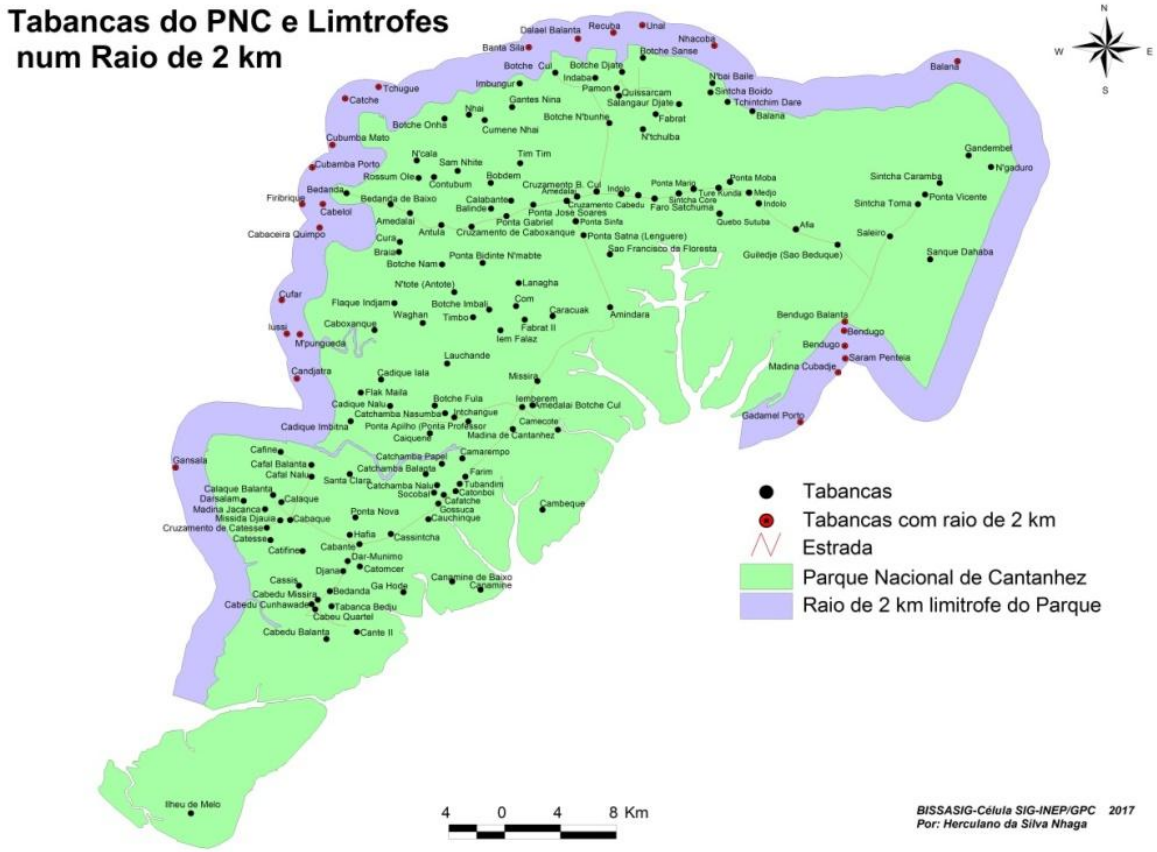
## Legislações consultadas

1. Lei de Avaliação Ambiental

2. Lei de base do Ambiente versão 2011
3. Decreto-Lei da criação Parque Nacional de Cantanhez
4. Lei-Quadro das Áreas Protegidas versão 2011
5. Lei da Terra
6. Regulamento Interno do Parque Nacional de Cantanhez

# Anexos

## Anexo I Localização das aldeias/tabancas do Parque Nacional de Cantanhez e a 2 km limítrofes



## Anexo II Distribuição de amostra do estudo Socioeconómico e Ambiental

| Nº | Aldeias | | Nº inquiridos | Nº | Aldeias | Nº inquiridos |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **1** | Amindara | | 1 | **21** | Cadique | 23 |
| **2** | Balana | | 1 | **22** | Cafatche | 1 |
| **3** | Balana | | 4 | **23** | Cafine | 20 |
| **5** | Botche Cul | | 5 | **25** | Cambeque | 3 |
| **4** | Bedanda | | 15 | **24** | Farim | 3 |
| **6** | Canamine | | 7 | **26** | Gã Hode | 11 |
| **7** | Cassintcha | | 2 | **27** | Gadamael Porto | 21 |
| **8** | Catchamba | | 3 | **28** | Gamdembel | 16 |
| **9** | Catés | | 12 | **29** | Guiledje | 3 |
| **10** | Catumboi | | 2 | **30** | Iem Falas | 22 |
| **11** | Botche Sansau | | 3 | **31** | Iemberem | 11 |
| **12** | Cabante | | 2 | **32** | Ilha de Melo | 2 |
| **13** | Cabedu | | 34 | **33** | Lautchande | 5 |
| **14** | Cabuchanque | | 15 | **34** | Madina Iemberem | 7 |
| **15** | Cabulol | | 18 | **35** | Medjo | 13 |
| **16** | Colubia | | 11 | **36** | N'Cala | 11 |
| **17** | Cura | | 21 | **37** | Quebo Sutuba | 7 |
| **18** | Darsalam | | 4 | **38** | Salero | 8 |
| **19** | Faro Sadjuma | | 8 | **39** | Tchugue | 15 |
| **20** | Flaque N'Djam | | 1 | **40** | Tim Tim | 1 |

## Anexo III Ficha de inquérito quantitativo do estudo

Ficha do Inquérito Quantitativo para o **"Estudo Socioeconómico e Ambiental"** no Parque Nacional de Cantanhez.

**Nome do investigador** _____**Data:**_____/____/___

**Quest.Num:** |__|__|__|

Sector: _____ Tabanca/Aldeia: _____

**I. Identificação do agregado familiar**

**I.1.** O respondente é chefe do agregado familiar? |__| 1-S; 2-N

**I.1.1** Se não, qual o grau de parentesco com o chefe do agregado familiar? |__|

**1**-Marido; **2**-Mulher; **3**-Filho(a); **4**-Irmão(ã); **5**-Sobrinho(a); **6**-Tio(a); **8**-Outro

**I.2.** Nome do chefe do agregado familiar _____

**I.3.**Contacto |__|__|__|__|__|__|__|__|__| |__|__|__|__|__|__|__|__|__|

_____@_____

**I.4.** Sexo: |__| 1- M; 2- F

**I.5.** Idade (anos): |__|__|

**I.6.** Etnia do chefe do agregado? |__|__|

**11-**Beafada**; 12-**Fula; **13-**Nalu; **14**-Tanda; **15-**Djacanca; **16-**Susso; **17-**Balanta; **18-**Pepel; **19-**Bijagó**; 20-Manjaco;** Outro_____

**I.7.** Nível de escolaridade? |__|__|

**11-**Não sabe ler nem escrever; **12-**Alfabetizado (escreve o nome e pode ler); **13-**1º-4º ano de escolaridade; **14-**5º-6º ano de escolaridade; **15-**7º-9º ano de escolaridade; **16-**10º-12º ano de escolaridade; **17**-Curso profissional; **18**-Curso médio; **19-**Curso superior; **20-**Madrassa; **21-**Corânica; Outro_____

**I.8.** Qual a religião do chefe do agregado familiar? |__|

**1-**Animista; **2-** Muçulmana; **3-**Católica; **4-** Evangélica

**I.9.** Nº do membro do agregado: |__|__|

Adultos masculinos: |__|__| Maiores de 15 anos

Adultos femininos: |__|__| Maiores de 15 anos

Crianças masculinas: |__|__| Menores de 15 anos

Crianças femininas: |__|__| Menores de 15 anos

**I.10.** Principal actividade económica do chefe de agregado/Profissão? |__|__|

**11-**Agricultor; **12-**Alfaiate; **13-**Ferreiro; **14-**Pedreiro; **15-**Carpinteiro;

**16-**Pintor; **17**-Professor; **18-**Comerciante; **19-**Pescador; **20-**Mecânico;

Outra:_____

**I.10.1.** Outras actividades económicas do chefe de agregado?

|__|__| |__|__| |__|__|

**11-**Agricultor; **12-**Alfaiate; **13-**Ferreiro; **14-**Pedreiro; **15-**Carpinteiro;

**16-**Pintor; **17**-Professor; **18-**Comerciante; **19-**Pescador; **20-**Mecânico;

Outra:_____

**I.11.** Qual o rendimento anual que tira da sua actividades principal?

|__|__|__|__|__|__|__| XOF

**I.12.** Qual o rendimento que tira da(s) outra(s) actividade(s) económica(s)?

|__|__|__|__|__|__|__| XOF |__|__|__|__|__|__|__|XOF |__|__|__|__|__|__|__|XOF

**I.13.** É proprietário de hortas? |__| 1-S; 2-N

**I.13.1.** Se sim, que tipo de hortas:
1. _____
2. _____
3. _____
4. _____

---

**I.13.2.** Qual o tamanho da(s) sua(s) horta(s):
1. |__|__|__|__|__|__| $m^2$ 2. |__|__|__|__|__|__| $m^2$
3. |__|__|__|__|__|__| $m^2$ 4. |__|__|__|__|__|__| $m^2$

**I.14.** Aproximadamente nas duas campanhas passadas (2016/2017), qual o rendimento tirado da(s) sua(s) horta(s)?
2016: 1. |__| 2. |__| 3. |__| 4. |__|
2017 1. |__| 2. |__| 3. |__| 4. |__|
Menos de 100.000 XOF;
101.000-200.000 XOF
201.000-300.000 XOF
301.000-400.000 XOF
401.000-500.000 XOF
Mais de 500.000 XOF

**I.15.** Que outras culturas produz? (listar)
_____
_____
_____
_____

**I.16.** O agregado faz criação de animais? |__| 1-S; 2-N
**I.16.1.** Se sim, que espécies?
Gado bovino |__| Caprinos |__| Ovinos/carneiros |__|
Suínos |__| Aves |__|
**I.16.2.** Qual o efectivo da criação do agregado actualmente?
Gado bovino |__|__|__|__| Caprinos |__|__|__|__|
Ovinos/carneiros |__|__|__|__| Suínos |__|__|__|__|
Aves |__|__|__|__|
**I.16.3.** Que espécie o agregado cria mais para vender?
Gado bovino |__| Caprinos |__| Ovinos/carneiro |__|
Suínos |__| Aves |__|

**I.17.** Se o chefe do agregado é masculino, com quantas mulheres é casado? (nº) |__|__|
**I.17.1.** A que actividades económicas se dedica(m) a(s) sua(s) mulher(es)? |__|__| |__|__| |__|__| |__|__| |__|__|
**11-**Horticultura; **12-**Pesca de subsistência; **13-**Transformação de produtos; **14-**Comércio; **15-**Artesanato; Outra_____

**I.18.** Quanto dos seus filhos contribuem financeiramente nas despesas do agregado? |__|__|
**I.18.1** Com quanto contribuem? |__|__|__|__|__|__| XOF
**I.19.** Pertence a uma associação de produtores? |__| 1-S; 2-N
**I.19.1** Faz parte dum Comité de tabanca? |__| 1-S; 2-N
**I.19.2.** Se sim, qual a natureza da organização da tabanca a que pertence?
A. _____
B. _____

C. _____
D. _____
**I.20.** O agregado familiar vive em quantas casas? |__|__|
**I.21.** As paredes da(s) casa(s) foram construída(s) de:
Adobe |__| Taipe |__| Blocos de cimento |__| Material vegetal(barraca) |__|
**I.22.** A(s) casa(s) é/são coberta(s) de:
Palha |__| Chapas de zinco |__| Fibrocimento |__| Telhas |__|
Outro material: _____
**I.23.** A(s) casa(s) é/estão rebocada(s) com:
Areia e cimento |__| Areia e lama |__| Não rebocada |__|
**I.24.** A pavimentação da(s) casa(s) é /são feita(s) de:
Cimento |__| Lama |__| Mosaico |__| Tapete |__|
Outra forma de pavimentação: _____
**I.25.** O que utiliza o agregado familiar para a iluminação da(s) casa(s)?
Corrente eléctrica/gerador |__| Painel solar/lâmpadas solares |__|
Lanternas recarregáveis/lanternas a pilha |__| Vela |__|
Candeeiro a petróleo/gasóleo/óleo de palma |__|
**I.26.** O agregado familiar possui uma casa de banho? |__| 1-S; 2-N
**I.26.1.** Se sim, de que tipo?
Casa de banho funcional (com pia, lavatório, etc) |__|
Latrina/retrete |__| Outro tipo (especificar): _____
**I.26.2.** Se não possui, como resolve o problema da defecação?
Utiliza a existente na morança |__| Faz defecação ao ar livre |__|
Outra forma (especificar): _____
**I.27.** O agregado familiar possui uma fonte/poço próprio? |__| 1-S; 2-N
**I.27.1.** Se não possui, onde se abastece de água?
Na fonte/poço da morança |__|
Na bomba pública da morança/tabanca/escola |__|
Água do rio/lagoa/fonte de mato |__| Outra forma: _____
**I.28.** Na tabanca onde vive o agregado, existe uma estrutura para o saneamento/limpeza da tabanca? |__| 1-S; 2-N
**I.28.1.** Se sim, como funciona? |__|
**1-**Limpezas semanais; **2-**Limpezas quinzenais;
**3-**Limpezas mensais; **4-**Limpezas ocasionais;
**II. Produção**
**II.1.** Em que ecologia agrícola trabalha?
Bolanha de água doce |__| Bolanha de água salgada|__|
Planalto |__|
**II.2.** Que tipo de agricultura pratica?
Cultura itinerante/pam pam |__|
Fruticultura perene (citrinos, banana, cola,manga) |__|
Produção de arroz nas bolanhas de água salgada |__|
Produção de arroz nas bolanhas de água doce (bas fond) |__|
Prod. de raízes e tubérculos (mandioca, batata-doce, nhambe, manfafa) |__|
Horticultura (i.e canja, djagatu, badjique…) |__|
Produção de cereais secos ( milho bacil, milho cavalo, milho preto, fundo) |__|
**II.3.** Quais os principais problemas que enfrenta na sua actividade agrícola?

1._____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

**II.4.** Dos problemas que apresentou, como pensa que poderão ser resolvidos? (resposta para cada um dos problemas)

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

**II.5.** Quantos dos seus filhos participam na produção agrícola? |__|__|

Rapazes |__|__|

Raparigas |__|__|

**III. Uso de recursos naturais**

**III.1.** Que produtos o agregado familiar utiliza como "mafé"para a alimentação da família?

**A.** Pescado (peixe, ostra, cacre, caranguejo, gandim, cuntchudebeja…) |__|

**B.** Produtos florestais não lenhosos (óleo de palma, chabéu, djambo…) |__|

**C.** Carne |__| Outro (especificar): _____

**III.1.1.** Se utiliza pescado, qual a fonte de abastecimento?

Compra de pescadores |__| Alguém do agregado pesca |__|

Fornecido por um familiar que pesca |__| Outro: _____

**III.1.2.** Que espécie do pescado que o agregado mais consome?

**A.** _____ **B.** _____

**C.** _____ **D.** _____

**E.** _____ **F.** _____

**III.1.3.** Se o agregado consome carne, qual a sua origem?

Criação doméstica |__| Compra dos caçadores |__|

O chefe do agregado vai a caça ou alguém do agregado caça |__|

Outro (especificar)_____

**III.1.4.** Que tipo de carnes o agregado consome mais?

**A.** _____ **B.** _____

**C.** _____ **D.** _____

**E.** _____ **F.** _____

**III.2.** Que tipo de combustível utiliza o agregado familiar na preparação dos alimentos?

Carvão |__| Lenha |__| Gaz |__| Outro: _____

**III.2.1.** Se o agregado utiliza a lenha, que tipo de árvores utiliza mais frequentemente?

Pau de carvão |__| Mancone |__| Bissilom |__| Mampataz |__|

Miséria |__| Pau de incenso |__| Tarrafe |__| Pau de sangue |__|

Outro: _____ _____ _____

**III.2.2.** No caso de utilizar o carvão, que espécie utiliza mais?

Pau de carvão |__| Mancone |__| Bissilom |__| Pau de incenso |__|

Tarrafe |__| Outro: _____ _____

**III.3.** Que tipos de madeira utiliza nas suas construções?

Pau de carvão |__| Mancone |__| Bissilom |__| Mampataz |__|

Miséria |__| Pau de incenso |__| Tarrafe |__| Cibe |__| Palmeira |__|
Outro: _____ _____ _____

**III.3.1.** Onde tira a madeira que usa nas suas construções
Da mata ao arredor da tabanca (mais ou menos 1 Km) |__|
Da mata densa |__| Do tarrafe |__| Outro local |__|

**III.3.2.** No caso da madeira ser tirada duma mata densa, qual o nome da mata?
1. _____
2. _____
3. _____

**III.4.** Que produtos florestais não lenhosas utilizam como complementos alimentares?

| Frutos | Folhas | Raízes /tubérculos |
|---|---|---|
| **A.** _____ | **A.** _____ | **A.** _____ |
| **B.** _____ | **B.** _____ | **B.** _____ |
| **C.** _____ | **C.** _____ | **C.** _____ |
| **D.** _____ | **D.** _____ | **D.** _____ |
| **E.** _____ | **E.** _____ | **E.** _____ |
| **F.** _____ | **F.** _____ | **F.** _____ |

**III.5.** Utilizas plantas medicinais para resolver alguns problemas de saúde? |__|
1-S; 2-N

**III.5.1.** Se sim, mencione pelo menos 3 espécies mais importantes que utilizas?
**A.** _____ **B.** _____ **C.** _____

**III.6.** Quais são as espécies florestais que existiam antigamente e que são cada vez menos frequentes?
**1.** _____ **2.** _____ **3.** _____
**4.** _____

**III.6.1.**Porque?
**1.** _____
**2.** _____
**3.** _____

**III.7.**Tem notado a entrada de novas espécies vegetais na sua tabanca ou nesta zona que não existia antigamente? |__| 1-S; 2-N

**III.7.1.** Se sim, quais são:
**1**. _____
**2**. _____
**3**. _____
**4**. _____

**III.8.** Quais são as espécies da fauna que existiam antigamente e que são cada vez menos frequentes?
**1.** _____ **2.** _____ **3.** _____
**4.** _____

**III.8.1.** Porque?
**1.** _____
**2.** _____
**3.** _____

**III.9.** Tem notado ou ouvido falar da ocorrência ou o regresso de alguns animais que tinham praticamente desaparecido? |__| 1-S; 2-N

**III.9.1.** Se sim, quais são:

**1**. _____
**2**. _____
**3**. _____
**4**. _____

**III.9.2.** E porque voltaram

**1.** _____
**2.** _____
**3.** _____

**III.10.** Quando foi fundada a tabanca? |__|
**1** - Antes da Luta da Libertação Nacional
**2** – Depois da Luta da Libertação Nacional
**3** – Depois de 7 de Junho de 1998

**III.11.** Matos/sítios sagrados nesta tabanca? |__| 1-S; 2-N

**III.11.1.** Quais são?
1. _____
2. _____
3. _____

**III.11.2.** Qual o uso para cada mato/sítio sagrado?
1. _____
2. _____
3. _____

**III.11.3.** A quem devem pedir autorização para fazer cerimónias no mato/sítio sagrado?
**1.** _____
2. _____
3. _____

**IV. Infra-estruturas sociais**

**IV.1.** Em que condição se encontram as estradas/caminhos de acesso a sua tabanca? |__|
1-Bom; 2-Regular; 3-Mau; 4-Bom/Mau

**IV.2.** Que meios de transporte utilizam regularmente para aceder a outras localidades desta zona?
Carro |__| Bicicleta |__| Mota |__| Canoa |__| A pé |__|
Outra: _____

**IV.3.** Como pensa que a situação de acesso para sua tabanca pode ser melhorada:
**1.** _____
**2.** _____
**3.** _____

**IV.4.** A tabanca tem uma escola? |__| 1-S; 2-N

**IV.4.1.** Se tem, quais as classes que leciona?
1ª-4ª Classe |__| 5ª-6ª Classe |__| 7ª-9ª Classe |__|
10ª-12ª Classe |__|

**IV.4.2.** Qual o regime da escola?
Comunitária|__| Privada |__| Pública/Estado |__|

**IV.5.** Se existe escola, quantos dos seus filhos frequentam a escola na tabanca/? |__|__|
Rapazes |__|__|
Raparigas |__|__|

**IV.5.1.** Quantos estudam fora da tabanca (i.e. Catió; Quebo; Buba; Bissau, etc)? |__|__|
Rapazes |__|__|

Raparigas |__|__|

**IV.6.** Se não existe escola, a que distancia fica a escola mais próxima onde os seus filhos estudam? |__|__| Km

**IV.7.** Existe alguma infra-estrutura sanitária na tabanca? |__| 1-S; 2-N

**IV.7.1.** Se existe, qual é o tipo?

Unidade de saúde de base |__| Centro de saúde |__|

Hospital |__|

**IV.7.2.** Se não existe, a que distancia fica a unidade de Saúde mais próximo da sua tabanca? |__|__| Km

**IV.8.** Conhece algum agente da medicina tradicional na sua tabanca ou nesta zona? (*Curandeiro, Djambacos, Mouro*) |__| 1-S; 2-N

**IV.8.1.** Se sim, favor diga pelo menos 3:

| Nome | Tabanca |
|---|---|
| 1. _____ | 1. _____ |
| 2. _____ | 2. _____ |
| 3. _____ | 3. _____ |

**IV.9.** Existe na tabanca um local de compra e venda dos produtos da primeira necessidade (mercado, lumo, taberna, loja comunitária)? |__| 1-S; 2-N

**IV.9.1.** Se não existe, a que distancia fica o local mais próximo de compra e venda dos produtos da primeira necessidade? |__|__| Km

**V. Aspectos institucionais**

**V.1.** Sabe que o seu agregado familiar vive numa área protegida/limítrofes de uma área protegida? |__| 1-S; 2-N

**V.1.1.** Se sabe, conhece a estrutura de gestão da área protegida em que vive/limítrofe o seu agregado familiar? |__| 1-S; 2-N

**V.1.2.** Sabe como funciona essa estrutura de gestão? |__| 1-S; 2-N

**V.2.** Conhece as regras que orientam as pessoas que vivem numa área protegida? |__| 1-S; 2-N

**V.2.1.** Se conhece, cite pelo menos 3 dessas regras:

**1.** _____

**2.** _____

**3.** _____

**V.3.** Se vive na área limítrofe da zona protegida, conhece as regras para a utilização dos seus recursos? |__| 1-S; 2-N

**V.3.1.** Que regras conhece?

**1.** _____

**2.** _____

**3.** _____

**V.4.** Já teve conflitos com as autoridades do parque? |__| 1-S; 2-N

**V.4.1.** Se teve, qual a origem desses conflitos?

**1.** _____

**2.** _____

**3.** _____

**V.4.2.** Como foi solucionado?

_____

_____

_____

**V.5.** Participa nas actividades realizadas no quadro do Parque? |__|
1-S; 2-N

**V.5.1.** Em que actividades?

**1.** _____

**2.** _____

**3.** _____

**V.6.** Faz parte das estruturas de gestão da área protegida onde vive? |__|
1-S; 2-N

**V.6.1.** Se faz parte, que função desempenha?

_____

**V.7.** Acha que a conservação praticada na área protegida vai trazer vantagens futuras para o seu agregado/descendentes? |__| 1-S; 2-N

**V.7.1.** Se sim, que vantagens (pelo menos 3)?

**1.** _____

**2.** _____

**3.** _____

**V.7.2.** Se não, porquê?

**1.** _____

**2.** _____

**3.** _____

**V.8.** Já ouviu falar do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP)? |__|
1-S; 2-N

---

**V.8.1.** Se ouviu, qual a sua função?

**1.**_____

**2.** _____

**3.** _____

## Anexo IV Guião de entrevistas semi-estruturadas

Nome do entrevistado:

Idade.

Sexo:

Etnia:

Habilitações literárias:

Contato:

Profissão / principal actividade?

1. Sabe quando a sua família se estabeleceu nesta tabanca / Cantanhez?

2. Quem pode decidir, a favor ou contra, a abertura de novas tabancas ou pontas nesta zona?

3. Existe alguma entidade tradicional de gestão da floresta e da fauna na sua tabanca?

4. Na sua opinião, qual é a categoria da população residente (jovens, mulheres e homens, nativos, estrangeiros) que exploram mais os recursos naturais? Porque?

5. Quais são as práticas que a tradição da tabanca proíbe na exploração dos recursos florestais e dos recursos faunísticos?

6. Quais as suas maiores dificuldades em termos de produção dos alimentos (sobretudo o arroz) para o sustento da sua família?

7. Como chefe agregado, de que depende para garantir a segurança alimentar da sua família?

8. Conhece as regras do Parque quanto ao uso dos recursos naturais? Se conhece, quais delas não esta de acordo com e porquê?

9. Se fosse você a decidir sobre as regras a serem aplicadas no Parque, quais as regras que proporia? Explique o porque dessas suas regras que propõe?

10.A tua tabanca ou você mesmo tem beneficiado da existência do Parque? Se beneficiaram, do que beneficiaram?

11. Se a sua tabanca e você mesmo nunca beneficiaram da existência do Parque, o que gostariam de ter como benefício?

12. Qual é a sua mensagem importante que gostaria de dirigir ao PNC / IBAP sobre a conservação das florestas e dos animais nesta zona?

## Anexo V Guião de focus group

Tabanca/Aldeia

Sector

Nome dos participantes

O que significa para vocês viver num Parque/limítrofes de um Parque?

Quais os problemas mais importantes que têm por viverem num Parque/zona limítrofe?

Podem citar algumas das regras sobre o uso dos recursos do Parque que conhecem e que consideram ser positivos em relação ao bem-estar da tabanca?

Podem citar as regras que consideram como sendo negativas em relação ao uso dos recursos do Parque?

Como tabanca, que regras gostariam que fossem aplicadas no uso dos recursos do Parque? Como é que essas regras iriam contribuir para a conservação e protecção dos recursos do Parque? Que regras tradicionais de gestão gostariam de ver implementadas pelas autoridades do Parque?

O que é que vocês pensam sobre as vantagens e desvantagens da conservação da biodiversidade?

Quais as principais ameaças para a conservação da biodiversidade (plantas e animais)?

Em casos de conflitos com as autoridades do Parque, como pensam que esses conflitos poderão ser resolvidos?

No vosso ponto de vista, como é que a existência do Parque pode contribuir para o desenvolvimento da vossa tabanca?

Qual a contribuição da tabanca na conservação dos recursos naturais do Parque?

Que tipo de administração/gestão do Parque gostariam de ver implementado, para que as comunidades residentes/zonas limítrofes possam ter uma palavra a dizer na conservação/uso dos recursos do Parque?

## Anexo VI Guião de entrevista aplicado aos técnicos do ambiente

**Questionário - Sistema de Gestão Ambiental (SGA)**
**Parque Nacional de Cantanhez**

O Sistema de Gestão Ambiental é um conjunto de diretrizes adotadas para a implementação de uma política ambiental numa determinada empresa ou unidade produtiva que especifica competências, comportamentos, procedimentos e exigências a fim de avaliar e controlar os impactes ambientais das suas atividades.

O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) é um dos instrumentos com mais potencialidades para o alcance de um comportamento eco-eficiente pelas empresas, sendo o principal objetivo a integração da gestão ambiental nos seus sistemas de gestão global.

A sua participação na identificação dos principais desafios e potencialidades é fundamental para definir um Plano de Ação para a implementação de um Sistema de Gestão Ambiental. Neste sentido solicita-se que responda às questões que se seguem.

*Demonstre a sua preocupação com a protecção do meio ambiente e partilha o compromisso para um futuro sustentável das Áreas Protegidas na Guiné-Bissau.*

**Dados do inquirido**

1. Primeiro e último nome ……
2. Entidade empregadora …….
3. Tipo de atividade……..
4. Cargo/Função na Entidade a que pertence ……

**Diagnóstico ao desenvolvimento sustentável do Parque Nacional de Cantanhez.**

1. Do seu conhecimento do Parque Nacional de Cantanhez, **<u>indique cinco pontos fortes</u>** em matéria do desenvolvimento sustentável.
   a) ……
   b) …….
   c) …….
   d) …….
   e) …….

2. Indique **<u>cinco ações a desenvolver</u>** no Parque Nacional de Cantanhez em matéria do desenvolvimento sustentável.
   a) ……
   b) ……
   c) ……
   d) ……
   e) ……
3. Identifique **<u>cinco palavras-chave</u>** que na sua opinião que melhor caraterizam ou simbolizam o Parque Nacional Cantanhez.
   a) ……
   b) ……
   c) ……
   d) ……
   e) ……
4. Indicadores de desenvolvimento sustentável (assinale com uma cruz a resposta que considere mais adequada).

Na sua opinião, considera importante a integração de um Sistema de Gestão Ambiental no Plano de Gestão do Parque Nacional de Cantanhez:

☐ Absolutamente

☐ Pouco

☐ Indiferente

☐ Muito

☐ Completamente

5. Como são integradas as preocupações ambientais na definição da estratégia do Plano de Gestão do Parque Nacional de Cantanhez.

……

……

…….

…….

…….

A implementação de um Sistema de Gestão Ambiental no Parque Nacional de Cantanhez seria:

| | | |
|---|---|---|
| 1. | Um constrangimento | |
| 2. | Uma política sem impacto nas atividades do Parque | |
| 3. | Uma oportunidade de inovação e de melhoria contínua | |
| 4. | Não sei/Não quer responder | |
| 5. | Outro (especifique) | |

Das atividades mencionadas, quais são as que considera mais importantes para a melhoria do desempenho ambiental no Parque Nacional de Cantanhez.

| | | |
|---|---|---|
| 1. | Redução da quantidade de matérias-primas utilizadas | |
| 2. | Redução da ocupação de terrenos | |
| 3. | Aumento de disponibilidade de recursos naturais convencionais | |
| 4. | Aumento da disponibilidade de recursos alternativos | |
| 5. | Reciclagem | |

Para si, quais são as principais vantagens na implementação de um Sistema de Gestão Ambiental no Parque Nacional de Cantanhez.

| | | |
|---|---|---|
| 1. | Redução e controlo de custos | |
| 2. | Demonstração pública do compromisso relativo à gestão ambiental | |
| 3. | Melhoria contínua do desempenho ambiental | |
| 4. | Preocupação com o futuro do plano de Gestão do Parque | |
| 5. | Satisfação de critérios de investimento e melhoria de acesso ao capital | |
| 6. | Manutenção de boas relações públicas com todas as partes interessadas | |

| | | |
|---|---|---|
| 7. | Desenvolvimento e partilha de soluções ambientais | |
| 8. | Outro (especifique) | |

Para si, quais são os principais obstáculos na implementação de um Sistema de Gestão Ambiental no Parque Nacional Parque.

| | | |
|---|---|---|
| 1. | Custos financeiros | |
| 2. | Falta de Recursos Humanos apropriados/disponíveis | |
| 3. | Falta de conhecimento/informação disponível | |
| 4. | Complexidade | |
| 5. | Falta de apoio da gestão de topo | |
| 6. | Hábitos implementados (resistência à mudança) | |
| 7. | Outro (especifique) | |

Como classifica o Parque Nacional de Cantanhez em termos de sustentabilidade de acordo com a seguinte classificação: 1-**Muito mau**; 2-**Mau**; 3-**Razoave**l; 4-**Bom**; 5-**Muito bom**. Apresente, se considerar necessárias ações de melhoria.

| Nº | INDICADOR | 1 | 2 | 4 | 5 | Ação de melhoria |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1. | Apela à justiça social e económica | | | | | |
| 2. | Afirma a igualdade e a equidade de género | | | | | |
| 3. | Promove a formação ambiental dos Recursos Humanos | | | | | |
| 4. | Demonstra publicamente o compromisso relativo à gestão ambiental | | | | | |
| 5. | Promove a melhoria contínua do desempenho ambiental | | | | | |
| 6. | Desenvolvimento de produtos com preocupações ambientais | | | | | |

**Muito obrigada pela sua colaboração!**

Os resultados deste inquérito são confidenciais e destinam-se à recolha de informações para a minha dissertação conducente ao grau de Mestre. Cujo tema é **"Caraterização socioeconómica do Parque Nacional de Cantanhez, Guiné-Bissau. Contributo para um Sistema de Gestão Ambiental"**

**Inquiridora:** Artemisa Martins, investigadora permanente do Instituto de Estudos e Pesquisa (INEP), afeta ao Centro de Estudos Ambientais e de Tecnologia Apropriada (CEATA). Mestranda em Gestão e Políticas Ambientais, pela Universidade de Évora em associação com a Universidade de Aveiro e Faculdade de Ciências e Tecnológicas/Universidade Nova de Lisboa.

## Anexo VII Transcrições das entrevistas semi estruturadas do Estudo Socioeconómico e Ambiental realizado no Parque Nacional de Cantanhéz e Áreas Limítrofes num Raio de 2 km.

Foram realizadas 833 entrevistas individuais semi estruturadas em 38 tabancas/aldeias, situadas no Parque Nacional de Cantanhez e nas áreas limítrofes num Raio de 2 km. Os entrevistados foram pessoas adultas residentes em suas comunidades e com profundos conhecimentos sobre a realidade socioeconomic e ambiental do Cantanhéz de um modo geral e particularmente das suas tabancas/aldeias. Cada entrevistado foi individualmente contactado e solicitado para responder livremente as questões de acordo com um guião de entrevistas semi estruturadas, elaborado para o efeito e composto por 13 questões:

1. Sabe quando é que a sua família se estabeleceu nesta Tabanca/Aldeia?

2. Quem pode decidir, a favor ou contra, a abertura de novas tabancas (aldeias) ou pontas (quintas) nesta zona?

3. Existe alguma entidade tradicional de gestão da floresta e da fauna na sua tabanca (aldeia)?

5. Na sua opinião, qual é a categoria da população residente (jovens, mulheres e homens, nativos, estrangeiros) que explora mais os recursos naturais? Porquê?

6. Quais são as práticas que a tradição da tabanca (aldeia) proíbe na exploração dos recursos florestais e dos recursos faunísticos?

7. Quais as suas maiores dificuldades em termos de produção dos alimentos (sobretudo arroz) para o sustento da família?

8. Como chefe agregado, de que depende para garantir a segurança alimentar da sua família?

9. Conhece as regras do Parque quanto ao uso dos recursos naturais? Se conhece, com quais delas não está de acordo e porquê?

10. Se fosse você a decidir sobre as regras a serem aplicadas no Parque, quais as regras que proporia? Explique o porque dessas suas regras que propõe?

11. A tua tabanca ou você mesmo tem beneficiado da existência do Parque? Se beneficiaram, do que beneficiaram?

12. Se a sua tabanca e você mesmo nunca beneficiaram da existência do Parque, o que gostariam de ter como beneficio?

13. Qual é a sua mensagem importante que gostaria de dirigir ao PNC/IBAP sobre a conservação das florestas e dos animais nesta zona?

**1. Sabe quando a sua família se estabeleceu nesta tabanca/Cantanhez?**

**R1:** Eu não sei. Eu nasci aqui em Colibuia, e os meus pais também nasceram aqui.

**R2:** Foram os meus avós que fundaram esta tabanca, há mais de 100 anos.

**R3:** Eu não sei dizer. Porque eu nasci aqui nesta tabanca e os meus pais e avós também nasceram em Colibuia.

**R4:** Nós estabelecemos aqui desde de 1978.

**R5:** A minha família estabeleceu-se aqui desde 1971.

**R6:** Eu não sei, eu nasci aqui, meus pais e avós também nasceram em Guiledje.

**R7:** Eu não sei dizer quando concretamente a minha família se estabeleceu aqui em Medjo.

**R8:** Eu e a minha família estabelecemos aqui desde de 2010.

**R9:** A minha família se estabeleceu aqui há mais de 100 anos.

**R10:** Sim, estabelecemos aqui desde de 1960.

**R11:** A minha família se estabeleceu aqui desde de 1914.

**R12:** Minha família se estabeleceu aqui desde 1966 como refugiado da guerra de libertação nacional.

**R13:** A minha família se estabeleceu aqui desde 1983.

**R14:** A minha família se estabeleceu aqui há 60 anos.

**R15:** Eu sou nativo de Botche Cul, mas não sei dizer desde quando a minha família se estabeleceu nesta tabanca, foram os meus avós que fundaram esta tabanca.

**R16:** Eu nasci aqui, mas não sei a partir de quando a minha família se estabeleceu nesta tabanca.

**R17:** Eu nasci aqui, não sei desde quando que a minha família se estabeleceu aqui.

**R18:** Eu não sei quando a aminha família se estabeleceu aqui, eu nasci nesta tabanca e os meus pais também nasceram aqui.

**R19:** Não sei, eu nasci aqui, mas não sei desde quando a minha família se estabeleceu aqui.

**R20:** Não sei, eu nasci aqui, mas não sei desde quando a minha família se estabeleceu aqui.

**R21:** A família e a tabanca estabeleceram nesta zona a 239 anos, tinham uma tabanca antes da luta armada e durante a luta mudaram para Quebo em 1968, um ano antes da independência regressaram para tabanca.

**R22:** Estabeleci nesta tabanca depois da independência, nasci em Guiledje, mas os meus avós já residiam em Gandembel.

**R23:** Tabanca foi fundada quando tinha apenas 7 anos de idade, a família vivia numa tabanca extinta, chamada Fafadje, atual tabanca foi fundada em 1980.

**R24:** A família estabeleceu antes da guerra, viviam em Medjo e, em 1963 mudaram para Quebo. Vieram para Guiledje depois da independência, mas o irmão mais velho já vivia em Guiledje e convidou-me para cá vir.

**R25:** Vim em 1977 depois da indência, antes vivia em Bedanda.

**R26:** Quebo Sutuba é uma tabanca fundada pelo meu avô (Mamadu Coiaté) o seu pai nasceu também nesta tabanca, que foi fundada antes da Guerra. Durante a guerra refugiamos na Guiné Conacri. Depois da independência em 1975 voltaram para tabanca.

**R27:** O meu pai é hospede nesta tabanca, veio de Futa Djalon. Mas eu e a minha mãe nascemos nesta tabanca.

**R28:** Amindara ou Caiember é o nome nativo Nalú, a tabanca foi fundada desde o tempo dos meus avós, atual tabanca foi povoada depois da independência.

**R29:** Esta tabanca foi povoada pelo meu pai (Umaro Indjai) em 1951, o meu pai tinha posto o nome de *Cunta*, mas o chefe de posto de Bedanda que se chamava Pinto Silva, rejeitou e disse que tinha que pôr o nome de Farim, sendo o nome da tua terra natal. Abandonado a tabanca durante a luta dalibertação colonial, regressamos após da independência.

**R30:** Nasci em Madina muito antes da Guerra, mas o meu pai veio de Futa, era costureiro manual, porque não havia máquinas de costura. Durante a guerra refigiamos para Bedanda, regressando posteriormente depois da independência no ano 1975.

**R31:** Meu avô povoou em Iemberem provavelmente no ano 1936, eu (Suleimane Djaló) vim da Guiné Conacri.

**R32:** Os meus bisavôs saíram de Cabedu, muito antes da luta da libertação e vieram povoar em Cabante, foi no período em que os primeiros emigrantes Sossos começaram a chegar na região.

**R33:** Sou natural de Cabante, mas os meus avos vieram de Cabedu antes da luta de libertação. Durante a Guerra colonial foram para Ponta-nova e voltaram logo depois a independência em 1974.

**R34:** Estabeleci nesta tabanca antes da luta, no ano da abertura da estrada que liga Buba e Catió, origem de Gãmpara. Vim a procura de terras para agricultura de arroz.

**R35:** Vim com o meu pai desde pequeno, tinha cerca de 9 a 10 anos de idade, isso foi antes da luta armada, somos originários de Barra, no Sector de Mansoa. Os meus pais vieram a procura de terra para agricultura de bolanha.

**36:** Vim de Cabedu balanta, a cerca de 1 ano. Vim a procura de terras para a plantação de cajueiro.

**R37:** Vim para cá em 1997 para viver com o meu avô, antes vivia em Cadique M´Bitna.

**R38:** Faz 24 anos que reside em Cassintcha, veio de Cameconde, o seu tio é família de donos da tabanca.

**R39:** A tabanca onde viviamos tinha sido fundada pelo meu avô Anssumane Cassama. Nesta tabanca onde residimos atualmente foi fundada em 1994, mudamos para cá para ficar próximo da Estrada, pois a antiga tabanca era muito isolada.

**R40:** Vim de Quitafine em 1979 a convite do meu tio que já vivia em Catchamba.

**R41:** Os meus antepassados vieram de Quibil, Sector de Mansoa a procura de bolanhas. Mas eu nasci em Canabine.

**R42:** Vim de Enxalé, Região de Oio a procura de bolanha para trabalhar.

**R43:** O meu avô é que veio de Jugudul, Sector de Mansoa, foi um dos primeiros quatro fundador de Cafine balanta, durante a luta armada refugiaram-se nas matas de Calaque e voltaram em 1974.

**R44**: O meu avô veio da Mauritânia , mas eu e o meu pai nascemos em Cabedu. O meu avô veio para islamização e o ensino corânico nesta zona principalmente em Cabedu.

**R45:** Antes da independência.

**R46:** Antes da Independência.

**R47:** Antes da Independência.

**R48:** Éramos de *Cachamba* antes da luta de independência, mas quando acabou a luta armada fundamos esta tabanca, Cadique Nalú.

**R49:** Antes da independência eu e a minha família, viviamos em Cadique Maila, fundada em 1973.

**R50:** Esta tabanca existe antes da independência.

**R51:** Esta tabanca foi fundada antes da independência e o fundador foi o meu pai Bissintche Na Ngnaba.

**R52:** Esta tabanca foi fundada antes da independência e o fundador foi o meu Bisavô Bissintche Na Ngnaba.

**R53:** Esta tabanca foi fundada antes da independência e o fundador foi o meu Tio Bissintche Na Ngnaba.

**R54:** Os meus pais chegaram está tabanca, muito antes do início da luta de libertação nacional.

**R55:** Antes do início da luta de libertação nacional.

**R56:** Há mais de 100 anos.

**R57:** Antes da Luta armada de Libertação Nacional.

**R58:** Muito antes da luta de libertação nacional.

**R59:** Não sei precisar a data da fundação da tabanca, o certo é que a minha família vive cá há mais de 100 anos, porque eu nasci aqui tal como o meu pai.

**R60:** Não sei precisar a data da fundação da tabanca, mas foi há mais de 100 anos.

**R61:** Não sei precisar, infelizmente, porque vivo cá apenas desde o ano de 1994.

**R62:** Vivo aqui há menos de um ano.

**R63:** Há muito tempo, não sei precisar.

**R64:** A minha família vive nesta tabanca há mais de 50, pois o meu pai nasceu cá.

**R65:** Há mais de 20 anos.

**R66:** Desde Março de 2008, vivia na Guiné Conacri.
**R67:** A minha família vive cá desde o princípio da década de 30.
**R68:** Não sei, como disse no início da nossa conversa estou cá apenas desde 2005.
**R69**: Pelo menos os meus pais vivem cá há mais de 60 anos.
**R70:** A minha família vive aqui desde 1930.
**R71:** A minha familia é uma das fundadoras desta tabanca, aproximadamente desde os finais da década 20.
**R72:** A minha família vive aqui desde os finais do ano de 1920.

**R73:** A minha família vive aqui há três gerações.
**R74:** A minha família é fundadora desta tabanca que remonta a primeira vaga da migração balanta de norte para o Cubucare.
**R75:** Natural de Afia, há cerca de 10 km de faro Sadjuma, o Senhor Camará reside nesta tabanca desde 1980. Foi em Faro Sadjuma que ele casou e teve os seus filhos.
**R76:** Sou natural de Quebo Sutuba, mas a minha mãe é natural daqui.
**R77:** Vivo aqui há 20 anos
**R78:** Os fundadores da tabanca foram os meus avós, afirmou o atual jovem comité da tabanca.
**R79:** Segundo a mitologia local, o senhor Tomboni é o fundador da tabanca, mas não si precisar o ano e nem a época.
**R80:** Segundo o Braima vivo nesta ilha (Ilhéu de Melo ou Djiu de Mel) há mais de 30 anos, é natural de Catesse.
**R81:** Vivo nesta Ilha (Ilhéu de Melo ou Djiu de Mel) desde o ano 2000.
**R82:** Nam Cura nasceu em Cafine, filho de um migrante balanta que veio de Mansoa.

**R83:** Não sei precisar, o que se sabe é que o meu avô foi o primeiro hóspede do sr. Sene Keita, o fundador da tabanca.

**2. Quem pode decidir, a favor ou contra, a abertura de novas tabancas (aldeias) ou pontas (quintas) nesta zona?**

**R1:** É o Chefe da tabanca (Djarga), quem decide sobre abertura de novas tabancas ou pontas, parecer que pode ser positive ou negativo.

**R2:** É o Chefe da tabanca, em concertação com os homens grandes (anciões) que autoriza ou não a abertura de novas tabancas ou pontas.

**R3:** É o Chefe da tabanca e os homens grandes (anciões) que autorizam ou não a abertura de novas tabancas ou pontas.

**R4:** São homens grandes em concertação com o «Djarga» que autorizam ou não a abertura de novas tabancas ou pontas porque a tabanca pertence a nós todos.

**R5:** São homens grandes que decidem a abertura ou não de novas tabancas ou pontas, com o consentimento de Aladje Mama Baldé o Chefe Religioso da Tabanca.

**R6:** Normalmente é o Chefe de tabanca em concertação com homens grandes e o proprietário do espaço que decide a abertura ou não de novas tabancas pontas.

**R7:** É o Chefe da tabanca que decide, testemunhando o Régulo.

**R8:** É o Djarga de Tabanca quem decide a abertura ou não de novas tabancas ou pontas.

**R9:** É o Chefe da tabanca que pode decidir abertura ou não de novas tabancas ou pontas.

**10:** Eu sou um dos fundadores desta tabanca juntamente com meu irmão. Portanto, quem decide a abertura ou não de novas tabancas e pontas, é meu filho atual chefe da tabanca, com meu consentimento.

**R11**: São os homens grandes que decidem a abertura ou não de novas tabancas e pontas.

**R12:** É o Régulo que decide com aval da administração a favor ou contra a abertura ou não de novas tabancas ou pontas.

**R13:** É o Régulo, em colaboração com o Comité de Estado que pode decidir sobre a abertura ou não de novas tabancas e pontas.

**R14:** É Chefe da tabanca (fundador ou seu descontente) que autoriza ou não abertura de novas tabancas ou pontas.

**R15:** Sou eu que autorizo enquanto Chefe da tabanca da abertura ou não de novas tabancas e pontas.

**R16:** É o Dono da tabanca (fundador) ou seu substituto que autoriza ou não a abertura ou não de novas tabancas ou pontas.

**R17:** É o Chefe da tabanca que decide sobre a abertura ou não de novas tabancas ou pontas.

**R18:** É o Comité e Chefe da tabanca que decidem para a abertura ou não de novas tabancas ou pontas.

**R19:** É o Chefe da tabanca (da família Nancobna ou Brimpandé) que decide sobre a abertura ou não de novas tabancas ou pontas.

**R20:** É o Régulo (rei) que autoriza ou não a abertura de novas tabancas ou pontas.

**R21:** O conselho dos anciões reúne sob solicitação do chefe da tabanca, ou seja, o chefe da tabanca ouvindo o conselho de anciões toma a decisão de autorizar ou não a abertura de tabanca ou ponta.

**R22:** Pode decidir apenas o chefe da tabanca e o chefe religioso da tabanca, Gandembel pertence ao regulado de Afia, próximo de Quebo.

**R23:** O meu irmão mais velho que vive na tabanca Dakar Zinho chama-se Mussa Djaló é a pessoa mais velha da família, por isso nada pode ser decidido em Balana sem seu o conhecimento.

**R24:** Apenas o chefe da tabanca e régulo é que podem decider, tratando-se de um terreno (terras) particular o proprietário pode oferecer/cede-la sem a necessidade de intervenção do régulo.

**R25:** Os anciões de tabanca podem decidir em colaboração com o régulo

**R26:** Ele mesmo, Mamadu Coiaté que pode decidir na qualidade do neto do fundador da tabanca e um dos conselheiros do régulo de Medjo. Também o chefe de tabanca é seu cunhado, casado com a sua irmã.

**R27:** Ele pode decidir enquanto chefe religioso (Imame), professor corânico e como ancião da tabanca.

**R28:** Todos os velhos da tabanca é que podem reunir e decidir a favor ou contra a abertura de uma nova ponta ou tabanca.

**R29:** Em primeiro lugar sou eu, porque sou o primeiro filho do meu pai, também com os meus irmãos e os velhos da tabanca, em forma de dar-lhes o respeito. Os *Djacancas* são nossos hóspedes, vieram durante a luta, vieram de Cabedu e ficaram em Tubandim.

**R30:** Comité e o chefe de tabanca podem testemunhar em caso de uma pessoa conceder qualquer pessoa hospede seu terreno.

**R31:** Régulo e na família que podem decidir depois podem informar autoridade local como administrador de sector.

**R32:** Atualmente sou ancião da tabanca para dar terreno, tenho que informar aos mais novos que quero ceder um terreno a alguém.

**R33:** Tudo que for decidido pelos mais velhos da tabanca é aceite, em colaboração com a família chefe da tabanca e o comité da tabanca.

**R34:** Nando é que pode decidir, é o comité da tabanca e colaborador do Parque.

**R35:** Os donos da tabanca de Cassintcha é que podem decidir, são proprietários desta terra, actualmente o Mamadu Queita é o responsável.

**R36:** Os donos da terra são de Cassintcha (Mamadu Queita) é que pode autorizar, a terra pertence a tabanca Cassintcha.

**R37:** Um homem grande Mamadu Queita de Cassintcha, seu pai foi fundador desta tabanca, ele é que pode decidir.

**R38:** Mamadu Queita é chefe e dono da tabanca, actualmente e ele é que pode decidir.

**R39:** Dono da tabanca é seu pai e em caso de ausência ele pode decidir.

**R40:** Donos de terra é que podem decidir, os Nalus é que podem convidar o chefe da tabanca e o comité como testemunho.

**R41:** O chefe da tabanca e anciãos da tabanca.

**R42:** O chefe de tabanca e anciões da tabanca.

**R43:** Cada morança tem o seu espaço e cada uma delas tem a sua própria autonomia de conceder a terra ou bolanha a quem quiser conceder.

**R44:** Donos de terra, Nalus, Régulo, dando apenas conhecimento ao chefe de tabanca, anciões, Imame e o Comité da Tabanca.

**R45:** Régulo (Cobnaté Na Isna).

**R46:** Régulo (Cam naté Na Isna).

**R47:** Régulo (Cam naté Na Isna).

**R48:** Régulo com a família proprietário Sambú.

**R49:** Somos da etnia Nalú, a gestão tradicional da terra é partilhado entre o régulo e o Balobeiro.

**R50:** A autorização é dada pelo Régulo e o proprietário da tabanca (Ansumane Sambú).

**R51:** Sou o filho do fundador da tabanca nessas condições, sou eu quem decide a fundação da nova tabanca ou abertura de uma ponta.

**R52**: O meu avô é o régulo da tabanca. É ele quem decide a fundação da nova tabanca ou abertura de uma ponta.

**R53:** O meu primo é o régulo da tabanca. É ele é quem decide sobre a fundação da nova tabanca ou abertura de uma ponta.

**R54:** Quem possui está competência, é o chefe da tabanca Momo Silá.

**R55:** Chefe da comunidade e autoridade do Estado.

**R56:** Chefe da tabanca.

**R57:** Comité da tabanca.

**R58:** Acho, que é o régulo.

**R59:** Esta responsabilidade é da toda a comunidade, embora num primeiro momento, o pretendente (hóspede) deve dirigir-se ao seu hospedeiro, que por sua vez o introduz a comunidade através do chefe de tabanca – o "*Djarga*".

**R60:** Esta responsabilidade é "*Djarga*" em concertação com a comunidade.

**R61:** É de responsabilidade do chefe da tabanca com aval dos homens grandes (anciões).

**R62:** É o regulo e os seus colaboradores mais próximos que decidem. Por vezes consultam a comunidade, mas a decisão final parte deles.

**R63:** Há muita gente a procura mato para abrir pontas, principalmente pessoas vindas de Guiné Conacri, nos últimos tempos. Se assim continuar, o que vamos deixar para os nossos filhos, questiona a senhora Cassamá.
**R64:** Chefe de tabanca e o régulo.

**R65:** O "*Djarga*" ou seja, o chefe da tabanca

**R66:** O "*Djarga*" em colaboração com a comunidade. No meu caso, primeiro cheguei aqui manifestei juntos do meu hospedeiro o interesse de ficar um ano para cultivar. Ele levou-me ao chefe de tabanca no sentido de expôr a minha situação e intensão, recebi a autorização e foi-me mostrado uma parcela onde podia cortar a mata (desmatar) e ter o meu campo de cultivo. A única regra que me foi imposta era que no dia em que não quisesse mais ficar na tabanca devo devolver aquele espaço aos seus donos, a comunidade. E em nenhuma circunstância podia vender aquela parcela sem autorização da comunidade. Mesmo aceite esta hipótese, teria que ser uma pessoa da tabanca, e jamais uma pessoa estranha a comunidade.
**R67:** Historicamente, os balantas não tinham hábito de trabalhar no mato, apenas as bolanhas. Com rápido aumento dos rendimentos vindo do caju, se despertaram para o fenómeno. Por isso, podemos afirmar que entre nós não temos quem decida sobre o assunto.
**R68:** Primeiro o dono da morança, seguido do chefe da tabanca e régulo.
**R69:** O régulo, os chefes de tabanca em última instancia os anciões.

**R70:** Quem decide sobre este assunto é a família Andanha, ou seja, os donos da terra, pelo menos desde a chegada da comunidade balanta a esta zona.
**R71:** Geralmente, quando alguém chega de novo fica na morança de uma pessoa que lhe dá a hospitalidade. É esta pessoa que lhe serve como guia quer junto das autoridades, tradicionais ou modernas, como perante a comunidade. Portanto, é através deste processo que lhe é atribuído um sítio quer para construir a sua própria morança (habitação), como para onde trabalhar.
**R72:** O régulo e os anciões

**R73:** Não há estrutura propriamente destinada para este assunto. O que acontece é, as figuras guras como o chefe de tabanca ou o régulo, quando existe esta figura serem as pessoas que se ocupam do assunto. No entanto, há outros casos que se verificam, é as pessoas a tentarem recuperar as áreas onde os seus pais já ocuparam anteriormente.
**R74:** Se alguém pretender abrir uma nova tabanca ou uma ponta tem que vir falar connosco para formalizar o pedido. Feito o pedido, geralmente é lhe atribuído uma parcel da terra.
**R75:** Estas competências estão reservadas para os fundadores da tabanca.
**R76:** É uma decisão dos fundadores em representação da comunidade.
**R77:** Os donos da tabanca (Fundadores).
**R78:** São os chefes da tabanca em concertação com a comunidade, nomeadamente os mais velhos (anciões).
**R79:** Este especto depende fundamentalmente dos grandes da tabanca. Somos conhecidos pelas nossas capacidades de conservação em todo chão de Nalu. Enquanto o abate dos animais, só o meu pai que era caçador, ou seja, era numa escala muito reduzida.
**R80:** Esta dimensão cabe aos mais velhos ou então pessoas como ele, filho do falecido régulo, que desde o desaparecimento deste, ele ficou com esta responsabilidade.
**R81:** São os velhos fundadores da tabanca e seus descendentes.
**R82:** É uma decisão reservada aos fundadores da tabanca.
**R83:** Antigamente, esta função era reservada ao meu avô, como chefe de tabanca, que por sua vez ia transmitir o pedido aos verdadeiros donos da terra, os Nalús. Com a luta armada para a independência esta tradição foi se perdendo. Com a independência foi introduzida a figura do comité. No entanto, apesar das hostilidades movidas pelo então partido único, as pessoas continuaram a respeitar os valores tradicionais.

**3. Existe alguma entidade tradicional de gestão da floresta e da fauna na sua tabanca?**

**R1:** Existe, são jovens de tabanca que se encarregam da gestão de floresta e fauna da nossa tabanca.

**R2:** É o chefe da tabanca e algumas pessoas da sua confiança que se responsabilizam pela gestão da floresta e fauna da nossa tabanca. O pessoal de AD (Ação parao Desenvolvimento) fazia o seguimento da gestão da floresta em colaboração com algumas pessoas da tabanca, passavam sempre aqui, mas deixaram de o fazer há muitos anos.

**R3:** Sim, são os nossos filhos que mais se encarregam da gestão de floresta e fauna da nossa tabanca.

**R4:** São os jovens que nós encarregamos da gestão da flora e fauna, com a supervisão do «Darga».

**R5:** Sim, são jovens. Eu próprio, sou Guarda-comunitária da nossa tabanca ao serviço do Parque, tendo com responsabilidade a vigilância e gestão de recursos da floresta e da fauna.

**R6:** Existiam Guardas-comunitárias nomeados pelo régulo em colaboração com o representante da sociedade civil que se encarregavam disso. Mas essas figuras foram substituídas pelas guardas da natureza, uma figura introduzida pelo representante do IBAP (Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas), o que não concordamos.

**R7:** Sim, existe. Nós indicamos dois jovens aqui da tabanca para o efeito (Suleimane Djaló e Amadu Djaló).

**R8:** É o Djarga e alguns jovens por ele indicados que se encarregam de gestão da floresta e fauna da tabanca.

**R9:** Tínhamos um guarda-comunitária, mas acabou por abandonar o serviço ao pedido da família. Por ser um trabalho ingrato, a pessoa fica mal visto pelos membros da comunidade.

**R10:** Existe, temos dois guias (N´Djamba N´Djai meu filho e Bacar Sambu, são responsaveis pela gestão da floresta e fauna da nossa tabanca.

**R11:** Eu faço parte dessa entidade, eu sou guarda-comunitária e guia ao mesmo tempo, somos nós que nos encarregamos da gestão de floresta e fauna desta tabanca.

**R12:** Eu não conheço nenhuma entidade de gestão da floresta e fauna, nem ouvi falar.

**R13:** Sim, existe. Eu próprio faço parte dessa entidade enquanto colaborador em matéria de sensibilização e gestão de recursos florestal e faunístico, pois tive a oportunidade de receber a formação de uma semana em Iemberém.

**R14:** Não existe nenhuma entidade de gestão da floresta e fauna, é o chefe da tabanca que se ocupa disso.

**R15:** Não temos nenhuma entidade de gestão da gestão tradicional de floresta e fauna.

**R16:** Não existe nenhuma entidade tradicional de gestão da floresta e fauna na nossa tabanca.

**R17:** Sim, temos Guardas-comunitárias que se encarregam dessa missão.

**R18:** Sim, existe. São jovens de associação «nó pega teso» que se encarregam da gestão da floresta e fauna.

**R19:** Nós não temos matas, a nossa tabanca é uma ilha, o que temos é mangal que está incluído em zonas reservadas, portanto, não temos nenhuma entidade tradicional de gestão de Parque. É pessoal de parque faz a vigilância nesta zona.

**R20:** Existe comité de gestão criada por IBAP, nós protegemos as nossas matas sagradas.

**R21:** Existe uma associação chamada "Dedos unidos de Colibuia" que é constituido por cinco pessoas para cuidar do mato e para ver pessoas que caçam, cortam árvores, apicultores e os corredores de elefantes.

**R22:** Existe a autoridade da tabanca e o chefe da tabanca com o apoio dos jovens, que estão a fiscalizar, devido a invasão dos estrangeiros.

**R23:** A tabanca escolheu uma pessoa chamada Alfusene Djaló para colaborar com o IBAP na conservação do Parque e também conta com a colaboração da tabanca.

**R24:** O chefe da tabanca é que tem direito e fiscalizar sobre a gestão da floresta e fauna através de guardas comunitárias, pessoas da sua confiança.

**R25:** O régulo consulta os anciões da tabanca para poder tomar decisão.

**R26:** Sim existe os donos fundadores da tabanca e que são os gestores tradicionais de floresta e fauna.

**R27:** Ancião da tabanca são gestores da floresta e da fauna da tabanca, sempre o fizeram.

**R28:** Sim existe entidade da tabanca que gere a floresta e fauna, feito através da reunião de tabanca, antigamente ninguém ousava entrar no mato de Amindara sem autorização, se eles reuniam na antiga tabanca, qualquer decisão que for aprovada é que vigora.

**R29:** Os jovens controlam o mato, sabem quem entra e sai, toda tabanca participa na gestão de matos por forma a atenuar as más práticas (crimes ambientais).

**R30:** Toda população e o chefe da tabanca e os anciões são gestores tradicionais da tabanca.

**R31:** Existe régulo de tabanca e chefe de tabanca que proíbem a caça nos meses de Junho e Julho.

**R32:** Os anciões da tabanca são responsáveis pela gestão das matas da tabanca.

**R33:** Existe o ancião da tabanca que pode decidir e orientar sobre a gestão de matos.

**R34:** Não existe, antigamente não existia arma na tabanca e não havia caça na tabanca havia muitos animais, actualmente o Nando é o colaborador do Parque.

**R35:** Os residentes da tabanca não podem fazer nada, a gestão tradicional está sob controlo de Cassintcha.

**R36:** Não respondeu.

**R37:** A única entidade é Mamadu Queita que toma todas as decisões.

**R38:** Os donos da tabanca é que tomam a conta de gestão e conservação do mato.

**R39:** Donos da tabanca que fazem gestão da fauna e da flora.

**R40:** São os Nalús é que são entidade tradicional de gestão de matos.

**R41:** Os grandes da tabanca é que podem conservar a mata e sempre conservaram as florestas e a fauna.

**R42:** Toda comunidade é representada pelo Pansau que é um dos membros da comunidade.

**R43:** A morança fundadora é *Abrinpande*, morança que gere o espaço e conserva a bolanha, mas não há uma entidade concreta e específica que gere.

**R44:** Autoridades tradicionais, o régulo e chefe de tabanca e os agentes de conservação criado localmente.

**R45:** Cada floresta contém dono, hoje em dia se alguém quiser abrir uma ponta ou algo assim, o responsável é o proprietário do lugar, visto que todos os matos já têm dono. Importa dizer que antigamente o mato, as bolanhas pertenciam régulo e o comité da tabanca, mas hoje não.

**R46:** A única entidade responsável é o Régulo.

**R47:** A única entidade responsável é o Régulo.

**R48:** A entidade para gestão da floresta e fauna é constituída por régulo e o mais velho da família Sambú.

R49: Na nossa tradição existe duas entidades de gestão, o primeiro é o régulo e o Segundo é o dono da mata malgós (sagrado).

**R50:** A entidade responsável para a gestão da floresta e fauna são régulo e o proprietário da tabanca.

**R51:** Sim, a gestão da floresta e da fauna envolve não só eu, enquanto régulo, mas todos os meus filhos velhos.

**R52:** A gestão da floresta e da fauna envolve não só eu, enquanto Comité, o meu avô régulo da tabanca e os todos os meus tios que ainda estão vivos.

**R53:** A gestão da floresta e da fauna envolve não só o Comité, mas também o régulo da tabanca e os anciãos da família fundadora.

**R54:** Sim, existe uma entidade tradicional.

**R55:** Não, toda a comunidade é sente-se mobilizada para a gestão dos seus recursos.

**R56:** Sim, o comité da tabanca.

**R57:** Não, apenas para a gestão dos recursos marinhos.

**R58:** Comité e o régulo.

**R59:** Não diria uma entidade criada exclusivamente para tratar desta questão, mas sim compromisso de toda a comunidade. Nos tempos antigos, podia-se dizer que não havia necessidade, porque as nossas práticas agrícolas eram sustentáveis. Uma vez aberta uma determinada parcela no mato para cultivar, esta era abandonada ao fim de 2 – 3 anos, o que permitia que ela regenerasse. As coisas só se alteraram na segunda metade do século XX, aquando da introdução das hortas de caju. Pouco tempo depois constatamos o perigo que isso representava para as nossas florestas, tomamos iniciativa de prevenir. Aliás, pode-se dizer que a nossa tabanca apesar de não pertencer ao parque está na vanguarda da defesa da floresta e da fauna nesta área.

**R60:** É da responsabilidade da própria comunidade.

**R61:** Sim, as nossas matas sagradas, por exemplo e a sua guarda está nas mãos da toda a comunidade em geral e dos donos da tabanca em particular.

**R62:** Somos nós mesmos.

**R63:** O régulo e os chefes de tabancas.
**R64:** Embora não se poder dizer que exista uma estrutura organizada para o efeito, esta competência é do régulo em conjunto com o chefe de tabanca.

**R65:** Também é da competência do chefe da tabanca conjuntamente com o régulo. Enquanto que o comité ocupa-se com assuntos com o estado.

**R66:** Sim, existe. A minha história revela-nos o cuidado com que a comunidade tem para não introduzir pessoas estranhas no seu meio ambiente, por um lado, manter a sua disciplina e coesão em termos de produção.
**R67:** Geralmente são os descendentes da linhagem dos fundadores da tabanca. No entanto, quando se invade uma área reservada as pessoas são convidadas a abandonar aquela zona (foi o que aconteceu onde o padre se instalou no início).
**R68:** Existe, embora eu não esteja muito dentro do assunto.
**R69:** Os régulos e os donos da tabanca.
**R70:** Não. A comunidade balanta, pelo menos desta área geográfica não tem este hábito, talvez por não tradições em trabalhar com a o mato, como de resto a floresta é escasso aqui.
**R71:** Esta tarefa é de toda a comunidade. Nesta área, por exemplo, temos 6 zonas de reserva, umas para o fanado outro para outros tipos de rituais.
**R72:** Antigamente, sim. Hoje em dia tudo está vulgarizado. Não há respeito para com os mais velhos, e com isso perde-se também a coesão e a disciplina.

**R73:** Existe uma responsabilidade coletiva que está sob tutela dos velhos.

**R74:** Muito antes da existência de qualquer entidade responsável pela conservação, os nossos velhos tinham a sua forma própria de conservar as nossas matas. Por exemplo, o mato que fica entre a nossa aldeia e Iemberem, foi poupado graças a ação dos nossos pais, pois os fulas e tandas como agricultores fundamentalmente de pampam estavam a avançar perigosamente a nossa direção. Conscientes deste facto, os velhos fizeram questão de dividir as matas, poupando deste modo o que se pode observar nesta zona.

**R75:** Sim, existe. Por exemplo, entre o mês de maio e o início das colheitas (finais de setembro a início de outubro) é considerado o período de defeso, altura em que os animais se reproduzem. Pelo que era recomendado abster-se de abater os animais, principalmente as fêmeas ou pelo menos reduzir a atividade de caça ao mínimo. Por outro lado, no que diz respeito a atividades no mato, esta era destinadas apenas ao subsistência, um espaço que desse para sustentar a família e nada mais. E ao fim de dois ou três anos no máximo, este espaço era abandonado e não se fazia hortas, o que permitia a sua recuperação ao fim de 8, 10 12 anos conforme a zona.

**R76:** Lembre-se que até bem pouco tempo esta área era vivia muito pouca gente, ou seja, a densidade populacional era uma das mais baixas do país. O espaço era dividido entre as tabancas vizinhas, pelo que cada comunidade tentava poupar o máximo a sua parcela.

**R77:** Pode-se dizer que até bem pouco tempo, nós vivíamos bem com a natureza; Cortava-se apenas o necessário para cultivar e abandonava-se o espaço afim de 3 anos, permitindo a sua rápida recuperação. No que diz respeito a caça, a nossa prática sempre foi, caçar apenas para o nosso consumo, por um lado, e por outro lado, tentamos evitar que estragassem as nossas culturas.

**R78:** São os chefes da tabanca em concertação com a comunidade, nomeadamente os mais velhos.

**R79:** Sim. Sempre existiu. Aliás faz parte da cultura que herdamos dos nossos avós.

**R80:** Infelizmente, não. Porque nunca tivemos forças nem pessoas (recursos humanos) suficientes para impor a nossa vontade. Como o caso dos acampamentos dos Pescadores. Felizmente já foram desmantelados pelo IBAP em parceria com as nossas autoridades tradicionais. Só cá instalaram, porque nós, apesar de várias tentativas não conseguimos impedir que isso acontecesse.

**R81:** A conservação começou há muito tempo nas terras de Nalús. As nossas atividades foram sempre a lavoura de subsistência e pesca de consumo próprio.

**R82:** Não. Nós somos um povo das bolanhas. O mato só nos começou interessar nos últimos 10 anos.

**R83:** Sim, através dos nossos matos sagrados, por exemplo. Por outro lado havia pouca gente nesta área geográfica, pelo que a pressão sobre os recursos não era tanto como nos nossos dias.

**5. Na sua opinião, qual é categoria da população residente (jovens, mulheres e homens: nativos, estrageiros) que explora mais os recursos naturais? Porquê?**

**R1:** Não sei, todas as categorias exploram. Porque todos trabalham (homens mulheres, jovens e estrangeiros residentes aqui) na produção de arroz, milho, mancarra (amendoim), mandioca e batata-doce.

**R2:** Não temos matas praticamente, as que existiam foram maioritariamente transformadas em hortas de cajueiros. O que temos atualmente é um corredor grande que chamamos de «mato de Colibuia». Normalmente são estrangeiros da Guiné Conacri em colaboração com algumas pessoas da própria da tabanca, que tentam violar a mata, abatendo árvores para queimar carvão. Como o corredor é grande, fazem isso à escondida, mas às vezes, surpreendemo-los nessa prática no interior do corredor. No período do governo de transição os Chineses violaram de forma abusiva a nossa floresta, cortando as árvores de grande porte; nós reagimos, contatamos e informamos as autoridades do setor, mas nada fizeram a respeito. Outras vezes, são pessoas da tabanca que desbravam a floresta dentro de corredor para fazer «pampam».

**R3:** Todos nós exploramos (jovens, mulheres e homens nativos), mas estrangeiros exploram mais abusivamente.

**R4:** Todas as categorias exploram, existem mulheres que trabalham mais que homens. Homens, jovens e rapazes todos nós trabalhamos e exploramos recursos da floresta e da fauna, com exceção daqueles que estão doentes.

**R5:** São estrangeiros, sobretudo os da Guiné Conacri, que exploram mais os nossos recursos naturais. Porque eles sabem os benefícios dessa exploração, e estão habituados a esses tipos de trabalho.

**R6:** São homens e jovens nativos que exploram mais os recursos naturais; as mulheres menos. Porque são os homens e jovens que cortam mato para abrir hortas, caçam, queimam carvão, que trabalham mais nas matas.

**R7:** São os estrangeiros que exploram mais os recursos naturais dentro do Parque. Mas fazem isso de forma clandestina, em períodos em que a população da tabanca se encontra ocupado em trabalhos de campo.

**R8:** São os jovens que mais exploram os recursos naturais do Parque, por serem mais mais fortes fisicamente.

**R9:** São jovens e homens da tabanca que exploram mais os recursos naturais do Parque, porque não têm outras alternativas.

**R10:** É a categoria de homens e mulheres, mas dentre estes dois os homens exploram mais, por serem chefes de agregados familiares.

**R11:** Todas as categorias exploram os recursos naturais, cada qual de acordo com as suas forças e necessidades.

**R12:** Do meu ponto de vista, eu penso que são os estrangeiros da Guiné Conacri que mais exploram os recursos naturais do Parque. Porque eles são imigrantes e seus interesses é ganhar, acumular o dinheiro e resolver-se; ao passo que os nativos se preocupam só com o dia-a-dia mais nada.

**R13:** Eu penso que as mulheres que exploram mais, porque são elas que vão a floresta a procura de lenhas e frutos silvestres, enquanto os homens se ocupam mais com o trabalho de bolanhas.

**R14:** Nós trabalhamos mais em bolanhas não temos grandes matos, mas dos que existem, são os homens que mais exploram os recursos naturais.

**R15:** São homens chefes da família e mulheres que mais exploram os recursos naturais, porque eles são responsáveis de famílias, os jovens de hoje não trabalham. Nós não temos estrangeiros aqui.

**R16:** Homens e rapazes que mais exploram os recursos naturais. Porque nós somos responsáveis pela família e trabalhamos no mato abrindo hortas e cortando chabéu para o sustento da nossa família.

**R17:** São homens que exploram mais, porque são eles que trabalham mais nas matas, principalmente em desflorestação de espaços para hortas de caju.

**R18:** São os homens e jovens que exploram mais, porque são eles que têm mais força para o fazer.

**R19:** São os estrangeiros que exploram mais os recursos naturais. Os nativos dedicam-se mais a produção de arroz em bolanhas.

**R20:** São estrangeiros e mulheres que mais exploram os recursos naturais, porque eles trabalham mais nas matas e maior parte de seus benefícios buscam-no no mato.

**R21:** Os jovens são principais atores, praticam a apicultura, os vizinhos de Boela que hospedam estrangeiros que fazem a queima de carvão, fazem este trabalho na época da chuva, quando mato está suja para não serem vistos, ainda ontem saíram da polícia, onde têm problemas com eles. Existe uma área reservada na tabanca que nunca foi derrubada desde os tempos antigos.

**R22:** Estrangeiros e nacionais que estão a degradar as matas para a queima do carvão.

**R23:** Estrangeiros da Guiné Conacri cortam o mato para o cultivo do arroz e mancara, os jovens também praticam a caça, mas os estrangeiros são grande preocupação sobre a corte de madeira cibe e destroem muito a floresta.

**R24:** As mulheres e hóspedes é que trabalham mais no mato lavoura de mancara, queima de carvão sobre tudo pessoas da Guiné Conacri para abertura de pontas e comercialização de carvão.

**R25:** Os jovens e estrangeiros, desflorestam a mata e queimam-na para cultivarem essencialmente o arroz, procando danos irreversiveis na floresta.

**R26:** Os estrangeiros é que exploram os recursos de forma mais abusiva. Por isso uma vez chamamos as autoridades para resolver a situação.

**R27:** Estrangeiros são principais exploradores do mato, aumento da população estrangeira, tem provocado uma maior pressão sobre recursos naturais.

**R28:** Grandes exploradores de recursos do Parque são os caçadores e fulas de Guiné Conacri, que entram através da via de Cacine, tudo isto porque o Parque acabou com regras que a tabanca tinha na gestão de recursos, atualmente a tabanca não fiscaliza a mata, por isso, caçadores entram sem permissão, antigamente se alguém entrar sem autorização pode perder no mato.

**R29:** Homens, jovens e estrangeiros são principais exploradores de matos e da fauna, devido a falta de bolanhas.

**R30:** Não há estrago de floresta de qualquer forma o mato é muito bem gerido.

**R31:** Agricultores e caçadores usam bolanhas e matos caçam para sustentar bolanhas e seu trabalhadores com carne de caça, sem se esquecer dos estrangeiros praticam na caça e pesca de forma inadequadae abusiva.

**R32:** Estrangeiros que vem explorar árvores para construção de canoa eles é que estragam o mato.

**R33:** Estrangeiros que vem como hóspedes da tabanca que pedem terra para cultivar é que exploram mais os recursos, devido a necessidades de sobrevivência e os jovens locais é que praticam a caça.

**R34:** Pessoas das tabancas vizinhas, Calaque, Catchamba que entram no mato para caçar, cabra de mato, gazela pintada, porco de mato e macacos.

**R35:** Maiores exploradores são pessoas que vem de outras tabancas, sobretudo os estrangeiros que praticam principalmente a pesca.

**R36:** Os estrangeiros são principais exploradores de matos procuram árvores de grande porte para construção de suas canoas.

**R37:** Pessoa que vem de outras tabancas é que praticam a caça.

**R38:** Pessoas de outras tabancas vizinhas, principalmente na caça clandestina e derrube de árvores para procurar mel.

**R39:** Seus vizinhos de Tubandim exploram mato de forma exagerada, não se importam com a conservação dos matos.

**R40:** Os jovens, porque eles é que fazem o pampam e construções de canoas.

**R41:** Os estrangeiros são principais caçadores desta zona, arriscam para estragar, porque são estrangeiros.

**R42:** Os estrangeiros e as pessoas que vem de outras tabancas.

**R43:** Não há exploração abusiva de recursos e não praticamos a caça na nossa tabanca.

**R44:** Os da etnia biafada que vieram da zona de Quitafine é que destroem os matos, praticam o pampam, porque não têm bolanhas, foram dado os terrenos pelos Nalus.

**R45:** Os nativos, porque são detentores da tabanca, não obstante que estamos sendo ameaçados pelos estrangeiros.

**R46:** Jovens, porque hoje em dia os jovens descobriram a importância da floresta, sobretudo plantação de caju.

**R47:** Estrangeiros, porque a maioria dos nativos apostam na bolanha.

**R48:** Em termos da exploração são os mais jovens e as mulheres, por que têm mais energia para trabalhar.

**R49:** A categoria que mais explora os recursos naturais, são os estrangeiros. Os nativos não são proprietários de grande porção da terra.

**R50:** Os nativos, porque a maioria são nativos, não existem muitos estrangeiros nesta tabanca.

**R51:** A tabanca vizinha Cuntubom, temos problemas que ainda não foi resolvido, fomos os primeiros residentes, mas agora não temos o controlo desses recursos, todos os recursos estão sob controlo da tabanca de Cuntubom.

**R52:** A tabanca vizinha Cuntubom, temos problemas que ainda não foi resolvido, fomos os primeiros residentes, mas agora não temos o controlo desses recursos, todos os recursos estão sob controlo da tabanca de Cuntubom, neste momento o processo se encontra em alçada judicial e estamos aguardar a resposta.

**R53:** A tabanca vizinha Cuntubom, temos problemas que ainda não foi resolvido, somos os primeiros residentes, mas agora não temos o controlo desses recursos, todos os recursos estão sob controlo da tabanca de Cuntubom, neste momento o processo se encontra em Bedanda, mas caso não for resolvido vamos tomar engajamento para a sua definitiva resolução.

**R54:** Jovens, nativos, mulheres e homens. Porque muito de nós, não têm outro meio de sobrevivência. Os estrangeiros também estão aqui a pescar, com devida autorização das autoridades do Estado.

**R55:** Toda a categoria da população presente aqui, com maior evidência aos jovens, porque constitui a força da comunidade. Os estrangeiros exploram os nossos recursos marinhos (pesca). Exploramos esses recursos, porque são as únicas coisas que temos para a nossa sobrevivência.

**R56:** Os jovens, as mulheres e os homens desta tabanca, são os que exploram mais os recursos naturais. Porquanto, é único que serve para a nossa sobrevivência.

**R57:** Os nativos, porque é o único meio de sobrevivência que nós possuímos.

**R58:** Os jovens, porque possuem mais energia para trabalhar.

**R59:** São os estrangeiros. Eles são responsáveis pela queima de carvão e de morte da maioria dos nossos animais. É de realçar que os estragos provocados pela queima de carvão não se limita só ao abate das árvores, mas também aos danos nos terrenos (degradação florestal e desflorestação),mas também o fumo que daí resulta afugenta os animais paraterras longinquas.

**R60:** São os estrangeiros. Toda a zona fronteiriça está habitada por pessoas provinientes da Guiné Conacri, mas sempre com consentimento dos nativos. Aliás, são estes que lhes dão a autorização e cobertura em caso de intervenção das nossas autoridades. O processo continua depois quando os primeiros saírem ao fim de 2 anos de uso, os nativos fazem a plantação de cajueiros nos campos deixados pelos estrangeiros. Mesmo quando da crise da madeira foi feita apreensão de cinco motosserras aqui na nossa tabanca pelos nossos jovens, mas o régulo e as autoridades florestais, nomeadamente o Mutaro Embaló, Sousa e outros devolveram-nas aos seus donos em troca de pequenos subornos.

**R61:** São os estrangeiros, sem dúvidas. Através do poder económico que possuem, podem seduzir a população residente vender as suas parcelas.

**R62:** Ainda não tenho experiencia.

**R63:** Os Estrangeiros, sem dúvidas. Nós ao cultivarmos temos todo o cuidado para não estragar o que herdamos dos nossos antepassados, mas eles não. Só querem só querem ganhar rapidamente e irem-se embora, não devemos permitir isso.

**R64:** Os donos da tabanca, porque são os únicos com competência para decidir o que quer que seja.

**R65:** Praticamente somos todos, ou seja, da comunidade.

**R66:** Aqui pode-se dizer que vivemos bem com a natureza e consequentemente com os nossos recursos.

**R67:** São todos, apesar de uns a acusar aos outros. Na verdade, a comunidade balanta desta zona não era grande agressor do mato, porque tinha muito pouco ligação com ela. Em contrapartida exploravam as bolanhas e dos tarrafes (mangais). Eram os fulas de Bedanda que cultivavam nas zonas ocupadas atualmente pelos balantas. Por isso no início de criação de hortas tiveram que pedir permissão as pessoas de Bedanda. Se este processo continuar com o ritmo atual, a novas geração não irá conhecer qualquer tipo de animal.

**R68:** São os estrangeiros. Porque estes, salvo raras exceções, só querem ganhar dinheiro rapidamente, sem se importar muito com os danos que possam causar a Guiné e a sua natureza.

**R69:** Nesta área são os donos da terra. Temos poucos estrangeiros, e os jovens só ultimamente é que começaram envolver-se com atividades das hortas.
**R70:** Os estrangeiros, não se importam em nada com a conservação. Ganhar dinheiro e lucro rapidamente é a única preocupação. E em seguida mudarem-se para outra zona.
**R71:** Geralmente a maioria das pontas pertencem a comunidade balanta, maioritariamente das pessoas adultas, como podia esperar maioria homens mas também algumas mulhres, principalmente nos últimos cinco anos, mas também jovens. Há pouca exceção da presença de alguns cidadãos da Guiné Conacri, principalmente fulas recém chegados os tabanca. É de referir que "invasão" dos balantas a zona da floresta é um fenómeno recente (com incidente do ano 2006 para cá).
**R72:** No nosso entender, as nossas atividades tradicionais não causam grande mal ao mato, só recentemente começamos a ouvir que a atividade que praticamos é nociva ao ambiente.

**R73:** Neste momento, pode-se dizer que são os jovens, que estão com força, mas também com ambições de cada um ter a sua própria horta.
**R74:** Pode-se dizer que a agressão das matas que tem-se verificado nos últimos tempos é realmente preocupante. No entanto, aqui as coisas são um pouco diferente, ou seja, o que se verifica são pequenas parcelas de hortas junto das tabancas apenas. Assim, pode-se dizer que, que a consciência ambiental já existia muito antes do IBAP.
**R75:** Sem dúvida nenhuma, são os recém-chegados, os estrangeiros. Geralmente dispõem de muitos meios, quando comparados com um agricultor típico guineense.
Acontece com muita frequência que quem acolhe um estrangeiro em sua morança ao fim de pouco tempo, tornar-se no trabalhador no seu trabalhador. O mais grave é que mesmo antes da campanha de recenseamento, era mais fácil encontrar um estrangeiro com documentação completa da Guiné-Bissau do que um pessoa que um guinnense. Para além da elevada corrupção que existe na nossa administração, devido pobreza dos nossos cidadãos.
**R76:** Não poço responder a esta pergunta. No entanto, pensando bem diria que são os velhos, porque um jovem pode ter 3 ha, por exemplo, mas logo a seguir o velho vem dizer-lhe que ele não está a fazer nada. Devia ir mais além!
**R77:** Diz que não sabe responder, mas pareceu-nos que tentou evitar fazê-lo.
**R78:** Os jovens e os estrangeiros. Os primeiros porque têm pouca formação e também pouca sensibilidade para a conservação. Enquanto os segundos, pelo egoísmo de ganhar rapidamente e voltar para o país de origem.
**R79:** Desde que nos foi dito para não cortar as matas, praticamente deixamos de o fazer, a não ser aquelas já mortas e secas. No entanto, é de reconhecer que as mulheres continuam a resistir, continuando com a velha prática, o mesmo se pode dizer dos nossos vizinhos, os balantas. As primeiras fazem-no para fumar o peixe, enquanto os segundos cortam mais *tambá-cumba* e as palmeiras.
**R80:** Sem dúvida nenhuma, são os estrangeiros, porque basta lembrar os já referidos acampamentos. São pessoas que, para além dos estragos que causam aos nossos recursos, ainda abusam de nós. Quando os abordamos, dizem-nos "*vocês não sabem que nós*

*compramos este mar*"? Como podem imaginar, isto nos deixa não só impotentes, como revoltados, revoltou! E apela para que seja instalada na ilha um posto de fiscalização.
**R81:** Pelas razões apontadas anteriormente e com meios rudimentares, nós nunca constituímos uma verdadeira ameaça tanto para o mato, como para o mar. São os estrangeiros que com mais meios quer de pesca, como de financeiros para comprar hortas, os verdadeiros ameaças para os recursos quer florestais como faunísticos.
**R82:** Estando a viver numa semi ilha não, não temos praticamente matas, apenas bolanhas. Quanto aos estragos feitos no domínio de pescas, não há dúvidas são os estrangeiros os maiores causadores de danos.
**R83:** Os nossos vizinhos Nalús, os donos da terra são gente de princípio, quando aceitam algo e dão a palavra, não voltam para trás. E, aqui, a maioria está determinada em dar o seu apoio a conservação. Todavia, há uma grande tentação em ter hortas por parte dos jovens, cuja conduta tende a desviar-se das nossas tradições.

**6. Quais são as práticas que a tradição da tabanca proíbe na exploração dos recursos florestais e dos recursos faunísticos?**

**R1:** Nós somos muçulmanos, portanto, tudo o que o Estado não aceita que os seus cidadãos façam, nós não fazemos. Proibimos abate de árvores de grande port, tais como poilão, pau-de-sangue, pau-de-carvão, queimar mato e a caça para a venda. Só permitimos a caça para o consumo, e de forma não abusiva. Não permitimos nem aos estrangeiros explorarem de forma abusiva os nossos recursos, porque aqui nessa nossa mata existem muitos animais desde elefantes, búfalos, gazelas-de-lala, javalis farfanas, etc., por isso proibimos. Pois isso é a nossa riqueza e o futuro dos nossos filhos.

**R2:** De acordo com a orientação de AD (Ação para o Desenvolvimento), nós proibimos a caça grossa, nomeadamente de Elefantes, Búfalo e caça para venda. Proibimos também trabalhar na zona reservada, abate de árvores de grande porte como Poilão, Bissilão Pau-de-sangue, apesar de certas violações que já foram referidas.

**R3:** Nesta zona somos os únicos que zelam pela preservação da floresta. Sempre mantemos vigilantes, sobretudo, em relação aos estrangeiros da Guiné Conacri, que agem de forma irracional em termos de exploração de recursos florestais e faunísticos. Não permitimos corte abusivo das árvores, queimas de matas, caça de Daris, búfalos, elefante, Gazelas e Javalis; tudo isso para o nosso bem e de nossos filhos.

**R4:** Existem várias práticas que nós da tabanca proibimos na exploração dos recursos florestas e faunístico não porque a tradição proíbe, mas, porque o Estado não permite essas práticas; a exemplo de corte de cibes, Bissilão e outras árvores grandes que consideramos sagradas como Poilão, Pau-de sangue, Goiba-de-lala e outras árvores, mas por não termos outras alternativas à reserva da biosfera somos obrigados a liberar muitas coisas como forma de aumentar a nossa renda. Existem também animais qua não matamos, como Elefantes, Búfalos,

Hipopótamos, Javalis, Daris e Macacos. Só matamos os animais para o nosso consumo, nada mais.

**R5:** Maior parte de famílias desta tabanca tem a sua própria propriedade (horta), isso contribuiu para diminuição de pressão sobre a floresta. Não permitimos queimar a mata, caça abundante e abate de animais tais, como elefantes, Daris, Búfalos, etc, cortes de árvores grandes.

**R6:** Nós proibimos a queima das matas. Se alguém quiser queimar um espaço para fazer pampam ou outro trabalho tem que fazer para-fogo para não queimar o espaço para além do necessário. Não permitimos também matar animais grandes tais, como: Elefantes, Búfalos, Daris, apesar de prejuízos que aumento da população de animais têm-nos causado, sobretudo com relação as nossas plantações.

**R7:** A nossa tradição não proíbe nada na exploração de recursos florestais e faunísticos, mas por orientação do pessoal do Parque nós proibimos muita coisa, como por exemplo, corte abusivo da floresta, caça para venda e abate dos animais de grande porte. Também como não temos cibes são palmeiras que usamos para construção, e como sabe, a palmeira tem muito valor e a sua importância para economia familiar é muito grande, por isso permanecemos vigilante não permitimos corte de palmeiras sem motivos forte para isso.

**R8:** O que nós proibimos é cortar mato reservado, mesmo na zona não reservada proibimos desflorestar a área que não tem a capacidade de trabalhar, proibimos também queimar mato, só permitimos a caça para o consumo, proibimos matar animais como Elefantes, *Daris, Bùfalos* e javalis.

**R9:** Existem coisas que nós não aceitamos que as pessoas façam no nosso mato. Não permitimos que os estrangeiros, sobretudo os da Guiné Conacri explorem os nossos recursos, porque eles não têm noção de gestão, só pensam em lucro. Não permitimos que queimem carvão. Proibimos também cortar árvores grandes e caça para venda.

**R10:** Existem algumas matas que nós consideramos sagradas de fanado de homens e mulheres que ninguém pode trabalhar nem fazer plantação, nem é permitido cortar nenhuma árvore ou caçar animais. Não permitimos também queimar mata que não seja para trabalho de pampam, proibimos abate de árvores grandes e medicinais (N´sansan, N´babás em língua Nalú) e animais. tais como Daris, Elefantes, Búflos e Macaco.

**R11:** Nós proibimos desflorestação desenfreada da floresta, só permitimos a desflorestação da área necessária para o trabalho. Não permitimos a caça abusiva dos animais, extração do mel com o fogo, pois isso mata abelhas, proibimos também a queima de mato, pelo significado que o mato representa para a nossa vida e saúde. Porque na época colonial não haviam hospitais, e tudo que que era remédio para cura de feridos resultants de combate e outras doenças era tirado mata, a base de raízes, folhas e casca das plantas.

**R12:** Nós os Fulas, não trabalhamos em todos os matos, mas não sei explicar o porquê? Porque os homens grandes não explicam os motivos, só dizem que não se deve trabalhar naquele ou noutro mato. Formalmente não consideramos essa questão de mato sagrado, reservadas para cerimónias. Eu não conheço nada que seja proibido pela tradição na exploração de recursos florestais e faunísticos.

**R13:** Aqui em Bedanda, não existe uma floresta comunitária importante, por isso o papel da tradição em proibir ou não a exploração de algo é muito menor, é essa função é mais reservada à guarda-florestal do Estado.

**R14:** Proibimos corte de palmeiras e cibes, salvo haja necessidade primárias para construção de casas.

**R15:** Proibimos queimar matas.

**R16:** Nós proibimos roubo de frutas nas hortas e produtos de outros no mato, venda de mato, queimar mato e corte de árvores grandes.

**R17:** Proibimos derrubes de árvores grandes como poilão, cibes e palmeiras matar animais como Búfalos, Sim-sim, Gazela-de-lala, Javali e queimar mato.

**R18:** Proibimos a caça e corte de árvores grandes.

**R19:** Nós proibimos matar crocodilos, pesca abusivas com redes proibidos, caçar os pássaros.

**R20:** Existem período que nós proibimos temporariamente explorar os recursos de mato, como por exemplo: cortar chabéu, colher fole, veludo e outras frutas.

**R21:** É proibido corte de mato, carvão e a madeira porque é conservado desde tempos antigos. Também é proibido caçar, antigamente a caça era feita apenas para a tabanca, atualmente é mais difícil controlar, a distância é grande, os vizinhos entram no mato e caçam através de estrangeiros da Guine Conacri que vivem com eles. Atualmente há elefantes que circulam nesta zona.

**R22:** Proíbe a exploração abusiva de matos e dos animais.

**R23:** A tabanca não gosta e proibir a exploração abusiva das florestas, corte e derrube de árvores e a caça abusiva, antigamente haviam elefantes nesta tabanca. Pode-se cultivar para sustentar, mas não para estragar, como fazem os estrangeiros.

**R24:** Exploração de floresta de cibe que é reservado para população em caso de necessidade de construção de casas mas atualmente há pessoas que vem com licença de corta e violam as regras da tabanca.

**R25:** Proíbe a caça no período de gestação dos animais é uma prática que faziam antes da oficialização do parque como Área Protegida, proibimos derrube de árvores: mampataz e pé de conta são plantas consideradas possuidoras de águas.

**R26:** Matar animais para vender, cortar madeira para ir vender, entrada de estrangeiros para exploração de recursos de forma descontrolada.

**R27:** Proíbe a exploração de recursos naturais na floresta: animais (macacos) e vegetação (mantampa-de-serra).

**R28:** Exploração de malagueta preta, entrada de estrangeiros na exploração de mel, construção de canoa para vender, pesca de N´pande é proibido, pessoas de fora não podem entrar e explorar sem autorização.

**R29:** Caça abusiva e derrubes algumas especies de árvore (*tagara)* para a construção de canoa, proibimos também caça de animais paraa comercialização.

**R30:** As práticas tradicionais de tabanca proíbem a exploração de recursos florestais e faunísticas de forma abusiva.

**R31:** Antigamente proibiam a desflorestação nas zonas (sagradas) que tem irã e estas zonas coincidem com zona de alimentação de animais e bebedouros de animais.

**R32:** Os velhos proíbem entrada no mato de qualquer forma, antigamente se a tabanca precisar de caçar faziam *rónia (ritual)* e o caçador entrava e abatia o animal que foi solicitado na *rónia*.

**R33:** Os velhos reúnem e limitam a exploração de recursos, tanto a caça, exploração de palmar, e corte de árvore, quem não cumprir pode ver o resultado (será punido).

**R34:** Dono da tabanca proíbe a corte de chabeu no mato principalmente pessoas de outras tabancas.

**R35:** Pessoas que vem de fora para derrubar árvores, antigamente, as pessoas vinham explorar as madeiras, mas já pararam.

**R36:** Proíbem a corte de árvores de grandes portes que existem no mato.

**R37:** Proíbem corte de árvore de grande portes para construção das canoas.

**R38:** A tabanca tem regras para trabalhar no mato com regras de gestão do mato, é proibido derrubar as árvores sem necessidade.

**R39:** Conservação de florestas para as futuras gerações.

**R40:** São proibidos entradas em matos sagrados, onde são realizados rituais de fanado, pois são tradições da tabanca que proíbe exploração de recurso ou entrada de pessoas em determinados sitios, mas está cada vez menos forte, devido a religião islâmica.

**R41:** Caça abusiva, exploração de árvores das florestas.

**R42:** Proíbe a caça abusiva.

**R43:** Não tem recursos faunísticos e florestais, o que tem aqui são as bolanhas onde cada família é responsável pela sua bolanha.

**R44:** Não permitem o estrago de matos, atualmente recomendam aos mais novos a cumprirem as regras do estado.

**R45:** B*ofé* é um lugar sagrado onde existe regras tradicionais que orientem o uso dos recursos lá existente. Neste lugar se faz as cerimónias para pedir aos deuses para desflorestação ou não.

**R46**: Não existe nenhuma regra tradicional da conservação das florestas.

**R47:** Não existe nenhuma regra tradicional para a conservação das florestas, só há dois sítios sagrados onde se praticam a cerimónia do fanado: Pool e Sock.

**R48:** Não há controlo cada um podia fazer o que bem entendesse, por exemplo o meu Pai caça, ninguém o impede de faze-lo.

**R49:** A prática tradicional que proíbe a exploração dos recursos, antigamente são escolhidas certas pessoas de uma forma organizada para o uso dos recursos naturais. Todos os recursos explorados pertencim toda a comunidade, não é a propriedade exclusiva de uma única pessoa.

**R50:** Antigamente, não havia muita gente e naquela altura os mais velhos que decidiam a caça, pesca e a zona para o cultivo, mas hoje em dia explora os recursos disponiveis de acordo com as suas necessidades.

**R51:** Não havia muita gente, o mato era denso, fechado e sem acesso, os recursos eram explorados apenas para subsistência, não havia regras. E, isso fez com que até então não há regras tradicionais de uso desses recursos.

**R52:** Do que sei da minha família como fundador da tabanca, não havia muita gente, o mato era denso, fechado e sem acesso, os recursos eram explorados apenas para subsistência, não havia regras. E, isso fez com que até então não há regras tradicionais de uso desses recursos.

**R53:** Do que sei da minha família como fundador da tabanca, não havia muita gente, o mato era denso, fechado e sem acesso, os recursos eram explorados apenas para subsistência, não havia regras. E, isso fez com que até então não há regras tradicionais de uso desses recursos.

**R54:** Enquanto muçulmano, a única prática tradicional que empregamos para a proibição á exploração dos recursos, é através de anúncio na mesquita.

**R55:** Através de *cancuram*.

**R56:** Não conheço nenhuma prática tradicional, exceptuando ao do conselho dos anciãos da tabanca, para tomar certas medidas necessárias.

**R57:** Não conheço nenhuma prática tradicional.

**R58:** Conselho dos anciões

**R59:** Antigamente esta área geográfica era semiárida. A floresta era regenerada e fechada, pois coincidiu com a época da Guerra colonial, permitindo a recuperação rápida da mesma, ou seja, esta recuperação resultou fundamentalmente da diminuição da pressão demográfica observada neste período. Por outro lado, sempre houve uma divisão do espaço entre as tabancas, deste modo, nenhuma queria esgotar o seu espaço, o que permitiu a criação de zonas de reservas. Nos últimos anos, porém começou haver alguns conflitos com as pessoas vindas do outro lado da reserva, ou seja, de Balana, Tchague Iaia e Boihela e Gaduro.

**R60:** A presença dos estrangeiros principalmente pelo uso de motosserras no abate das árvores para queima de carvão, provocando muito barulho nas florestas e fumo, é o principal motivo da fuga dos animais áreas muito próximas das tabancas, contribuindo deste modo para aumentar o conflito entre o homem e os animais. A corrupção generalizada não é única razão para existência deste fenómeno, mas contribui de forma significativa.

**R61:** Existem, pelo facto de termos as nossas simbologias ou "mitos", se assim preferir, faz com que as pessoas tenham receio em praticar qualquer tipo de intervenção nestas áreas reservadas, com medo das consequências que possasm advir dos seus atos.

**R62:** Desculpa, mas não tenho nenhuma ideia formada.

**R63:** Temos sim, os nossos velhos sempre praticaram uma agricultura sustentável, se assim não fosse não teríamos mato nenhum aqui para conservar. Por exemplo, temos o nosso mato "*Caqu*wé" onde ninguém pode fazer nada lá dentro, porque é uma zona sagrada.
**R64:** Há sim, como por exemplo, as matas sagradas ou uma coisa equivalente (pois, este termo não é dos mais apropriados para nós os muçulmanos).

**R65:** Não diria prática proibitiva, mas sim limitativa, ou seja, um uso sustentável, diria que é o bom senso até certo nível. Quando se verifica que existe alguém com pretenções de não respeitar as regras impostas, o assunto é conduzido ao chefe da tabanca que selecionará o conflito. Caso a situação persista ou setorne mais grave, então faz-se chegar ao régulo.

**R66:** Existe uma forma de manter coesão e disciplina, em prol de uma causa comum.
**R67:** Não existe. Não há nenhum princípio de conservação do mato na comunidade balanta.
**R68:** Existem certas áreas, matos onde se localizam as grandes balobas, por exemplo, matos reservados para o fanado, em que é proibido qualquer tipo de intervenção.Esta proibição é, geralmente respeitada por todos.
**R69:** Não poço dizer.
**R70:** A primeira preocupação deve ser tentar fazer a nossa vida, o nosso trabalho, mas sem nunca pôr em causa o necessário equilíbrio que deve existir quer no mato, como em relação aos animais. Já ouvimos dizer que, se cortarmos o nosso mato, futuramente vamos ficar sem chuvas, o que pode pôr em causa a nossa própria existência; Ainda recordo, quando era mais jovem, não podia viajar sozinho de Mampatá para Nhacoba, porque havia muitos animais, principalmente babuínos que metiam medo até a um adulto. Hoje pode-se fazer o mesmo percurso sem nunca cruzar com nenhum animal. É um sinal de que algo não está certo.

**R71:** Antes de responder a esta pergunta, o Sr. Joaquim afirma que quem sabe, nunca pode comportar como quem não sabe. E prossegue: Se soubéssemos, mesmo antes deste assunto o comportamento das pessoas não seria este, com certeza. Só recentemente a gente do IBAP começou com a sensibilização.
**R72:** Não.

**R73:** Nós próprios como uma comunidade. Depois do início do processo de ocupação do mato com hortas, acabamos de notar que isso fez com que os animais que nos outros tempos se abundavam nessa área, principalmente nas lalas, começaram a fugir.
**R74:** A primeira ação prática de conservação manifestada pela população surgiu quando se pensou em abrir uma estrada que nos ligasse a Iemberem. Os velhos cheagram a conclusão que não era viavel, porque derrubando as árvores circundante da estrada, o sol ia-se abater sobre as pessoas, por um lado. Por outro, a beleza natural ia-se perder para sempre.
**R75:** Apesar de muçulmanos, os velhos intimidavam as pessoas através de mitos de que determinados espaços eram sagrados e não se podia fazer nada lá. Quem violar esta proibição morria. E era respeitado por todos.
**R76:** Proibição, não diria. Mas zonas reservadas e com acesso muitas vezes restrito.
**R77:** Sempre houve. Os donos da tabanca davam indicações em cada período a direção para onde as pessoas deveriam fazer os seus campos, deixando as outras áreas em repouso.
**R78:** Houve sempre separação clara entre a zona de intervenção e a zona de conservação.
**R79:** Como disse anteriormente, nós sempre demos muito bem com a natureza. Talvez esta passividade que nos fez vir para aqui no fim do mundo.
**R80:** Antigamente, as nossas atividades não eram muito agressivas para com o mar e também para com o mato. A nossa densidade populacional era e continua a ser das mais baixas do país. Mesmo as técnicas utilizadas eram muito modestas, por isso com impacto também reduzido para com o meio ambiente. No entanto, com a vinda nos "*Nanias*", o equilíbrio alterou-se; Enquanto que nós andávamos em pequenas pirogas de remo, eles usam canoas de motor muito grandes e com muita potência.
**R81:** Nesta zona somos os únicos que zelam pela preservação da floresta. Sempre mantemos vigilantes, sobretudo, em relação aos estrangeiros da Guiné Conacri, que agem de forma irracional em termos de exploração de recursos florestais e faunísticos. Não permitimos corte abusivo das árvores, queimas de matas, caça de Daris, búfalos, elefante, Gazelas e Javalis; tudo isso para o nosso bem e de nossos filhos.
**R82:** Como lhe disse anteriormente, aqui não temos mato, e em consequência disso, também os nossos recursos são mais o que vem do mar e não das florestas.
**R83:** Sim, através do zonagem e da criação das matas sagradas para muitos fins.

**7. Quais são as maiores dificuldades em termos de produção dos alimentos (sobretudo arroz) para o sustento da sua família?**

**R1:** As dificuldades são imensas, desde falta do dinheiro para a compra de matérias de trabalho, nomeadamente catanas, enxadas para remoção da terra, dificuldades em conseguir sementes de arroz por insuficiência às vezes da chuva, entre outras.

**R2:** As maiores dificuldades que enfrento em termos da produção de alimento tem a ver aumento da população de «Farfanas» que invade e come maior parte de produção de arroz que produzo para o sustento da minha família. A outra dificuldade relaciona-se com a falta da chuva.

**R3:** As dificuldades são muitas, nós trabalhamos sem apoio de Estado (financeiramente), com as nossas próprias mãos e fisicamente. Já não tenho forças como dantes, a minha produção esta a baixar a cada dia que passa. Não temos máquinas e materiais de trabalho. Temos bolanhas em «Sonco Walle», mas não conseguimos explorá-las por falta de meios.

**R4:** Tenho sempre a falta do dinheiro para produção de arroz e outras culturas; outras dificuldades tem a ver com a falta de materiais de produção tais como enxadas, catanas; existem épocas que nos faltam sementes.

**R5:** A maior dificuldade que tenho tido em termos da produção de arroz relaciona-se com ataques de pragas, pois estragam a maior parte da nossa produção.

**R6:** Nós temos muitas dificuldades, maior parte de famílias aqui, só comem uma refeição diária. Isso, porque nós dividimos a nossa produção com os animais de mato, e o Estado não faz nada para nos proteger, não investe na agricultura, nem nos apoia em alimentação. Não temos materiais suficientes que ajudem a aumentar a nossa produção, tem-nos faltado sementes e não temos condições de trabalhar em nossas bolanhas e em bafons.

**R7:** Maior dificuldade é de trabalho, porque nós trabalhamos fisicamente. A outra dificuldade tem a ver com o aumento da população de animais (Farfanas, Daris) que danificam a nossa produção.

**R8:** A maior dificuldade que enfrentamos é a insuficiência da chuva e falta de meios (materiais/ferramentas, como arado, catanas e outros ferramentas utilizados na agricultura).

**R9:** Tenho tido muitas dificuldades na produção de alimentos por falta de dinheiro/meios.

**R10:** As maiores dificuldades que tenho tido na produção de alimentos (arroz), tem ver com o trabalho de desflorestação de espaço para fazer Pampam e a de falta de meios para o trabalhar em bolanhas.

**R11:** Enquanto Guarda-comunitária não ganho nada, portanto, tenho muitas dificuldades em produzir alimento suficiente para alimentação da minha família. Eu tenho participado nas atividades do parque desde a sua fundação, eu estou no mato dia e noite, mas nunca beneficiei de algo para isso, não me dão nada em troca do meu trabalho, além de que fico sempre mal visto pelos populares da tabanca por estar a desempenhar essa função.Dizem que "cabra não morde, mas se estiver numa situação de aflição, morde".

**R12:** Eu não tenho terreno suficiente para produção de alimentos, sobretudo do arroz, produzo apenas mancarra. A maior dificuldade que tenho em conseguir alimento para garantir a segurança alimentar da minha família tem a ver com a instabilidade no emprego porque de momento sou professor contratado, e só ganho de três em três meses.

**R13:** A salinização é uma das maiores dificuldades que enfrento na produção de alimentos (arroz), se chover pouco, colhemos pouco, e consequentemente as dificuldades de sustento da minha família são maiores.

**R14:** A maior dificuldade que enfrento em termos de produção de alimentos é na fase da construção de diques das bolanhas.

**R15:** Maiores dificuldades que temos, tem a ver com a grande dificuldade na construção de diques e tubos de drenagem para facilitar a gestão e impedir a entrada de água salgada nas bolanhas.

**R16:** A maior dificuldade na produção de alimento tem a ver com a falta da chuva.

**R17:** Maiores dificuldades é na construção de diques para fecho de bolanhas, lavoura e insuficiência da chuva.

**R18:** Temos muitas dificuldades em produzir arroz. Porque despendemos muito esforço na construção de diques e na lavoura.

**R19:** Nós enfrentamos muitas dificuldades na produção de alimentos, sobretudo, quando construímos diques para fechar as bolanhas. Como vê, já não tenho forças para lavoura, é meu filho que assegura a minha família.

**R20:** A dificuldade que temos tem a ver com a entrada de água salgada nas nossas bolanhas.

**R21:** Dificuldade é a falta de espaço no planalto e a falta de máquinas para trabalhar. A tabanca tem bolanha onde podia cultivar o arroz, mas tem dificuldades em máquina de produção, como tractor, o Pipito tinha nos prometido um, mas infelizmente faleceu.

**R22:** Falta de material de trabalho, máquinas para produção do arroz nos bafons.

**R32:** Dificuldade de lavoura na bolanha, embora a bolanha é pequena, falta de mão-de-obra e fuga de jovens para a cidade.

**R24:** Falta de espaço para cultivar o pampam, o arroz que angariamos com a campanha da castanha de caju não é suficiente para sustento de população.

**R25:** Falta de meios financeiros, ainda que seja a crédito para comprar alimentos e pagar durante a campanha de caju.

**R26:** Dificuldade de produção é causada por animais daninhos como *Farfanas, Porco-do-mato e Chimpanzé.*

**R27:** Falta de força e falta de apoio de material produção e meios de produção.

**R28:** Dificuldades de alimentação por causa de estrago de animais, *farfanas*, *porco-espinho*, *porco-de-mato, chimpanzé*. A tabanca não tem bolanha somente o mato que utiliza para alimentar suas famílias.

**R29:** Animais daninhos como *farfana* e *chimpanzés,* e também devido a falta de bolanha para a lavoura.

**R30:** Falta de espaços para produção, porque antigamente população geria seus espaços, e faziam pausa cinco anos, mas atualmente é proibido esta forma de gestão de matos.

**R31:** Temos muitas dificuldade no controlo dos animais, que estragam as nossas culturas (farfana, porco-espinho, javali, macacos e Chimpanzés).

**R32:** Fraca produção, devido a falta de meios para trabalhar na bolanha e a restrção no uso dos recursos naturais existentes nas nossas matas, não sendo permitido desflorestação para fazer o cultivo de pampam.

**R33:** Falta de espaço para trabalhar na bolanha que estão estragadas, devido a invasão da águasalgada e falta de recursos financeiros para praticar outro tipo de agricultura.

**R34:** Falta de meios e falta de mão-de-obra para produção de arroz.

**R35:** Dificuldades com animais de mato que estragam as nossas culturas (Chimpanzés*, porco-espinho, porco de mato)*.

**R36:** Dificuldade da subida de água do mar que estraga os ouriques (bolanhas).

**R37:** Dificuldade de produção e principalmente os animais daninhos (*farfanas, chimpanzés e porco-espinho)*.

**R38:** Grande dificuldade é a falta de bolanha que foi destruída pela água salgada, compramos arroz para alimentação através de palmar, mas atualmente há dificuldades na exploração de palmar por causa de chimpanzé.

**R39:** Animais daninhos, *farfana*, *gafanhoto*, *porco de mato*, *macacos*, não permitem o rendimento agrícola.

**R40:** Falta de forças e meios para recuperar as antigas bolanhas, falta de materiais, moto cultivadoras para agricultura nos bafons, porque há muitos bafons em alternative as bolanhas inundadas pelas águas salgadas.

**R41:** Falta de água para agricultura e horticultura (as bolanhas estão inundadas pela água salgada, falta de máquina de descasque do arroz.

**R42:** A abundância de águas nas bolanhas, porque estes localizam-se perto do alto mar.

**R43:** Principal dificuldade nos últimos anos é a subida de água do mar (*iagu sibibo*).

**R44:** Recuperação de bolanha e falta de mão-de-obra e meios financeiros, subida de água salgada que estraga as bolanhas.

**R45:** Depende exclusivamente da agricultura para dar de comer aminha família, sendo assim, as minhas dificuldades tem a ver com o aumento do nível da água salgada e para sanear a situação preciso de apoio do IBAP.

**R46:** As dificuldades são os seguintes: falta de sementes e da de mão-de-obra.

**R47:** As dificuldades são os seguintes: falta de sementes, falta de mão-de-obra, também temos o problema de redução da chuva, hoje em dia chove menos e não temos arroz de ciclo curto.

**R48:** Problemas de diques (Ourique).

**R49:** A dificuldade é que há aumento do nível médio da água nas bolanhas, queremos construir diques, mas não é nada fácil.

**R50:** Problemas de dique, problemas de drenagem.

**R51:** Invasão da água salgadas nas nossas bolanhas, Precisamos de bombas de drenagem, falta de sementes.

**R52:** Somos fundadores da tabanca, o que fazíamos era cultivar a bolanha mas neste momento estamos com problema da invasão da água salgadas nas nossas bolanhas, Precisamos de bombas de drenagem, falta de sementes.

**R53:** A minha família é o fundador da tabanca, o que fazíamos era cultivar a bolanha mas neste momento estamos com problema da invasão da água salgadas nas nossas bolanhas, Precisamos de bombas de drenagem, falta de sementes.

**R54:** Á invasão da água salgada. Entretanto, as autoridades do parque já nos fizeram várias promessas e, não cumpriram nenhuma.

**R55:** Invasão da água salgada as bolanhas, diminuição da chuva.

**R56:** Invasão da água salgada as bolanhas, e as pragas.

**R57:** Invasão da água salgadas as bolanhas e falta de sementeiras agrícolas, tem contribuído expressivamente para quebra da produção de arroz.

**R58:** Invasão da água salgadas as bolanhas e pouca chuva.

**R59:** A tabanca tem muitas bolanhas de água doce com grande potencial, mas não dispomos de maquinas que nos possa auxiliar na lavoura. Na verdade, estas bolanhas poderiam uma grande alternativa a agricultura de pampam.

**R60:** A falta de água e a monocultura. No caso da monocultura o senhor Seidi exemplifica com um caso de um cidadão de Guiné Conacri que veio cá pedir para ficar a residir junto da comunidade, foi lhe cedido uma parcela para cultivar, como é o costume. Quando ele esgotou

este espaço, quis avançar para a área circundante, mas não foi aceite esta pretensão, o que o obrigou a abandonar a tabanca.

**R61:** As principais dificuldades dizem respeito a falta de acesso, principalmente na época das chuvas (que julgo vocês poderão servir de bons testemunhos). Nestas condições, mesmo produzindo, pouco ou nada nos serve, porque não vamos conseguir escoar os produtos.
**R62:** A água potável é a coisa mais preocupante nesta tabanca.

**R63:** A principal dificuldade nos últimos anos é a irregularidade das chuvas, por exemplo, este ano não conseguimos nada nas nossas culturas.
**R64:** As dificuldades dizem respeito a própria prática agrícola, quer para produção do arroz, como da mancara, que serve do complemento do nosso rendimento.

**R65:** O nosso dia-a-dia como agricultores não é fácil de todo, pior quando as limitações como aquelas introduzidas pelas regras do parque, vai aumentar ainda mais as nossas dificuldades. Por outro lado, a irregularidades em matéria das chuvas observada nos últimos tempos ficamos ainda mais apreensivos.

**R66:** Dificuldades sempre há, principalmente para quem depende de tudo o que a natureza lhe oferece. Basta faltar a chuva para todo este aparente equilíbrio desmoronar.
**R67:** A minha grande dificuldade é garantir os alimentos; Diariamente temos de trabalhar para conseguir algo para comer. Sendo notória a nossa quase impossibilidade de pagar os estudos dos nossos filhos. Aliás, este é o principal motivo da nossa ida para mato e plantar cajueiros.
**R68:** As principais dificuldades prendem-se com as águas salgadas que inundam as bolanhas; Aliás, julgo que o fenómeno da subida das águas é cada vez mais violento. É necessário preparar os diques com outra solidez e ter tubos para esvaziar a água; Infelizmente, nem sempre temos forças suficientes para isso.
**R69:** As nossas bolanhas são constantemente inundadas por águas salgadas, o que tem estragado as nossas produções.
**R70:** A nossa maior preocupação reside no facto de as nossas produções estarem reduzir de ano para ano, e já começa a ser muito alarmante para muitas famílias.
**R71:** Nos últimos anos as bolanhas começaram a ser envadidas pelas águas salgadas, estragando ou limitando consideravelmente a nossa produção, que constituem como as nossas principais fontes de rendimento.
**R72:** O nosso maior problema é não registar as nossas produções. Por isso andamos sempre a queixar-se. Quando não se tem uma noção clara sobre o que temos, como podemos planear? E nos últimos anos tem-se notado um aumento demográfico no seio das famílias, o que torna cada vez mais difícil o equilíbrio entre o a produção e o número dos consumidores em casa.

**R73:** As principais dificuldades sentidas estão relacionadas com a entrada das águas salgadas nas bolanhas. O que nos tem causado muitos problemas. Daí que a construção de diques resistentes é de extrema importância.

**R74:** As dificuldades são muitas. Primeiro não temos motobombas para retirar a água salgada das bolanhas, o que dificulta ainda mais a prática agrícola. Outro aspeto a considerar, é conseguir atempadamente as sementes de arroz mais apropriadas e a tempo.
**R75:** Nós temos algumas bolanhas nesta área, mas temos muitas dificuldades em trabalhar nelas. Falta-nos máquinas para trabalhar, e com isso conseguir um rendimento alternativo aos campos de cultivo pampam e das hortas.
**R76:** Neste momento não diria dificuldades, mas algumas preocupações, porque sinceramente não tenho vontade de pegar nos meus instrumentos de trabalho e entrar pelo mato dentro e cortar as árvores. Só faço porque não tenho outra forma de viver. Criem alternativas e vão ver que o mato fica intacto.
**R77:** O nosso maior problema nos últimos tempos foram os gafanhotos. Por exemplo, quando se cultiva mandioca, os bichos comem todas as folhas, inviabilizando deste modo toda a produção. Os chimpanzés e os bovinos são outros problemas. Estragam todos campos. No entanto, apesar de deste facto ser do conhecimento do IBAP, nada fazem. E nós evitamos abordar o assunto caso haja incidentes que leve a morte dos animais, já que são espécies considerados protegidas.
**R78:** A nossa maior dificuldade é conseguir material adequado para a pesca.
**R79:** Temos muitas dificuldades. Toda a nossa produção depende da força dos nossos braços. Já apresentamos vezes sem conta pedidos no sentido de nos ajudarem meios para retirar a água salgada das bolanhas, mas até hoje não tivemos respostas.
**R80:** Muitas dificuldades. Só a minha conta tenho desanove (19) pessoas para sustentar. E para agravar com a situação, a minha bolanha foi alagada pela água salgada, o que me deixou quase sem nada.
**R81:** As principais dificuldades sentidas estão relacionadas com os estragos causados pela água salgada que alaga as nossas bolanhas. Sem motobombas, nem outros meios para cuidar das bolanhas estamos condenados a fome.
**R82:** Antigamente, o nosso arroz era quase exclusivamente destinado para o nosso consumo direto. Atualmente é deste arroz que tiramos tudo, desde a construção das nossas casas, pagar a escola para os nossos filhos, etc. ou seja tudo na nossa vida vem das bolanhas. Aliás, a palha com que cobrimos com as nossas casas vem do outro lado do rio – zona de Bedanda.
**R83:** A maior dificuldade que enfrentamos é a grande indisciplina que se nota hoje em dia nas famílias, principalmente por parte dos jovens. Este especto está a minar a nossa auto estima e coesão como um povo. Por outro lado, ao contrário do que se verificava quando eu ainda era novo, uma grande solidariedade e entre ajuda, as pessoas tendem a ser cada vez mais individualistas e não ligando tudo que diz respeito a comunidade em benefício próprio. Antigamente, quando o chefe dava ordens era para ser respeitado por todos. As pessoas iam muito cedo para as bolanhas e só voltavam de lá por volta das 17h ou 18h, ou seja, trabalhava-se muito. Agora, quando os jovens aceitam ir trabalhar nas bolanhas, vão tarde e regressam muito cedo. Por outro lado, as bolanhas estão sendo invadidas pelas águas salgadas. Tudo junto torna-se muito difícil enfrentar as dificuldades.

**8. Como chefe do agregado, de que depende para garantir a segurança alimentar da sua família?**

**R1:** Dependo da agricultura de arroz, sobretudo de planalto (pampam) para alimentação e sustento da minha família. Mas também cultivo mancarra, mandioca e milho.

**R2:** Atualmente dependo muito da minha horta de caju e da agricultura (produção de arroz).

**R3:** Dependo da agricultura para garantir a sobrevivência da minha família.

**R4:** Dependo da agricultura e de pouco que eu ganho enquanto alfaiate.

**R5:** Dependo da agricultura (essencialmente do arroz) e de pequeno comércio parasustentar a minha família.

**R6:** Dependo da agricultura (sobretudo da produção de arroz, feijão mancarra, bata-doce e mandioca) para garantir a segurança alimentar da minha família.

**R7:** Dependo da agricultura (da produção de arroz).

**R8:** Dependo da agricultura, do comércio e da campanha de caju.

**R9:** Dependo da agricultura, da produção de óleo de palma e da pesca para garantir a segurança alimentar da minha família.

**R10**: Dependo da agricultura (produção de arroz) e da minha horta de caju para garantir a segurança alimentar da minha família.

**R11:** Dependo da extração e venda de óleo de palma e da mancarra, porque apesar de ser agricultor e produtor de arroz, já não consigo produzir arroz por causa de farfanas.

**R12:** Do memento, dependo da pequena produção de mancarra a que me dedico na época chuvosa e do meu rendimento enquanto professor contratado.

**R13:** Dependo da agricultura e da criação de gados (cabras, porcos e galinhas) para alimentação da minha família.

**R14:** Dependo da agricultura (produção de arroz) e da minha horta de Caju.

**R15:** Para garantir a segurança alimentar da minha família dependo da agricultura (produção de arroz) e da horta de caju; caso a colheita de arroz não tenha corrido bem, vendo um dos gados bovino do coral para apoiar com o sustento da família.

**R16:** Dependo da agricultura e de pequeno rendimento como pedreiro, se houver contrato de obras.

**R17:** Dependo unicamente da agricultura, pois não tenho outro trabalho.

**R18:** Dependo da agricultura e da extração de óleo de palma como complemento, se não mesmo a atividade mais importante do que a produção de arroz.

**R19:** Dependo da agricultura (produção de arroz).

**R20:** Dependo da agricultura.

**R21:** Existem uma pequena mata onde cultivam o arroz de pampam, milho, mancara, feijão, batata-doce e a mandioca.

**R22:** Depende essencialmente da agricultura do arroz e da mancara.

**R23:** Agricultura de arroz de pampam, *milho cavalo, milho bacil e a mancara*.

**R24:** Agricultura de pampam e produção de mancara, feijão e horta de caju.

**R25:** Agricultura (arroz, batata, manfafa, mancara)

**R26:** Depende de agricultura do arroz de pampam, horta de caju, feijão, mancara e banana.

**R27:** Agricultura de arroz, feijão, milho e batata.

**R28:** Agricultura de planalto (pampam), produção de arroz, feijão e a mancara.

**R29:** Agricultura, horta de cola, caju, como antigo combatente recebo uma pensão no valor de 35000 Xof.

**R30:** Depende da agricultura para sustentar a família com apoio do seu filho.

**R31:** Criação de animais (galinhas, patos e cabras) para vender e comprar alimentos.

**R32:** Agricultura de planalto pampam, mandioca, mancara e feijão.

**R33:** Depende de agricultura de pampam, arroz e mancara.

**R34:** Apoio dos filhos que vivem em Bissau e do apoio do filho pescador que também vive na tabanca.

**R35:** Depende de agricultura de pampam, *mandioca, feijão, milho-preto e milho-bacil.*

**R36:** Agricultura de bolanha, pesca e da exploração horta de caju.

**R37:** Agricultura, pesca e corte de chabeu.

**R38:** Depende da exploração de recursos de palmar, corte de chabeu para compra de arroz e o pampam.

**R39:** Agricultura e horticultura.

**R40:** Dependo da agricultura para sustentar a família e pesca de subsistência.

**R41:** Dependiam da agricultura de bolanha, mas com as dificuldades de trabalho nas bolanhas passaram a explorer hortas de caju.

**R42:** Dependo da exploração de uma pequena horta de caju e da criação de animais, pois atualmente não se consegue cultivar o arroz, porque as bolanhas estão inundades pelas águas salgadas.

**R43:** Agricultura (produz cerca de 10 toneladas de arroz por ano) também da exploração de uma pequena horta de caju.

**R44:** Agricultura (arroz, mancarra e batata-doce) e da exploração de uma horta de caju.

**R45:** Como já te disse sou agricultor, cultivo arroz, milho, manfafa e demais produtos, dependo destes produtos para o sustento da minha família.

**R46:** Para o sustento da minha família dependo exclusivamente da agricultura, apesar de possuir uma ponta/horta de caju.

**R47:** Agricultura (mancarra e batata doce), visto que por causa de diques já não temos muita produção de arroz.

**R48:** Para o sustento da minha família dependo exclusivamente da agricultura, neste caso estou a referir a produção de arroz.

**R49:** Agricultura essencialmente da batata docee, atualmente tem muita procura na capital

(Bissau).

**R50:** Exploração da horta de castanha de caju e da agricultura de Bolanha.

**R51:** Agricultura, antigamente não plantavam caju, visto que não tinha um bom preço.

**R52:** Agricultura, antigamente não plantavam caju, visto que não tinha um bom preço. A tabanca vizinha de Cuntubom ocupou toda a floresta e só dependemos das bolanhas da água salgada.

**R53:** Agricultura, antigamente não se plantavam castanhas de caju, visto que não tinha um bom preço. A tabanca vizinha de Cuntubom ocupou toda a floresta e só dependemos das bolanhas da água salgada.

**R54:** Pesca, agricultura e serviço de mouro (medium).

**R55:** Agricultura, transformação de óleo de palma, e comercialização da castanha de caju.

**R56:** Agricultura de bolanha

**R57:** Pesca e agricultura.

**R58:** Agricultura (arroz, mancarra, mandioca e batata doce).

**R59:** A nossa Segurança Alimentar depende em muito das nossas produções. Mais recentemente, o rendimento tem tido origem nas hortas.

**R60:** Nos últimos anos só a agricultura não garante a Segurança Alimentar (este no máximo dá para alimentar a família durante 4 – 5 meses), o resto depende em grande medida da troca da castanha caju por arroz.

**R61:** Estes fatores descritos no ponto a cima faz de nós eternos mendigos de acessibilidade. Desde a independência até a atualidade, este tem sido a principal revindicação da população do Sul em geral e do Setor de Cubucare em particular. Portanto, pode-se dizer que não há Segurança Alimentar sem acessos e de transportes adequados.

**R62:** Apesar de ter o meu próprio ngocio a minha (menos de um ano) é daí que obtenho o rendimento para sustentar a minha família compost por 4 elementos.

**R63:** Agricultura, pesca e troca produtos, como por exemplo castanhas de cajú pelo arroz. Se isso não chegar e não chega é tentar dar volta de modo a sobreviver.
**R64:** Como disse anteriormente, a minha vida é toda ela dedicada a agricultura. Primeiro é cultivar o arroz, a seguir a mancara e depois pratico a pesca como alternativa.
Geralmente, com este rendimento consigo o que comer ou rendimento para comprar algo. Felizmente temos sempre nesta zona onde poder comprar.
**R65:** É muito difícil alguém afirmar que pode garantir a sua segurança alimentar. Para além das dificuldades apontadas a cima, temos sofrido muito com os animais, tais como os porcos e chimpanzés nas nossas culturas.
**R66:** Agricultura, nuito embora o despendido não é recompensado com uma produção equivalente.
**R67:** Aqui o que nos faz mais falta é mafé, principalmente a carne. O arroz, felizmente está sempre disponível.
**R68:** Naturalmente as coisas estão a tornar-se cada vez mais complexas em termos de Segurança alimentar. Por exemplo, num passado recente, muitas bolanhas foram danificadas pela subida das águas salgadas, como já foi referido. E isso afetou de forma significativa a produção do arroz. No entanto, no ano passados a campanha de caju correu muito bem, o que fez com que as pessoas tivessem dinheiro para comprar alimentos, embora a disponibilidade do produto fosse reduzido.
**R69:** Por razão apontados anteriormente, a situação torna-se cada vez mais insustentável, porque a nossa vulnerabilidade é cada vez mais evidente. No meu caso, nem dinheiro tenho para comparar arroz quando falta.
**R70:** Pelo exposto na pergunta precedente, a nossa Segurança Alimentar está cada vez mais ameaçada. Como disse, as nossas colheitas são cada vez menos, por um lado, e por outro aumenta o número dos membros da família, por isso fomos obrigados ir para o mato e fazer horta, que serve a cima tudo como alternativa das bolanhas.
**R71:** É muito difícil. Por exemplo, temos não só o arroz para vender, mas também a mancara, entre outros produtos, mas as estradas não ajudam.
**R72:** É muito difícil dizer que garantimos em pleno a nossa Segurança Alimentar. O certo é que enfrentamos cada vez mais com dificuldades praticamente desconhecidas nesta zona. Não é raro em que as nossas colheitas não cobrirem com as nossas necessidades.

**R73:** A situação é de extrema complexidade. Por exemplo, eu sou o responsável máximo por assegurar a comida para minha família, apesar da minha relativa juventude.
A minha bolanha não teve rendimento esperado, apesar de ter chovido muito. A minha horta ainda não começou a produzir, daí a minha dificuldade em garantir a Segurança Alimentar para minha família.
**R74:** Com a redução gradual de quantidades colhidas nas nossas bolanhas quando comparadas com o que se verificava até recentemente, torna-se praticamente impossível conseguir atingir a tão desejada segurança alimentar.
**R75:** É muito complicado. É uma ginástica interminável. Sabemos que não podemos continuar com o modelo de produção pampam que temos vindo a praticar, daí questionamos que alternativa nos resta?!
**R76:** Felizmente na última campanha agrícola conseguimos uma boa colheita. Para além de isso, a produção de mancara foi muito bom, o que me permitiu um rendimento extra, que bem gerido, não terei problemas de maior em ter mos de Segurança Alimentar nos próximos tempos. Enquanto a minha horta, ela é relativamente nova, pelo que o seu rendimento é ainda modesta.
**R77:** Cultivar os nossos campos de arroz, de mandioca, de mancara e de outras espécies, que sirvam como complemento é tudo que precisamos. Nos últimos anos as hortas/pontas surgiram como alternativa.
**R78:** Objetivamente não tenho resposta para esta pergunta. São aquelas coisas que costumamos atribuir a Deus "*sta na mom di Deus*"!
**R79:** É um grande problema. Quando há escassez as nossas vidas tornam-se muito difícil.
Imagine todas as nossas compras são feitas em Cabedu e/ou Cacine, sem meios de transporte esta tarefa torna-se insustentável. Temos o mesmo quando alguém fica doente e necessita de ser evacuado. Meter uma pessoa doente numa pequena canoa ao sol e por vezes com chuva, muitas vezes morre antes de chegar ao posto médico.
**R80:** É extremamente frustrante. Neste momento não tenho nada e nem tenho esperança em vir ter a curto prazo.
**R81:** É uma ginástica infindável. A pesca é a minha principal fonte, principalmente depois desmantelamento dos acampamentos de estrangeiros que invadiram as nossas terras e os nossos mares, ajudou um pouco.
**R82:** É cada vez mais difícil. Os nossos jovens já foram quase todos para a escola.
Só tenho comigo um que me ajuda.
**R83:** Pesso dizer sem reservas que a insegurança alimentar começou ser insustentável, precisamente pelas razões anteriormente apontadas.

**9. Conhece as regras do parque quanto ao uso dos recursos naturais? Se conhece, quais delas não está de acordo e porquê?**

**R1:** Sim, conheço. Eu não estou de acordo com a proibição de cortar a mata para fazermos «pampam» a que nos submetem. Porque dependemos da mata para a nossa sobrevivência.

Quando nascemos, vimos os nossos pais a trabalharem nessa nossa mata, nós sempre trabalhamos nela e os nossos filhos também, e mata está ali. Nós sempre a preservamos, sabemos o valor da mata e dos animais que nela vivem, por isso ela está ali. Não temos condições para trabalhar em «bafons» ou bolanhas, pois não temos materiais necessários para isso.

**R2:** Conheço algumas. Eu concordo com todas as regras, mas gostariamos de pedir um apoio ao IBAP, no sentido de criarem algumas condições para que possamos trabalhar nas nossas bolanhas.

**R3:** Não conheço bem as regras do Parque. Eles não nos informam das regras.

**R4:** Sim, conheço. Eu não estou de acordo com a proibição de corte das matas para fazermos «pampam», porque nós vivemos disso. Não temos bolanhas em condições, nem meios e nem materiais para trabalharmos nelas, se não praticarmos agricultua itinerante moremos de fome.

**R5:** Não é que não estou de acordo com a política de conservação da floresta e dos animais. Mas, eu defendo a contrapartida às populações por parte do Estado, como forma de garantir a sustentabilidade das áreas protegidas.

**R6:** Conheço. As regras com as quais não concordo, relaciona-se com o fato de não podermos usufruir de nossos recursos mesmo para o nosso próprio consume. As pessoas responsaveis pela gestão do Parque impedem-nos de cortar as árvores, mesmo as secas para apoiarmos na construção das nossas casas ou para construirmos portas, janelas e outros mobiliários para o nosso uso. Eles só defendem os seus interesses, pois não colaboram com o representante da sociedade civil local, eles impõem-nos as regras e proíbem-nos de beneficiar da nossa própria riqueza. Nós sabemos que têm um orçamento grande que os beneficia a eles e a sua família, por isso fazem de tudo para garantir e assegurar esse orçamento, mesmo que isso custe as nossas vidas. Normalmente, a população residente dentro e na área limítrofe do Parque deveriam beneficiar de toda riqueza gerada pelas áreas protegidas.

**R7:** Como disse, não permitimos corte de mata reservada e caça de animais proibidos.

**R8:** Conheço, mas não estou de acordo com a proibição integral de uso de recursos da floresta e da fauna, porque nós somos camponeses e dependemos de mato.

**R9:** Eles adotaram como regra a proibição de corte da floresta, matar animais e pescar co redes de diâmetro muito pequeno. O que não concordo, é o facto de eles nos impedirem de trabalhar para sustento da nossa família, nós conseguimos o nosso sustento no mato, se trabalharmos como é que vamos viver?

**R10:** Conheço algumas. Eu não estou contra as regras que eles adotaram, mas eles não devem valorizar mais os animais que os seres humanos. Nós somos proibidos de fazer trabalhos que garantam a nossa segurança alimentar e dos nossos filhos a favor de bem-estar dos animais. Eles valorizam mais os animais que as pessoas. Nós não podemos cortar as árvores, nem matar animais para o nosso próprio consumo, mais eles (animais), nos causam enormes prejuízos,

invadindo e consomindo a maior parte da nossa plantação e produção, sem que possamos nos defender.

**R11:** Sim, conheço. Eu estou de acordo com as regras do Parque. Mas para que essas regras tenham sustentabilidades, devem criar condições alternativas para a população residente noparque e na area limitrofe, ainda criar incentivos mensais para Guardas-comunitárias.

**R12:** Sim, conheço. Estou de acordo com as regras, mas devem arranjar uma forma de compensar a população dos possíveis prejuízos resultnte das restrições impostas pela entidade responsável pela gestão do Parque.

**R13:** Conheço. Inclusive sei os nomes de 14 florestas que fazem parte de área reservada, e não sou contra as regras aplicadas, mas queria pedir que envolvam mais a população no processo de gestão.

**R14:** Não tenho muita informação sobre as regras. Só sei que não permitem a desflorestação e a caça de animais.

**R15:** Conheço as regras de não cortar mato, não caçar animais. Sobre isso não tenho nada a dizer, o nosso trabalho é nas bolanhas.

**R16:** Sim, conheço. Eles nos impedem fazer uso da floresta e da fauna, mesmo para nosso ou consumo interno da tabanca, isso não estou de acordo.

**R17:** Sim, conheço. Mas não estou contra, porque é muito bom cuidar da floresta e dos animais para o bem dos nossos filhos.

**R18:** Sim, conheço.

**R19:** Conheço. Não estou contra, mas nós precisamos de apoio, que nos ajudem com as nossas bolanhas.

**R20:** É bom cuidar de mato, porque dela tiramos muita riqueza com a qual nós sobrevivemos.

**R21:** Não conhecem as regras, o Pipito e o Bubacar Sera, vinham de vez enquanto para sensibilizar a população. Estão de acordo em conservar os matos, viram experiencia de outros países como o Senegal e Mali que não tem florestas e com grande falta de chuvas.

**R22:** As regras que proíbem a exploração abusiva das florestas, sobre tudo os estrangeiro que entram no mato. Sem o Parque as florestam seriam muito degradadas, por isso estão satisfeitos com o Parque.

**R23:** Não caçar abusivamente, estou de acordo com esta proibição, porque os jovens caçam para vender e não oferecem a carne a população como se fazia antigamente. Faziam montes de carne para cada família, actualmente 1kg de carne custa até 2000 Xof.

**R24:** As regras aplicadas pelos gestores do parue são para serem respeitadas.Como exemplo de punição uma tabanca vizinha de nome Labé onde viviam indeviduos da etnia balanta foi totalmente queimada, porque esta situadava-se no corredor de elefantes.

**R25:** Conheço as regras do parque, não caçar não queimar não cortar mato, mas sem resultado de conservar o mato (“*cabra nundeki marado la ki ta kume”*).

**R26:** Não estou de acordo com proibição total dos recursos, por exemplo explorar a madeira necessária para construção de casas ou camas.

**R27:** Estou de acordo com as regras do Parque.

**R28:** Não estou de acordo com nenhuma das regras é a forma de atuação do Parque.

**R29:** Proteger o mato, porque sem proteger o mato haverá a seca e há muitas coisas no mato que queremos que continue sendo protegida como os velhos deixaram.

**R30:** Os animais que estragam a cultura sem apoio de Parque, tudo que cultivamos é estragado pelos *porcos, farfanas, chimpanzé*, não podemos trabalhar para animais.

**R31:** Benefício de turismo, na observação de mato, deve ser revertido a favor da comunidade, porque a população é proibido de cortar e arvore matos que estão nas florestas.

**R32:** As regras que proíbem população de explorar os recursos mas o mais estranho há pessoas que vem com licenças cortam madeira e levam.

**R33:** Os animais como o *Chimpanzés*, farfana, e porco-espinho estragam as nossas culturas e iso constitui uma das nossas maiores preocupações.

**R34:** Conheço, é proibido abate das árvores de grandes portes que servem para construção de Canoas, porque para derrubar uma árvore grande mata-se várias outras árvores.

**R35:** A população não concorda com a proibição de pampam, porque não têm outra forma de sobreviver, não têm bolanhas. As bolanhas estragaram devido a falta de mão-de-obra. Actualmente ele é único capaz de trabalhar nas nossas bolanhas, mas não estou em condições de faze-lo, pois doente.

**R36:** Devem permitir o derrube árvores e plantar outras que podem ser úteis para eles no futuro.

**R37:** Não conheço bem as regras do parque, também as minhas actividades agrícolas não estão ligados as matas, trabalho mas nas lalas.

**R38:** Conheço. Proibição da desflorestação para o cultivo de pampam, porque única coisa que conhece e sabe trabalhar bem é o pampam, tem dificuldade de alimentar suas famílias.

**R39:** Proibição de exploração das árvores mortas ou caídas no parque, porque a população precisa melhorar suas condições de vida, portas e bancos para sentar.

**R40:** Conheço. A não autorização do uso das árvores mortas.

**R41:** Conservação de matos para as futuras gerações. Somos impedidos de praticar a agricultura até nos nossos próprios quintais. Devem permitir a exploração de alguns recursos (madeira) para construção da escola.

**R42:** Proibição de exploração de zonas de exploração.

**R43:** Não nos permitem explorar os recursos, para a construção de camas, mesas,cadeiras e nem das portas para suas casas, proibiram a captura de pássaros, mas estes estragam-nos o arroz na bolanha.

**R44:** Proibição total de zonas de exploração para população tanto na terra como no mar. Com essas proibições temos dificuldades em sobeviver.

**R45:** Sim, conservação das árvores de grande porte, conservação dos animais, proibição de uso dos mosquiteiros para a pesca, caça abusiva que para mim é muito importante para a geração vindoura, se cortamos tudo ou pescamos todos os peixes não haverá vida.

**R46:** Não sei de nenhuma regra, mas uma vez ouvi pela rádio de que é proibido pesca abusiva, caça, cortes das árvores e estou de acordo com todas essas regras, porque se continuamos com estas práticas no futuro não vamos ter chuva.

**R47:** Não sei de nenhuma regra, mas uma vez ouvi pela rádio de que é proibido pesca abusiva, caça, cortes das árvores e estou de acordo com todas essas regras, porque se continuamos com estas práticas no futuro não vamos ter chuva.

**R48:** Não conheço nenhuma regra. Massei que o estado disse para não cortar as árvores e não caçar.

**R49:** Redução de corte, Só pode cortar depois de 500m da zona reservada.

**R50:** Não faço parte e, nessas condições não conheço nenhuma regra.

**R51:** Já ouvi falar do Parque, mas não conheço nenhuma regra.

**R52:** Já ouvi falar do Parque, mas não conheço nenhuma regra.

R53: Já ouvi falar do Parque, mas não conheço nenhuma regra.

**R54:** Sim conheço. Não estou de acordo com a da proibição de uso dos recursos florestais, sem criação de alternativas compensatórias. Muitas promessas feitas, e nenhuma concretizada.

**R55:** Sim conheço, nós trabalhamos mais na zona costeira, mas como a situação não tem sido boa, gostaríamos que a autoridade do parque concedesse uma pequena parcela florestal á comunidade para a sua exploração, permitindo assim, minimizar as dificuldades.

**R56:** Sim conheço, estou de acordo com todas elas.

**R57:** A regra que não me agrada, é a de não permissão dos que usam canoa a remo, o uso da rede *Tchas* numa extensão de 100 metros.

**R58:** Impediram-nos de usufruir de todos os recursos, e depois não há nenhum benefício em termos reais para comunidade.

**R59:** Raramente o IBAP passa na nossa tabanca para um simples esclarecimento, muito menos para nos auxiliar no quer que seja. Podemos afirmar com segurança que a existência do parque em nada nos ajudou.

**R60:** Nada. Do pouco que ouvimos falar da conservação resultou das iniciativas da ONG (Ornganismo não Govrnamental) AD (Ação para o desenvolvimento), mas mesmo esta sensibilização deixou de ocorrer desde que desapareceu o Pipito.

**R61:** Sim, há uma separação entre a zona onde se pode intervir, enquanto que nas outras esta prática é expressamente proibida.

**R62:** Infelizmente, não conheço.

**R63:** Não, infelizmente.
**R64:** Infelizmente não posso-lhe responder. Mas sei quem vive no parque ou pelo menos em certas zonas dele não pode fazer lá hortas.
**R65:** Um dos grandes problemas com o modelo de gestão do IBAP, na nossa opinião, é de valorizar mais os animais em detrimento dos homens. Posso afirmar que trabalhamos muito e ganhamos pouco. A razão para isso acontecer é que praticamente dividimos a nossa produção com os animais.
**R66:** A nossa segurança alimentar, desde há alguns anos para cá, passou a depender em muito da participação das mulheres no sustento da família. O que não conseguimos com os nossos trabalhos, elas complementam com os pequenos negócios que fazem. Por outro lado, a diversificação das nossas culturas, desde o arroz, mandioca, bata doce, feijão, etc., passando pela exploração da castanha de cajú, claro, revelou-se fundamental nos nossos rendimentos. No entanto, nos últimos dois anos, temos deparado com pragas de gafanhotos que comem todas as folhas de mandioca, mancarra, e feijão, e até de caju, tem vindo a reduzir as nossas produções de forma significativa. Aliás, pode-se afirmar que nos últimos tempos, não há cultura que salva desta praga.
**R67:** Preocupa-me que a criação do parque despertou tardiamente.Não há limitação rigorosa da zona de intervenção das populações no parque; Na minha opinião, antes de falar nas regras que vigoram no parque, deve-se falar da sensibilização das pessoas para a conservação e das más práticas.
**R68:** Como disse anteriormente, não sou muito conhecedor da materia.
**R69:** Não sei. Para mim a questão do parque é uma coisa que apenas diz respeito a gente de Iemberém, onde o IBAP onde encontra-se sedeada.
**R70:** Uma das regras é não cortar o mato, não matar os animais e não provocar queimadas descontroladas.

**R71:** Aqui só uma vez que o Sr. Bacar, o antigo régulo veio cá para falar-nos do parque. Eu diria que falta-nos essencialmente a explicação. Alias, posso afirmar que, só com a minha participação numa formação sobre o parque que passamos conhecer um pouco mais sobre o parque, os seus objetivos, a sua missão e o seu modo de gestão. É de referir que a desmatação das florestas que se faz aqui é destinada a hortas e não como habitualmente acontecia a cultura de arroz de pampam.
**R72:** Conheço, a nossa entrada para o mato é fundamentalmente para sobrevivermos, ou seja, as nossas matas representam uma nova fonte de rendimento complementar.

**R73:** Para ser franco, não conheço muitas das regras, afirmou. Mas sei que não é permitido caça e nem queimadas descontroladas e muito menos fazer cortes no mato com a finalidade de abrirem hortas. O que acontece, acrescenta, é que muitas vezes são confrontados com estragos provocados pelos animais. E quando se vão apresentar queixas junto dos responsáveis do parque, estes não tomam qualquer tipo de posição. Como forma de protesto, a população começa abater estes animais, que são especies em extinsão, nomeadamente os búfalos.
**R74:** A primeira regra é não abater a mata reservada, já que temos uma pequena parcela onde podemos cultivar. Não podemos cortar a nossa cibis, apesar de abundar na nossa zona; Antes íamos caçar alguns animais embora nunca de forma de grandes caças destinadas a vender; Hoje tentamos não fazê-lo. Não nego que durante o ano haja um ou outro animal abatido.
**R75:** Sei que não se pode desmatar a floresta, matar os animais e provocar as queimadas, por exemplo.
**R76:** Sei algumas de algumas regras. Por exemplo, não se deve abater os animais, principalmente aquelas espécies consideradas ameaçadas, como os chimpanzés, búfalos, entre outros e não se deve cortar as matas.
**R77:** Ouvimos umas coisas aqui ou acolá, mas não estou em condições de as explicar isso em profundidade.
**R78:** Sim, um pouco. Não é permitido exercer uma atividade económica nas zonas de reserva; Devemos conservar as espécies de animais consideradas como extintas, principalmente as mais ameaçadas. Porque segundo as informações que nos foram transmitidas, estes animais são muito valiosas para o próprio homem.
**R79:** A primeira regra é não abater as árvores, e não provocar queimadas descontroladas e não fazer o uso de redes de monofilamentos na pesca.
**R80:** Tenho ouvido falar em alguma coisa, como por exemplo, não cortar o mato, não pescar as tartarugas nem caçar os animais em extinção. E pode-sede dizer que estas regras estão sendo cumpridas com relativo sucesso.
**R81:** Não. Só sei das redes monofilamentos que não são permitidas.
**R82:** Não sei explicar.
**R83:** Para ser sincero, para nós o parque é uma coisa longínquo, por isso tudo o que sabemos sobre o assunto é superficial. Mas posso lhe apontar que não pode caçar, nem desmatar a floresta. Mas também poço lhe dizer que com a atual política não podem contar com a colaboração das pessoas. Valorizam mais os animais do que os humanos. Já imagina multar

uma pessoa em 50 mil FCFA (Franco de Cefas) por ter abatido um chimpanzé que fez estragos enormes no seu campo agrícola? Nem o IBAP nem o estado fazem nada para nós quando os animais provocam estragos, mas apressam-se em aplicar as multas quando alguém abate os animais.

**10. Se fosse você a decidir sobre as regras a serem aplicadas no parque, quais as regras que proporia? Explique o porquê dessas suas regras.**

**R1:** Propunha preservação dos nossos recursos naturais tal como fizeram os nossos pais. Porque a preservação é boa, isso permite com que os nossos filhos conheçam amanhã o que conhecemos hoje. A mata é casa dos animais, se a cortarmos de forma abusiva diminui a chuva e os animais fogem todos. Mas, ainda assim, eu permitiria que a população local trabalhasse na zona permitida no parque para poderem sustentar as suas famílias.

**R2:** É difícil, mas eu concertaria com a autoridade local e proibíamos a corte abusiva das florestas e caça de animais proibidos, tais como Búfalos, Chimpanzés (Dari), Macacos e Elefantes. Autorizava a caça para o consumo e trabalho nas áreas não protegidas. Eu promovia parcerias com o Estado e ONGs (Organismos não Governamentais) para aquisição de máquinas agrícolas para a produção de arroz, criava a associação das mulheres horticultoras e algumas atividades geradoras de renda para os jovens da tabanca como forma de evitar a grande pressão sobre a floresta e preservar os nossos recursos florestais e faunísticos para os nossos filhos.

**R3:** Eu não sei como é que faria, mas as pessoas só podem sobreviver com trabalho. Nós somos camponeses e vivemos de trabalho de campo, eu deixava as pessoas trabalharem.

**R4:** Se fosse eu a decidir, eu conversava com a população no sentido de sensibilizá-la sobre a importância da área protegida. Mas também, eu reservava uma zona suficiente de trabalho à população para que não tivessem a necessidade de violar as áreas reservadas.

**R5:** Nós próprios já protegíamos as nossas matas. Portanto, se fosse eu a decidir sobre as regras a serem aplicadas no parque, eu continuava com a gestão racional que sempre tivemos, permitia a população trabalhar e explorar uma parte de nossos recursos para sustentar a sua família e ao mesmo tempo reservar a outra parte, contando com apoio e a colaboração da própria população.

**R6:** Se fosse eu a decidir sobre as regras, envolveria a autoridade local, representante da sociedade civil e a população em geral na criação e definição das regras do Parque, não impunha as regras. A população tinha que participar e dizer o que quer e o não quer como regras. Eu permitiria a população que fizesse o uso dos recursos florestais de forma equilibrada, sobretudo para seu consumo familiar.

**R7:** Se fosse eu a decider sobre as regrasa implentar dentro daárea protegida, proibiria também a violação de área reservada sob todas as formas, só permitiria que a população explorassem terrenos fora dessa área.

**R8:** Para não criar problemas com a população, eu criava as regras que permitissem a população usufruir dos recursos de forma racional sem causar grandes prejuízos à flora e a fauna. Eu não permitiria nenhuma exploração para venda, apenas para o consumo, porque a floresta ajuda-nos a ter a chuva.

**R9:** Se fosse eu a decidir sobre as regras a serem implementadas na área protegida, eu adotava a gestão de antiguidade, porque é essa gestão que permitiu que tenhamos o que temos hoje. Se os nossos antepassados não pensassem no futuro dos seus filhos não iriamos conhecer os animais que temos hoje, eles sempre exploraram os recursos pensando no futuro.

**R10:** Se fosse eu a decidir sobre as regras a serem aplicadas, eu tomaria a iniciativa de proteger a floresta e os animais, proibia a corte abusiva da floresta e caça para venda. Porque sabemos que a floresta é muito importante para as nossa sobrivivencia, é dela que extraímos plantas medicinais para tratar dos nossos doentes, também é na florestas que os recursos para a nossa alimentação, e é através dela que a chuva que podemos que podemos minimizar os impatos das alterações climáticas. Todos os seres vivos que nela habitam devem ser preservados. Mas apesar de tudo isso, eu permitiria a população trabalhar para poder sustentar a sua família, ou criava condições para que a população pudesse trabalhar em bolanhas e bafons como forma de diminuir a pressão sobre a floresta.

**R11:** Se fosse eu a decidir sobre as regras a serem aplicadas no Parque, eu adotaria uma política de sensibilização, e, em caso de inconformismo ou descontentamento por parte da população em relação as regras aplicadas, eu dialogava com a população com objetivo de buscar a forma mais pacífica de resolucionar o conflito e de chegarmos a um concenso. Eu pedia apoio da população na definição das regras a serem aplicadas, assim, se alguém dentre a população as violar estas regras no futuroamanhã, será mais fácil tomar medidas corretivas.

**R12:** Se fosse eu a decidir as regras a serem aplicadas, tomaria medidas rigorosas, sobretudo contra estrangeiros que exploram de forma abusiva os nossos recursos, pois a nossa floresta e a fauna está vulneravel e tem ameaçada, devido a migração. E em relação a população local criariava algumas regras excecionais por forma a permitir-lhes explorer de fora racional com apoio das autoridade local.

**R13:** Se fosse eu a decidir criava uma zona tampão que dividisse a área de trabalho e a área reservada. Proibiria qualquer intervenção do homem na área reservada, mas uma parte dos benefícios turísticos provenientes da área reservada seriam revertidos para o desenvolvimento das comunidades locais.

**R14:** Se fosse eu a decidir sobre as regras a serem aplicadas proíbIa a exploração da «zona libertada» punia os infratores com a pena de dois anos de prisão, porque os primeiros ocupantes da floresta são os animais, por isso devemos-lhes grande respeito.

**R15:** Se fosse eu a decidir tomaria medidas de punir qualquer pessoa que violasse a floresta e fauna de forma abusiva (punição corporal). Porque se acabarmos com a floresta for extinta, os animais fogirão para outros lugares e os nossos filhos não terão aoportunidade deconhecer e experimentar aquilo quenõs e os nossos antepassados tiveram.

**R16:** Se fosse eu a decidir, permitia que os residentes usufruissem dos recurso florestais para seu consume, por forma a satistifazer as suas necessidades basicas do dia-a-dia mas com cuidado e pensando no futuro de seus filhos. Porque se assim não for a geração vitura morrerão de fome.

**R17:** Se fosse eu a decidir sobre as regras, faria o mesmo, tomaria as mesmas decisões que o IBAP tomou.

**R18:** Se fosse eu a decidir sobre as regras, eu iria restringir a exploração das florestas, contudo abria algumas excecões para que a população local possa desenvolver seu trabalho de agricultura (principal meio de subsistância).

**R19:** Primeira coisa que quero pedir é meio de transporte (canoa a motor) para evacuação de doentes, sobretudo as grávidas e para podermos scoar os nossos produtos.

**R20:** Se fosse eu a decidir as regras, criava vários projetos de apoio às populações como alternativa à reserva do mato.

**R21:** Proibia a caça, corte de madeira para qualquer fim, facilitaria a circulação e a vida dos animais. É necessário manter a tradição que tem passado de geração a geração, seguindo os conselhos dos mais velhos.

**R22:** Todas actividades de exploração dos recursos do parque devem ter o concentimento do chefe da tabanca, por isso tinham deveria-se promover o espirito de cooperação e colocava os militares a fiscalizar os matos.

**R23:** A autorização para a exploração deve ser consentida pela população da tabanca, há pessoas que vem com licença de estado e a população não pode tomar decisão. A exploração de cibe e carvão é uma preocupação da tabanca e que precisa ser apoiada, porque se os recursos acabarem a população é que sofrerá, por outro lado, com autorização da queima de carvão e cortes de mato é difícil a existência de animais nesta zona.

**R24:** O parque devia procurar outra localidade e construir a casa para a população e transferi-los para lá, criar as condição para que a população possa sobreviver, só assim podem libertar o corredor da fauna que é muito importante para o Cantanhéz.

**R25:** Melhorar condição de vida da população para poderem sobreviver. A população precisa usufruir dos recuros que existem no parquet para sobreviver.

**R26:** Permitir a população residente explorar minimamente os recursos naturais existentes no parque que são fundamentais para as suas sobrivências.

**R27:** Reforçar a fiscalização com a participação da tabanca para conservação do Parque.

**R28:** Qualquer falha que acontece ao nível da comunidade ou da tabanca pode ser resolvido no local, deve haver uma colaboração entre o Parque e a comunidade, porque o mato pertence a comunidade.

**R29:** Permitir a população aproveitar as árvores velhas ou já caídas para a construção das suas casas.

**R30:** Quando animais estragam as culturas a população deve ser recompensada por esses danos.

**R31:** Permitir a exploração de árvores mortas no parque, permitir exploração de cibe para que possam vender para alimentar as suas famílias. Uma vez que aquilo que cultivamos são estragadas pelos bichos e animais ferozes antes amadurecerem.

**R32:** Permitir a população fazer pampam para que possam sobreviver porque não tem bolanhas para trabalhar.

**R33:** Permitir abate de *farfana*s e *porco-espinho* e atirar contra os animai, principalmente para os Chimpanzés no sentido de afugenta-los.

**R34:** Proibia a exploração abusiva de recursos florestais, como o abate de alguns especies de vegetações (*cibe*, palmeiras e outras árvores de grandes portes) para construção de canoa sem autorização antecipada.

**R35:** Permitia a população trabalhar para sustentar as suas famílias, porque as bolanhas não estão em condições.

**R36:** Permitia a abertura de hortas/pontas nas lalas para plantação de cajueiros, limões, coco-nete e palmeira-de-granja.

**R37:** Apoiar actividades de pesca para que possam abandonar actividades no mato.

**R38:** Dar alternativa a população local para que possa usufruir dos recursos florestais de forma racional e apenas para o consume da sua família.

**R39:** Apoiar na recuperação de bolanhas e trabalho no bafon para que se sentem tentados a tocar nos recursosda área reservada.

**R40:** Autorizar (direcção do Parque) uso das árvores caídas no Parque para a construção de portas, janelas, cadeiras, mesas, etc para as suas residencias.

**R41:** Permitir a exploração de madeira para construção da escolas e habitações.

**R42:** Permitir o cultivo no planalto, pois as bolanhas não estão em condições de serem cultivadas.

**R43:** Permitir a população explorar os recursos, árvores mortas e tarrafes para a construção de canoas que lhes permitissem recolher o arroz nas bolanhas.

**R44:** Permitir a exploração de certas zonas para produção, não permitir a entrada dos estrangeiros na pesca de rios, não permitir o uso de redes de grande extensão e uso de motores de grandes potências, porque a população local não está a beneficiar dos seus recursos devidamente.

**R45:** Aplicaria as mesmas regras que o IBAP.

**R46:** Delimitar as áreas de produção agrícola, porque todos os nativos dependem da produção de arroz para a sua subsistência.

**R47:** Delimitar as áreas de produção agrícola, porque todos os nativos dependem da produção de arroz para a sua subsistência.

**R48:** Incentivava a conservaçõ das florestas, porque tenho netos que eu gostaria que pudessem vir a usufruir dos recursos naturais da nossa tabanca tal como eu benefiei.

**R49:** Permitiria o uso racional dos animais, para o consumo doméstico e permitiria o uso de cibe para construção de casas.

**R50:** Proibiria a devastação desnecessária desses recursos, promovia o uso racional dos mesmos.

**R51:** Aqui não temos mato, mas se tivéssemos eu iria delimitar zonas para o cultivo e zonas de reservas, onde ninguém poderia praticar a caça e desflorestação, possibilitando assim a geração vindoura usufruir destes recursos no futuro.

**R52:** Aqui não temos mato, mas se tivéssemos eu iria delimitar zonas para o cultivo e zonas de reservas, onde ninguém poderia pratica a caça ou a desflorestação permitindo a geração futura usufruir destes recursos.

**R53:** Aqui não temos mato, mas se tivéssemos eu iria respeitar a orientação do régulo da tabanca, delimitava zonas para o cultivo e zonas de reservas, onde ninguém seria proibido praticar a caça ou a desmatação, permitindo a geração vindoura usufruir mais tarde desses recursos.

**R54:** Propunha que criassem alternativas de sobrevivência á comunidade, por exemplo, apoiar com géneros alimentícios, água e alimentos, escolas, hospitais. Pois, iria permitir menos utilização dos recursos que se encontram no parque.

**R55:** Propunha a cedencia de uma parcela florestal, á comunidade que vive nas zonas do parque, permitindo assim, que sintam mais integrados.

**R56:** Fornecia redes apropriadas para a pesca a todos os pescadores. E isso evitaria o uso da rede pesqueira “Tchas”

**R57:** Dividir a área de acção entre pesca a canoa e pesca a motor, e a pesca a remo. Porque os que pescam a canoa de motor tem danificado invariavelmente á rede aos que pescam a canoa de remo. Esta dividisão poderá minimizar os conflitos conflitos.

**R58:** Propunha concessão de créditos a comunidade, para a realização de outras actividades como alternativa á sobrevivência. Por exemplo: compra de Canoas de motor, apoio no desenvolvimento do comércio. O comité e o chefe da tabanca serviriam como testemunhas de garantia ao empréstimo, desta forma a comunidade melhorarava a sua condição de vida.

**R59:** Não faço a mínima ideia.

**R60:** Proibia o abate das arvores nas florestas e criação de novas tabancas nas zonas de conservação ou nos corredores, promovia o trabalho nas bolanhas ao invés dedesmatação em prol do cultivo de pampam.

**R61:** Antes de mais é de salientar as regras tradicionais que acabamos de referir atrás.
Seleção rigorosa e formação de guardas comunitárias, quedevem ser motivados continuamente.
**R62:** O meu conhecimento sobre a atividade do IBAP não é muito, mas julgo que o seu desempenho tem sido brilhante. Por isso deve continuar a sua caminhada.
**R63:** Ser mais seletivos no recrutamento de guardas florestais.
**R64:** Proibição de caça, assim Como a desflorestação abusive na área reservada.
**R65:** Não estou em condições de lhe apontar uma regra, o que sei, qualquer que ela que vier ser adotada, será tão complicada quanto as regras atualmente vigentes.
**R66:** Se fosse eu a decidir, o combate aos fogos e campanha contra os gafanhotos seriam as primeiras medidas a tomar. Estas duas medidas só estão ao alcance do Estado. Resolvido este problemas, os camponeses teriam um bom rendimento, o que fazia com que eles sejam a mais sensíveis as medidas de conservação a implementar a posteriori.
**R67:** Este é um desafio grande, deve-se sensibilizar as pessoas, principalmente a comunidade balanta a voltar as bolanhas, criar diques de betão, ceder máquinas paraque as pessoaspossam cultivar as bolanhas, ainda se possivel criar alternativas viáveis. Quem conheceu esta zona nos anos 80 do século XX, por exemplo, pode facilmente recordar o número de animais que podia-se observer, atualmente olhando a nossa volta só dá-nos vontade de chorar.
**R68:** No caso das áreas pequenas de floresta é muito difícil implementar qualquer regra de gestão. Nas áreas mais extensas, é relativamente fácil desde que se crie um zonamento claro em termos de uso e investor na sensibilização.
**R69:** Não estou em condições de responder a esta pergunta, lamento.
**R70:** A primeira preocupação seria tentar encontrar um equilíbrio entre a conservação e as nossas atividades. E, gradualmente ir sensibilizando as pessoas no sentido abandonar a prática de hortas.
**R71:** Antes de nos pedirem isso, julgo que precisamos de uma sensibilização que nos permita saber realmente o que está em causa.

**R72:** Infelizmente, hoje é o primeiro dia que estou ouvir falar do parque, daí não ter a mínima ideia sobre quais seriam os melhores instrumentos de gestão dos parques.

**R73:** Reconhecendo a importância da conservação, por isso temos que ter algumas zonas de reserva. Caso não sepratique queimadas principalmente dos recém chegados de Guiné Conacri, que praticam a queima de carvão, podíamos conservar melhor os nossos animais.
**R74:** Na minha opinião, regras seriam: no período das festas permitir as populações ir ao mato matar uns animais para a gente; quanto as florestas, permitir a cada agregado familiar possua uma pequena parcela para poder praticar a agricultura de subsistência.
**R75:** Entre muitas medidas, podia determinar quais seriam as áreas e o tamanho das parcelas reservadas para os fins agrícolas; Os caçadores não poderiam abater mais necessitavam para o seu consume.
**R76:** Antes de responder gostaria consultar os mais velhos.
**R77:** Primeiro, dar a cada cidadão uma parcela adequada a sua necessidade, quer em termos de cultura de arroz, quer de horta, como de habitação. Continuar com as nossas práticas de sempre, ou seja, não permitir que os animais estraguem as nossas culturas, caçar apenas o que é necessário para o auto consumo.
**R78:** As regras a aplicar nunca poderiam ser minhas ou de qualquer outra pessoa, mas sim uma ideia resultante da concertação entre todos os interessados.
**R79:** Se fosse eu a decidir as regras a implementar era manter a proibição das redes monofilamentos, porque apesar de aparente ganho inicial no seu uso, ele não é de facto sustentável a médio e longo prazo. Mas para isso, precisamos de ter redes alternativas e acessíveis, sem ter de fazer grande deslocação para os adquirir.
**R80:** Sendo a pessoa que assumiu o poder tradicional na ilha, não vamos permitir ao corte das nossas escassas matas, nem caçar descontroladamente, nem pescar com redes não autorizadas. No entanto, vamos continuar a ter problemas com os estrangeiros que cá veem fazer o que querem, porque raramente aparece cá os fiscalizadores nem do IBAP nem das nossas autoridades.
**R81:** É impossível fazê-lo. Na minha casa posso implementar as regras que entender. O mesmo se pode fazer no mato e nas bolanhas. No mar é impossível, porque ele como dizem os estrangeiros é de toda gente. Só cabe ao estado e as entidades encarregues para o fazer, como o IBAP podem fazer isso. Mas definir regras é o mínimo, o mais importante, na minha opinião vai ser fiscalizar que estas regras sejam cumpridas.
**R82:** Oinquirido era idoso, não foi capazde responder a questão.
**R83:** Supostamente os parques foram criados para a comunidade. A primeira coisa a fazer é envolver os jovens de cada zona nos assuntos do parque, apropriando deste modo o espirito e as regras que regem um parque. Atualmente, a estrutura de gestão do parque, desde o diretor, gestores, motoristas e guardas são gente de fora, isso não ajuda muito. Toda esta gente, com todo o respeito possam merecer, não conhecem e nem gostam mais deste espaço mais do que nós. Se o parque foi criado aqui, é porque nós preservamos o espaço e deixa-lo em condições que permitiu a sua criação.

**11. A sua tabanca ou você mesmo tem beneficiado da existência do parque? Se beneficiaram, do que beneficiou?**

**R1:** Sim beneficiamos. Antes da morte do Pipito, apoiaram-nos com máquinas de costuras, Bicicletas e telemóveis.

**R2:** Sim, o Pipito mandou oferecer-nos duas máquinas de costura das quais só aproveitamos uma, pois a outra estava com problemas (avariada). Eu pessoalmente nunca beneficiei de algo.

**R3:** Sim, beneficiamos uma vez de uma máquina de costura oferecida por AD (Ação para o Desenvolvimente), beneficiamos igualmente de apoio em sementes e materiais para produção de hortaliças.

**R4:** Nunca, nem eu e nem a minha tabanca beneficiou de algo desde a existência do Parque. Houve uma vez que trouxeram uma motorizada, inclusivé chegamos a pensar que fosse para tabanca, mas levaram-na de volta.

**R5:** Sim, eu pessoalmente enquanto Guarda-comunitária já beneficiei de uma bicicleta e de um telemóvel. Mas a tabanca, nunca teve nenhum benefício. Em tempos falou-se em construção de um marcado que servisse a para as tabanca escoarem osseus produtos através de troca (produto por produto) em semelança de *lumo*, mas não chegou a concretizar.

**R6:** Nunca, nunca.

**R7:** Nunca tivemos beneficio algum. Nem eu, nem a minha tabanca chegou a beneficiar de algo. Os responsáveis pela gestão do Parque descriminam as populações das tabancas. Existem tabancas que beneficiam e outras que não.

**R8:** Nunca vi, e nem tenho conhecimento que a tabanca alguma vez beneficiou de algo.

**R9:** Não, nunca tive nenhum benefício pessoal, nem a tabanca beneficiou de alguma coisa. Apenas houve uma iniciativa por parte AD que apoiou-nos na construção de um poço para a tabanca.

**R10:** Não, nunca beneficiamos de nada desde a existência do Parque até a presenta data.

**R11:** Nunca, nem eu e nem a tabanca de Madina beneficiou do que quer que seja desde a existência do parque.

**R12:** Não, não tenho conhecimento de que a tabanca tenha beneficiado com algo desde a existência do parque, mas eu pessoalmente nunca beneficiei de nada.

**R13:** A iniciativa de delimiter algumas áreas como reservadas, começou com as ONGs AD, TINEGUENA e ALTERNAG, só mais tarde surgiu o IBAP no cenário. AD apoiava-nos com algumas intervenções locais. Mas com IBAP ainda não beneficiamos de nada.

**R14:** Não, o pessoal do Parque nunca passou por aqui, portanto, nunca tivemos benefício nenhum.

**R15:** Não, nunca tivemos benefício algum desde a existência do Parque.

**R16:** Não, nuunca beneficiamos de alguma coisa desde a existência do Parque:

**R17:** Nada, nunca tivemos beneficio algum.

**R18:** Nada, só fazem promessas, mas nunca beneficiamos de nada.

**R19:** Não, nunca tivemos nenhum benefício com a oficialização do Parque.

**R20:** Beneficiámos uma vez com sementes de arroz para agricultura através de AD.

**R21:** Beneficiaramos de telemóveis através da UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza) para os informamos quando da violação das regras do parque, devido a exploração abusisiva que a nossa floresta (madeira) era alvo pelos chineses.

**R22:** A tabanca nunca teve benefícios através da direção do Parque, apenas AD ajudou-nos a construir uma pequena escola e houve uma tentativa de construção de um Mercado comunitário, mas sem sucesso.

**R23:** Nem eu e nem a tabanca beneficiamos nada.

**R24:** Nem eu e nem a tabanca beneficiamos nada.

**R25:** Nunca beneficiamos nada por parte da direção do Parque.

**R26:** A tabanca ainda não beneficiou em nada desde a existência do Parque.

**R27:** Não, nunca beneficiamos de nada através da direção do Parque.

**R28:** Nunca beneficiamos em nada por parte da direção do Parque, apenas AD ajudou-nos construir um poço na tabanca. A comunidade tem sofrido muito com as confiscações de que somos alvos, relativamente aos produtos que exploramos.

**R29:** A tabanca beneficiou apenas de uma sede dos antigos combatentes, mas não é um benefício proveniente directamente do Parque.

**R30:** Tabanca não beneficiou praticamente em nada através da direção do Parque.

**R31:** O parque não trouxe nenhum benefício palpavel para a tabanca, se existe algum beneficio é a nivel de clima (temos mais chuvas).

**R32:** Nunca beneficiamos de nada por parte da direção do Parque.

**R33:** Não tenho conhecimento de nenhum benefício por parte da direção do Parque.

**R34:** Não, nunca beneficiamos de nada, a nossa tabanca está isolada.

**R35:** Não, nunca beneficiamos de qualquer coisa através da direção do Parque.

**R36:** Não, nunca vi nada que tivessem trazido para a tabanca como beneficio.

**R37:** Não, nunca beneficiamos de nada através da direção do Parque.

**R38:** Não, nunca beneficiamos de nada através da direção do Parque.

**R39:** Recebemos alguns apoios em géneros alimenticios e para recuperação de estradas, mas nenhuma ajuda directa para tabanca.

**R40:** No início do processo a Tiniguena apoiavam-nos financeiramente para trabalharmos nas bolanhas.

**R41:** Não beneficiamos praticamente em nada, vimos os os turistas a entrarem nas matas para os visitar, mas ninguém da tabanca beneficia dessa receita.

**R42:** Nunca beneficiamos em nada.

**R43:** Nunca beneficiamos em nada.

**R44:** Nunca beneficiamos em nada.

**R45:** Nunca beneficiei em nada.

**R46:** Nunca beneficiei em nada peladireção do parque.

**R47:** Nunca beneficiei em nada.

**R48:** Não beneficiei em nada e nem a minha tabanca.

**R49:** Sim, beneficiamos de secretarias e cadeira para equipamos as escolas.

**R50:** Não sei, visto que não sei nada do seu funcionamento.

**R51:** Nunca beneficiei e nem a minha tabanca.

**R52:** Nunca beneficiei e nem a minha tabanca.

**R53:** Nunca beneficiei e nem a nossa tabanca.

**R54:** Nada. Tivemos apenas várias promessas.

**R55:** Nunca beneficiamos em nada.

**R56:** Nada.

**R57:** Nada.

**R58:** Nada.

**R59:** Não, o parque só nos trouxe limitações.

**R60:** Com o Pipito beneficiavamos com algumas máquinas, bicicletas e outras ajudas pontuais.

**R61:** É muito difícil afirmar que não, mas não tenho conhecimento de nenhum beneficio.

**R62:** Não sei dizer.

**R63:** Não me lembro de nada.
**R64:** Sim. Pode-se dizer que neste momento que o impacto é pouco visível, mas no futuro pode ser diferente (positive).
**R65:** Pouco visível, para não dizer ausente.
**R66:** Não posso afirmar categoricamente que não, mas não é do meu conhecimento.
**R67:** Muito pouco ou nada.
**R68:** Infelizmente, não.
**R69:** Não.
**R70:** Não.
**R71:** Não. Absolutamente nada.
**R72:** Não me lembro.

**R73:** Não.
**R74:** Sim, primeiro fomos beneficiados com uma escola e depois com um poço.
**R75:** Na época em que era a AD o responsavel, tinhamos a maior ação nesta a nivel dos beneficios, mas desde que o Pipito faleceu e os ditos peritos de conservação tomaram conta das coisas, nunca mais tivemos nenhum beneficio.
**R76:** Nunca, nada que me lembre.
**R77:** Não.
**R78:** Ainda nada.
**R79:** O primeiro benefício que nos foi dado aqui é o desmantelamento dos acampamentos de pescadores maioritariamente estrangeiros (Guiné-Conacry). Com isso, o acesso ao nosso mar tornou-se rentável para a nossa população, principalmente para as mulheres.
**R80:** Nada, nem tabaco sequer.
**R81:** Nunca.
**R82:** Já fomos beneficiados com bombas (moto bombas).
**R83:** Este ano fomos beneficiados com sementes de feijão e de arroz.
Este foi a segunda vez que isso acontece desde a criação do parque.

**12. Se a sua tabanca e você mesmo nunca beneficiaram da existência do parque, o que gostariam de ter como beneficio?**

**R1:** Eles tinham-nos prometido um trator para o trabalho das bolanhas antes do falecimento do Pipito. Gostaríamos que nos ajudassem nessa máquina e nos apoiassem nos trabalhos das nossas bolanhas. Temos falta de água potável, gostaríamos de beneficiar de um poço.

**R2:** Gostaria que nos apoiassem no domínio da agricultura, sobretudo de bolanhas. Que nos fornecessem máquinas e agrícolas. Isso seria uma alternativa à pressão florestal.

**R3:** Gostaríamos de beneficiar de máquinas de lavoura de bolanhas, sementes agrícolas e outros materiais de trabalhos de campo.

**R4:** Gostaríamos de ter como beneficios: poço de água potável, hospital e escola. Criar-nos condições para podermos trabalhar as nossas bolanhas, com isso, gostaria que tivéssemos máquinas de lavoura parapodermos aumentar a nossa produtividade.

**R5:** Nós gostaríamos de ter como benefícios: a construção de um mercado comunitários com respetivos ramagens para guardar os produtos, máquina de descasque que possa minimizar os esforços físicos das mulheres nas operações de descasque de arroz, um centro de saúde equipado e escolas em condições.

**R6:** Eu gostaria de pedir ao IBAP que criasse um fundo para aquisição de materiais (maquinas agrícolas) e outros meios necessários para podermos trabalhar em bafons e bolanhas, integração da população local, autoridade local e representante da sociedade civil local nos órgãos de decisão e de gestão do Parque. Gostaríamos também que criassem projetos de microcréditos para que as nossas mulheres possam desenvolver as atividades empreendedoras tais como a produção de hortaliças entre outros, que Estado nos disponibilizasse mais professores para as escolas públicas pois não temos condições para suportar os encargos das escolas privadas que tem um custa mensal 500fcfa por aluno.

**R7:** Gostaríamos que nos apoiassem em tudo que nos faz falta por estamos proibidos de usar os recursos da floresta e da fauna (em cibes e madeiras) para os que querem construir suas casas. Porque a minha população tem sido vítima da ação repreensiva de guardas e pessoal do Parque. Já tive pessoas que perderam suas armas sem que tenham sido flagradas em caça. Que nos apoiem, já que estamos proibidos de usar o que temos na floresta.

**R8:** Gostaria que nos apoiassem em géneros alimentícios (arroz principalmente), pois isso nos faz falta. Gostaríamos também de receber apoios em créditos para podermos desenvolver atividades de comércio e que nos apoiassem na construção de estradas.

**R9:** Gostaríamos de usufruir da nossa riqueza, que permitissem a população beneficiar dessa mata reservada. Que nos apoiassem em arroz já que não podemos trabalhar como gostaríamos, temos também falta de centro de saúde e escolas em condições.

**R10:** Gostaria que nos apoiassem na construção da nossa tabanca melhorando as nossas casas, que nos criassem condições para trabalharmos em bolanhas e bafons. Temos falta de Professores e as estradas estão em pessimos estados.

**R11:** O primeiro benefício que gostaria de solicitor são as estradas (que se encontram em péssimos estado e pioram na época da chuva), gostaríamos também de ter como benefício um Fontenário, painel solar como fonte da energia, mais professores, máquinas para agricultura, reabilitação das nossas bolanhas e que nos apoiem em projetos geradores de renda. Se não fizerem isso a“cabra não tem dentes, mas em momentos de aflição ela morde”, porque não podermos morrer de fome.

**R12:** O benefício que gostaríamos de ter, é a construção da estradas prioritariamente, pois encontram-se em péssimas condições.

**R13:** Gostaríamos de ter apoio para melhorar as condições das nossas estradas, na área de saúde, educação e água potável.

**R14:** Gostaríamos de ter materiais para trabalho de bolanhas (trator máquina) para descascar o arroz para a comunidade.

**R15:** Todos os apoios seriam bem-vindos, para podermos participar com motivação nesse processo, porque se apoiarem bem a tabanca, nós próprios podemos controlar um ao outro para não sentirmos envergonhafos perante compromisso tomado em consequência desse apoio. Por outro lado, gostariamos que nos apoiassem a cuidar das nossas bolanhas (tubos e bombas) para facilitar a gestão da água. Gostaria ainda e solicitar construção de escolas, centros de saúdes e de uma bomba de água potável.

**R16:** Gostaríamos de ter como benefícios algum apoio financeiro como alternativa à reserva para alimentação e sustento da nossa família e que nos criassem condições para podermos trabalhar em bolanhas ou bafons.

**R17:** Gostaria que nos apoiassem em bombas de drenagem para bolanhas, máquinas de descascar arroz, centro de saúde e escola.

**R18:** Eu gostaria que nos apoiassem com máquinas de extração de óleo de palma, canoa á motor e redes de pesca.

**R19:** Gostaríamos de beneficiar de centros de saúde, de mais escolas e professores, centro de recreação para crianças, televisão e máquinas para trabalhos em bolanhas.

**R20:** Gostaríamos de beneficiar da construção de estradas porque na época da chuva é muito complicado conseguir transportes (caros) por aqui, gostaríamos de ver as nossas bolanhas recuperadas, gostariamos também que nos permitissem aproveitar as árvores secas para a construção de portas janelas e outros bens. Não nos deixam aproveitar tudo isso, mas os termites (bagabagas) acabam por danificar tudo isso.

**R21:** Gostariamos de beneficiar de uma máquina que nos facilitasse o trabalho nas bolanhas, furo de água (potavel), pois existe uma grande dificuldade em obtermos águas sobretudo entre os meses de Março e Abril. Gostariamos que nos ajudassem também com máquinas agriculas, regador, cimenteira de laranja para produzirmos viveiro.

**R22:** Gostariamos que nos ajudassem na construção de escola, mercados comunitários, poço de água e bicicletas para jovens que fiscalizam os matos. Porque na verdade se não fosse o Parque o mato estaria todo estragado.

**R23:** Gostaria que construissem para a nossa comunidade escolas, centros de saúde e poços de água.

**R24:** Gostaria de beneficiar de máquinas agricolas para trabalhrmos as nossas bolanhas e apoios em géneros alimenticios na época de trabalho na bolanha.

**R25:** Apoio financeiro e com maquinas agrícolas para trabalharmos nos bafons.

**R26:** Apoiar-nos com máquinas agricolas para desenvolvermos a agricultura de bolanha de água doce, apoio para abertura de poço de água, escola e unidade saúde de base (USB).

**R27:** Apoio em material de trabalho para podermos sustentar as nossas famílias, escolas e centros de formações.

**R28:** Gostariamos de beneficiar de escolas, centro de saúde, água potavel, generos alimenticios aquando do trabalho em bafons, motocultivadores e meios de transportes para evacuação dos doentes.

**R29:** Poço de água, reparação de bolanhas de água doce e salgada, máquinas agriculas para trabalharmos os *bafons*, reparação e equipamentos da sede dos antigos combatentes.

**R30:** Ajuda na abertura de poço de água, televisão para que as crianças acompanhem notícias e para se divertirem, permitir que a população beneficie das árvores velhas e caídos no chão.

**R31:** Criação de escolas de formações para jovens, apoiar a população em meios alternativos de sustentarem as suas famílias e também através de receitas e fundos de turistas, na construção de estradas para facilitar escoamento de produtos, apoio na área de saúde, equipamentos e medicamentos, recursos humanos suficiente, acesso a água e energia eléctrica.

**R32:** Apoio na recuperação de bolanhas, apoio na sensibilização dos jovens na conservação da natureza e permitir para que jovens possam residir nas suas comunidades. Apoio no projecto de agricultura, horticultura.

**R33:** Apoio com maquinas agricolas para bafons e apoiocom produtos alimenticios para que possamos trabalhar as bolanhas e libertar os matos.

**R34:** Apoio em aberturas de poços de água, máquina de extracção de óleo palma e na partilha dos benefícios provinientes do parque com a comunidade.

**R35:** Recuperação de bolanhas, apoio na abertura de posso de água.

**R36:** Poço de água, apoio aos jovens e crianças em géneros alimentícios, máquina de prensa de óleo palma e na construção de Estrada que faz ligação para Cabante.

**R37:** Apoio na aquisição de prensa de óleo palma, em material de pesca e na construção de estradas.

**R38:** Reabilitação das bolanhas de água salgada, bafons, construção de centro de saúde, escolas abertura de poços de água.

**R39:** Apoio na abertura de poços de água e na construção de mesquita.

**R40:** Apoio na construção e recuperação de Ourique para que possam aumentar a produção do arroz, aberturas de poços de água, construções de estradas e hospitais.

**R41:** aberturas de poços de água, máquina de descasque, as crianças devem beneficiar de equipamentos desportivos e permitir com que a população faça uso de certas zonas para a pratica de agricultura de planalto.

**R42:** Máquina de descasque do arroz, poço de água e sementes para horticultura.

**R43:** Melhorar a estrada, melhorar as escolas e o Centro de Saúde.

**R44:** Apoio em dinheiro para recuperação de bolanhas e apoio em motocultivador e tratores para agricultura de bafons e construção de estradas.

**R45:** Gostaríamos de ter Hospitais, Estradas melhoradas e escolas para as nossas crianças.

**R46:** Criação de empregos para os jovens, hospitais, reabilitação das estradas, construção de escolas e de furos da água.

**R47:** Pessoalmente pretendia que o IBAP me construisse uma casa. Para a comunidade, gostaria que promovesem a criação do empregos para os jovens, hospitais, reabilitação das estradas, escolas, máquina agricolas, máquinas de descasque (arroz), bolas para jovens e construção de furos da água.

**R48:** Apoio financeiro para a recuperação das bolanhas, dinheiro para aquisição de materiais e de mão-de-obra para a reabilitação de diques.

**R49:** Reabilitação das bolanhas, apoio na cavação dos poços, permissão para a exploração de arvores mortos para construção dos mobiliários.

**R50:** Apoio no combate às pragas que destroem as nossas plantações, apoiar-nos com sementes, reabilitação das bolanhas, materiais de trabalho (enxada, pá, ferro de lavoura), bombas, visto que por falta de meios a produção (arroz) está a diminuir.

**R51:** Gostaríamos de beneficiar de: escolas (jardim de infância) há muitas crianças na idade escolar, alfabetização dos adultos, canalização da água, por que a partir de Março até Junho enfrentamos graves problemas de escassez de água, reabilitação da unidade de saúde de base e, consequentemente afecta-lo com técnicos, reabilitação de estradas por forma a facilitar acesso as tabancas e permitindo o escoamento dos produtos.

**R52:** Gostaríamos de beneficiar de: escolas (jardim de infância) há muitas crianças na idade escolar, alfabetização dos adultos, canalização da água, por que a partir de Março até Junho enfrentamos graves problemas de escassez de água, reabilitação da unidade de saúde de base e, consequentemente afecta-lo com técnicos, reabilitação de estradas por forma a facilitar acesso as tabancas e permitindo o escoamento dos produtos.

**R53:** Gostaríamos de beneficiar de: escolas (jardim de infância) há muitas crianças na idade escolar, alfabetização dos adultos, canalização da água, por que a partir de Março até Junho enfrentamos graves problemas de escassez de água, reabilitação da unidade de saúde de base

e, consequentemente afecta-lo com técnicos, reabilitação de estradas por forma a facilitar acesso as tabancas e permitindo o escoamento dos produtos.

**R54:** Centro de saúde, canoas à motor, para permitir rápido transporte de doente ao hospital de Catio, reabilitação das bolanhas.

**R55:** Centro de saúde, escola, concessão de uma parcela florestal á comunidade.

**R56:** Electricidade, reabilitação das bolanhas e ter uma boa escola.

**R57:** ajudar com matérias de pesca, apoiar as mulheres nas actividades de horticulturas e transformação de produtos, criação de centro de saúde e escolas.

**R58:** Concessão de microcréditos para realização de actividades de comércio e pesca, melhoria de condiçãoes das estradas, escolas e centros de saúde.

**R59:** Máquinas agrícolas para facilitar o rabalho nas bolanhas anteriormente referidas, o que ajudaria e muito na redução de desmatação da floresta para pampam.
**R60:** Gostaríamos que nos ajudassem numa forma mais facil de conseguir água, pois é uma das nossas maiores preocupações, principalmente nos meses de Abril, Maio e Junho.

A eletricidade a semelhança do que acontece com outras localidades, euma melhoria da cobertura da rede móvel das nossas operadoras de telefone móvel.

**R61:** Como prioridade, eu apontaria a sensibilização. Porque, na minha opinião, muitas ações praticadas no parque resultam do desconhecimento. Aqui, pode-se afirmar que a maioria das pessoas nunca ouviu falar do IBAP, os que já ouviram falar, muitos não sabem qual é a sua missão.
**R62:** O Estado através do IBAP deve procurar criar alternativas para as populações, permitindo deste modo uma conservação das protegidas com maior eficácia e sustentabilidade.

**R63:** Gostaríamos de ter apoio em microcrédito e pequenos projetos que nos ajude em valorizar os nossos produtos, como venda de peixe, óleo de palma.
**R64:** Se o parque é uma área reservada, o que limita e muito as nossas opções, gostaria muito que nos ajudassem a encontrar alternativas válidas para podermos sobreviver.
**R65:** Tudo o que nós queremos é que possa existir um mecanismo de conservação equilibrada com o nosso modo de vida, pois dependemos essencialmente da terra (agricultura) para sobrevivermos.
**R66:** Apoio na resolução dos estragos causados pelos animais domesticos (porcos) nas nossas culturas.
**R67:** Melhorar o sistema de saúde, o nosso centro de saúde é muito pequeno com apenas dois enfermeiros e não há como evacuar os doentes. A situção da água é outro problema muito grave na secção de Caboxanque, que como se sabe, conta com muita população. Basta dizer que a tabanca é a maior aglomeração humana do setor de Cubucare, precisamos de incentivos, desportos para os jovens, por exemplo. Projeção de filmes a demostrar as boas práticas de produção, de conservação e de consequências das agressões ambientais, uma

escola até níveis mais avançadas, dado o peso dos jovens na estrutura populacional da tabanca. Formação para os jovens no domínio de criação de animais de ciclos curtos e de horticultura. Estes pontos poderiam contribuir para reduzir a desmatação e a migração dos jovens para as áreas urbanas ao mesmo tempo.

**R68:** Como foi ditto anteriormente, são as dificuldades que nos empurra para as matas. Se pudessem ajudar-nos numa forma de cuidar das nossas bolanhas, seria uma alternativa para sairmos das matas, entre outros incentivos possíveis.

**R69:** Tudo o que nós precisamos é ter ajuda para poder retirar a água salgada nas nossas bolanhas, uma escola e um Centro de Saúde.

**R70:** O que mais gostaríamos de cá ter são máquinas para nos ajudar a cultivas as nossas bolanhas e projetos que pudessem dar emprego aos nossos jovens.

**R71:** Uma escola, um centro de saúde com mínimo de enfermeiros, poços e bombas para tirarmos a água das bolanhas são as nossas principais necessidades.

**R72:** Estradas, materiais de trabalho que podessem facilitar as nossas vidas. Máquinas agrícolas como ajudar a contruir diques fortificados e definitivos que impedisse a entrada das águas nas bolanhas.

**R73:** Gostaríamos de ter uma compensação através do rendimento deixados pelos turistas, e melhor acesso (estradas).

**R74:** Futuramente gostaríamos de ter sementes mais apropriadas para as nossas bolanhas, máquinas de descasque do arroz e motobombas para retirar a água salgada das bolanhas.

**R75:** Voltar ao modelo iniciado pela AD, incentivando a cultura nas bolanhas;
Ajudando-nos com sementes de bata doce, mandioca e alguns géneros alimenticios.

**R76:** Tendo a área muitas bolhas, praticamente junto da tabanca, tudo o que precisamos são incentivos e maquinaria para trabalhar nas bolanhas, o que permitiria o abandono gradual do cultivo de pampam.

**R77:** O maior benefício que podíamos conseguir seria uma alternativa de modo a poder cumprir com as regras do parque. Porque o que nós sentimos é apenas proibições para os homens, ou seja, nada para o homem, e tudo para os animais.

**R78:** Dizem-nos que a conservação é benéfica para a própria população, mas confesso que, a ideia que temos é que, para nós só há proibições e nada de benefícios. Pode ser que estejamos enganados, mas por isso mesmo pedimos mais sensibilização, para dissipar estas lacunas.

**R79:** Como foi referido anteriormente, a nossa maior carência são os meios de transportes, minimizar este isolamento é realmente a nossa maior preocupação. O nosso Centro de Saúde, é como vocês podem constatar, não dá para satisfazer a demanda. E maior parte das vezes, não tem nenhum enfermeiro, como está acontecer neste momento e precisamos de motobombas para retirar a água salgada das bolanhas.

**R80:** O que mais gostaríamos de ter é meio de transporte para sair deste isolamento;
O nosso Centro de Saúde de Base não tem absolutamente nada, escola já temos, felizmente, mas ainda está sem professores. Com todos estes problemas, imagine ter uma mulher a entrar

em trabalho de parto, entramos todos em desespero, porque ela corre sérios riscos de perder não só o bebé, como a própria vida.
**R81:** Gostaríamos de ter meios de transporte para nos tirar deste isolamento permanente, pequenos projetos de pesca para poder dar empregaos os jovens da ilha. Envolver os nossos jovens nas estruturas do IBAP.
**R82:** Queremos que nos ajudem a reabilitar as nossas estradas, meios de transporte para ajudar a evacuar os doentes e as gravidas. Já assistimos muitos partos em canoas, com todo o risco que isso representa quer para a mãe, como para o filho.
**R83:** A lista das necessidades seria interminável, mas eu ficaria por dois: as estradas e meios alternativos para poupar o parque.

**13. Qual é a sua mensagem importante que gostaria de dirigir a direção PNC/IBAP sobre a conservação das florestas e dos animais nesta zona?**

**R1:** A mensagem que gostaria de dirigir a direção do PNC/IBAP, é que continuem o seu trabalho, que nos apoiem para podermos-lhes apoiar também, pois "o saco vazio fica em pé".

**R2:** Eu estou contente com a vossa vinda aqui em Colibuia, a minhas mensagem é de agradecimento a toda equipa quefazem parte da direção do PNC e do IBAP.

**R3:** A mensagem que queremos lançar a direção do PNC/IBAP é que tenham em consideração os nossos pedidos de apoio em relação aos materiais de trabalho.

**R4:** Minha mensagem é que tenham em consideração os nossos pedidos de apoio em relação aos materiais de trabalho, pois as dificuldades são enormes, na última época choveu pouco, portanto, estamos com a falta de alimentos. Que nos apoiem em tudo, máquinas, materiais de trabalho, sementes e que incentivem os projetos de microcrédito.

**R5:** Nós sempre enviamos mensagens mas não recebemos feedbacks. Nós continuamos a pedir apoios para podermos ajudar no controlo e gestão de recursos florestais e da fauna.

**R6:** A mensagem que gostaríamos de dirigir a direção do PNC/IBAP é que colaborassem com as representações da sociedade civil, autoridades locais e a população em geral. Gostaríamos também que nos apoiassem na criação de uma loja de produtos agrícolas, e que nos dessem formação em matéria de conservação e transformação de nossos produtos. Gostaríamos de ter matadouro onde a gente possa comprar carne ou um aviário como forma de podermos melhorar a dieta alimentar das nossas populações.

**R7:** Gostariamos de pedir mais apoio em pequenos projetos para as mulheres e máquinas agrícolas, que nos melhorem as estradas, gostaríamos de ter um centro se saúde em condições, escolas e um fontenário (água potavel).

**R8:** Não tenho mais nada a acrescentar, só quero agradecer-vos e desejar-vos um bom regresso.

**R9:** A mensagem que gostaríamos de lançar é de colaboração entre a comunidade e a direção do Parque/IBAP. Eles devem evitar o uso da força e abusar da população para fazer cumprir com as regras do Parque, pois a guerra não resolve o problema, só com o diálogo podemos nos entender.

**R10:** A minha mensagem é de apoio, se eles quiserem a nossa colaboração no processo de preservação, então, devem nos apoiar para podermos participar de forma mais ativa, devemo-nos ajudar mutuamente. Pois se não tivermos de comer, buscaremos a todo custo o de comer, não nos deixaremos morrer de fome.

**R11:** A minha mensagem é mesma, só pedir que nos apoiem, nós os Guarda-comunitários e a população em geral para podermos viver como a população das outras tabancas, se nos apoiarem, nós também os apoiaremos na gestão e preservação da floresta e fauna, pois sabemos o seu valor. Se hoje temos o privilégio de conhecer esses recursos, é porque os nossos pais o permitiram, preservando-os. Por conseguinte, a nossa missão deve ser a mesma.

**R12:** A mensagem é de encorajamento a direção do Parque, e pedir que apoiem as populações a suprirarem as suas necessidades. Nós temos ouvido que a direção do Parque não está interessado em contruir boas estradas, não sei se será verdade ou não. Mas se não, que apoiem na melhoria das nossas estradas.

**R13:** A minha mensagem é de pedir que o IBAP através da direção do Parque faça tudo no sentido de beneficiar a população residente na área reservada da riqueza resultante deste projeto. Que o IBAP, apoie as populações na construção de centros de saúde e na aquisição de ambulâncias para evacuação de doentes em caso de necessidades, que apoie na construção de escolas e melhoria de estradas, que aumente programas de sensibilização sobre as vantagens de áreas reservadas e da biodiversidade.

**R14:** Eu quero pedir que nos apoiem na na construção de estradas, hospitais, materiais para agricultura, e que apoiem também as nossas mulheres.

**R15:** A minha mensagem é de agradecimento, e pedir que castiguem as pessoas que cortam matas e que o abandonem depois sem plantar algo.

**R16:** A minha mensagem, é que nos deixem trabalhar nas nossas bolanhas, eles (direção do parque) beneficiam das nossas matas, e nós ficamos impedidos de beneficiar ou de usufruir do que é nosso. Se o IBAP quer que tiremos as mãos nas matas, então, terá que criar condições para a nossa sobrevivência. Eles nos impedem de fazer tudo, nessa área nós vivemos em ilhas, os nossos meios de transportes e de evacuação de produtos (arroz) são canoas, mas não nos deixam cortar mesmo que sejam árvores pequenas para construirmos canoas que facilite a nossa comunicação de uma tabanca para outra, como conseguiremos sobreviver?

**R17:** Eu queria agradecer-vos e dizer que estou muito contente com IBAP, só quero que atendam os nossos pedidos.

**R18:** A mensagem que eu tenho, é de pedir mais apoio para resolvermos as nossas necessidades de sobrevivência, assim, poderemos tirar as mãos nas matas.

**R19:** Queria pedir ajuda nas vedações para currais, melhoria nas estradas, bote ou canoa a motor no sentido de facilitar a nossa mobilidade.

**R20:** A nossa mensagem é de pedir que controlem o Parque contra a invasão estrangeira, porque são os estrangeiros que beneficiam mais da nossa riqueza. Que nos apoiem em pequenos projetos para o desenvolvimento.

**R21:** Legalização de mato a favor da comunidade, pois nós conservamo-la há muitos anos. Apoio em meio de transporte como bicicleta ou motorizada para deslocar regularmente ao mato, fornecer uniforme para as pessoas que fiscalizam. O referido mato reservado tem mais de 15 km de comprimento.

**R22:** Fornecer-nos matérias (bicicletas e motorizadas) para facilitar a mobilidade dos jovens que tomaram engajamento na conservação das matas sobretudo na fiscalização das atividades dos estrangeiros que entram sem permissão nas nossas tabancas e reforçar a fiscalização no mato.

**R23:** A direção do Parque deve cumprir as promessas que faz a comunidade (tabancas).

**R24:** O aumento de animais está prejudicar as culturas no mato principalmente porcos-do-mato e farfanas, estão a destruir as culturas. Os chimpanzés também estão causar os mesmos estragos.

**R25:** Apoiopara podermos sobreviver e continuar a conservar as florestas, porque a população depende do mato para satisfazer as suas necessidades básicas.

**R26:** Apoiar a tabanca na capacitação sobre a conservação através de sensibilização e envolver diretamente os membros da comunidade nas atividades do Parque.

**R27:** Apoiar a população no conhecimento sobre conservação das florestas para poderem ter uma participação ativa e contribuir para o desenvolvimento da comunidade.

**R28:** Colaboração com a população da tabanca, através do chefe da tabanca e o comité. Parar de abusar na comunidade com armas de fogo, porque a comunidade é um parceiro do Parque. Evitar o conflito e dialogar com comunidade para o bem da conservação do Parque.

**R29:** Reforçar a conservação de florestas e animais, mas também apoiar a população a trabalhar nos bafons e na aquisição de máquinas agrícolas.

**R30:** Autorizar a população a cultivar pampam nos matos onde costumavam fazer pampam. Auxilio na recuperação das bolanhas e construção de estradas.

**R31:** Reforçar a conservação de florestas e fauna porque é através desses recursos que a população está beneficiar da chuva e bom clima. Apoio no emprego para os jovens e nas recuperações de bolanhas e bafons e apoiar os agricultores na combate aos insectos.

**R32:** Reforçar os apoio ao desenvolvimento como faziam antigamente AD, ALTERNAG e a TININGUENA.

**R33:** Queremos colaborar com a direção do parque/IBAP para continuar a conservação e manter os recursos de forma que os velhos nos deixaram, para isso é preciso união entre a comunidade e a direção do parque para uma boa conservação.

**R34:** Reforço no dominio da conservação dos animais, sensibilizar as pessoas sobre a caça abusive de animais em extinção (proibir a caça durante 5 anos), assim aumentara o númro e especies de animais, já imaginou uma população de 5 búfalos com uma cria neste mato?

**R35:** Recuperar as bolanhas para que possamos libertar a mata e deixar os animais mais a vontade no mato.

**R36:** Conservar animais no mato e as florestas, porque não podemos ficar sem animais.

**R37:** Apoiar a comunidade local com atividades de pesca e contribuir na conservação de animais e florestas.

**R38:** Não respondeu.

**R39:** Apoiar os colaboradores locais com material e equipamentos de fiscalização, como armas para fiscalizar, porque os infratrores andam armados.

**R40:** Reforçar a colaboração com a comunidade, valorizar antigos guardas, não excluir os guardas da comunidade local, sensibilizar a população quando houver alguma mudança, há pessoas que trabalham há mais de 10 anos, sem benefícios, hoje em dia outras pessoas é que estão a ganhar.

**R41:** A população que protege o mato, devem ter o conhecimento sobre a entrada e saídas de pessoas ou mesmo a vinda dos turistas no mato, o dinheiro ganho através do turismo não deve ficar apenas em Iemberem, cada tabanca deve beneficiar das receitas turisticas do seu mato.

**R42:** Permitir cultivor e uso de parte de mato para hortas, apoiar-nos com géneros alimentícias.

**R43: Pedimos ajuda no sentido de combatermos** o ataque dos pássaros nas nossas plantações (arroz) na bolanha e deixam prejuízo a população, por isso precisamos de apoio para recompensar a população.

**R44:** Apoiar a população para desenvolver suas actividades, que nos permitam explorar certas zonas do mato, porque as bolanhas estragaram, reservar o mato é muito importante, mas se a

população não tem alternativa de sobrevivência pode criar problema com a conservação dos matos porque as bolanhas não são boas.

**R45:** Começo por agradecer o IBAP pelo esforço, em criar os projectos do desenvolvimento comunitário para aliviar as nossas dificuldades.

**R46:** Qualquer ajuda é bem-vindo, pois a comunidade necessita e muito.

**R47:** Qualquer ajuda é bem-vindo, pois a comunidade necessita e muito.

**R48:** Nada acrescentsr. Pedimos apenas que continuem a ajudar-nos.

**R49:** É vergonhoso que até então há certas pessoas com familiar militar a abusar constantemente nas florestas, mesmo apresentando as queixas não dão em nada, seria importante que o IBAP comece tomar engajamento para fazer face a esta situação.

**R50:** Precisamos muito da vossa ajuda, aqui trabalhamos muito, mas as dificuldades são enormes.

**R51:** O que gostaria de informar ao IBAP/PNC é de envolver jovens nas suas ações de gestão. Proporcionar formações aos jovens, mulheres sobre a problemática da conservação.

**R52:** O que gostaria de informar ao IBAP-PNC é de envolver jovens nas suas acções de gestão. Proporcionar formações aos jovens, mulheres sobre a problemática da conservação

**R53:** O que gostaria de informar ao IBAP-PNC é de envolver jovens nas suas acções de gestão. Proporcionar formações aos jovens, mulheres sobre a problemática da conservação

**R54:** Cumprirem com as promessas, dar mais apoio. Isso irá permitir á comunidade estar mais engajada no apoio á conservação dos recursos.

**R55:** Sensibilização forte á comunidade, conceder benefícios a comunidade (agua, escola e reabilitação das bolanhas) isso irá permitir a comunidade sentir mais motivada e ajudar na conservação dos recursos.

**R56:** Que reabilitassem as bolanhas, porque isso vai nos permitir que tivéssemos menos pressão sobre outros recursos.

R57: Forte sensibilização á comunidade sobre a gestão dos recursos.

**R58:** Garantir alternativas que permitam a sobrevivência da comunidade, evitando assim menos exploração aos recursos naturais da área.

**R59:** Até certo ponto posso afirmar que nós aqui em Colibuia, já tomamos a consciência da necessidade de preservar a biodiversidade em geral e das nossas matas em particular. Mas para que a nossa luta em conjunto com o de IBAP/PNC seja mais efetiva, precisamos de alguma ajuda, nomeadamente em água, que a tabanca tem muito carência e máquinas agricolas. Para as senhoras seria muito importante ajudar na adquisição de máquinas de descasca de arroz e de costura.

**R60:** Como se sabe, nós vivemos praticamente da floresta, mas cada vez cientes da necessidade de conserva-la. Mas para que tal aconteça necessitamos de ter uma alternativa. O Estado através do IBAP devem criar incentivos para que o processo seja viável. As motosserras são maiores perturbadores do parque, por isso deve-se fazer tudo para as banir por completo.

**R61:** Primeiro que o IBAP esteja mais presente junto das populações; sensibilizar mais: e proporcionar maior meios, nomeadamente de transporte aos guardas do parque.

**R62:** Reforçar a sensibilização, encontrar alternativas para a população stisfazer asuanecessidade e aumentar a vigilância no Parque.

**R63:** A resposta foi no sentido de reforçar os pedidos formulados na pergunta 12.
**R64:** Alimentos, porque sem alimentação não haverá sucesso e ainda gostariamos de pedir que melhorassem os acessos entre as tabancas com construções de estradas, que nospermitam também pescar fornecendo-nos redes adequados.
**R65:** Temos onde trabalhar, ajudem-nos encontrar um equilibrio entre a conservação e a nossa convivencia.
**R66:** A nossa mensagem é no sentido de nos ajudar a combater os gafanhotos e procurar uma alternativa viável para não cortar o mato.
**R67:** Em nome da população gostariamos de pedir ajuda ao IBAP na criação de um mercado para escoarmos os nossos produtos. O pessoal do IBAP deve vir cá mais vezes, de modo a conhecer melhor a população e esta a eles e fazer maior sensibilização.
**R68:** As nossas dificuldades já foram expostas em cima, tudo o que possa minimizar estas dificuldades é bem-vindo, desde tubos para as bolanhas, materiais agrícolas, etc.
**R69:** Repetição da resposta 12.
**R70:** Para além do pedido apresentado no ponto anterior, gostariam de ter uma escola, horta (horticultura) para as senhoras e materiais de trabalho.
**R71:** Para além de o que foi referido no ponto anterior, a construção de estradas é outra prioridade.
**R72:** Repete-se os pedidos apresentados na pergunta 12.

**R73:** Se nos exigem para conservar o mato e os animais, dá para perguntar e nós?
Por isso gostaríamos de beneficiar com algo proviniente desta conservação.

**R74:** Realmente, reconhecemos os aspetos muito positivos das ações realizadas pelo IBAP, mas gostaríamos ter apoio nos pontos referidos no ponto 12.
**R75:** Raramente o IBAP quer que nós aqui sejamos colaboradores, como guardas por exemplo; Têm que nos ajudar a encontrar alternativas válidas para a nossa sobrevivência.
Caso contrário, vamos continuar neste ciclo vicioso, ou seja, jogo de gato e do rato com os conservadores do IBAP.

**R76:** A presença da equipa do estudo é relevante para nós que habitamos nas tabanca, como seria muito importante a presença da direção do IBAP, sem se esquecer de uma maior sensibilização.

**R77:** Precisamos da vossa ajuda em todos os sentidos.
**R78:** Ajudem-nos encontrar alternativas para sobreviver. Precisamos desde materiais de pesca, de descasque e colmeias até aos mteriais para horticulturas praticadas pelas nossas mulheres.
**R79:** Tudo o que foi dito no ponto anterior mantem. Os nossos vizinhos (os balantas) são criadores de gado bovino, mas não cuidam deles. Este facto constitui uma fonte de conflito constante, porque os seus animais fazem estragos permanentes nas nossas bolanhas.
**R80:** As dificuldades são muitas; Os estrangeiros, principalmente os da República da Guiné-Conacri estão a esgotar os nossos recursos marinhos. Para além de todos os pedidos apresentados no ponto anterior, a população gostaria de ter algo que pudesse entreter os jovens.
**R81:** Repete-se os pedidos apresentados no ponto 12.
**R82:** Resposta idêntica a da pergunta 12.
**R83:** O mais importante seria melhorar os acessos.

## Anexo VIII Regulamento interno do Parque Nacional de Cantanhez

**Aprovado a 17 de Junho de 2015 pela Assembléia do Conselho de Gestão.**

PREÂMBULO

O Parque Nacional das matas de Cantanhez fica situado no sul da Guiné-Bissau, mais precisamente na Região administrativa de Tombali, abrangendo os sectores de Bedanda, Cacine e Quebo com uma superfície de 105 767 hectares, ou seja, 1 067 67 km2. A mata de Cantanhez representa actualmente o último vestígio de floresta densa sub-húmida que ainda até há poucos anos se prolongava desde o norte da Guiné-Bissau até ao sul, zona onde ela hoje existe constituindo a parte mais setentrional de floresta primária em Africa. Ela alberga uma grande diversidade de fauna e de flora, destacando-se algumas espécies consideradas raras, em perigo de extinção e ainda outras endémicas. Ao nível da flora salienta-se a presença de *Copaifera salikounda*, "pau miséria"*Anisophyllea laurina*, "mamapataz"*Parinari excelsa*), "pau de veludo" *Dialium guineense*, "tagarra" *Alstonia congensis*, "fabora de lala" *Albizzia adianthifolia* e outras. Esta zona é também bastante rica a nível faunístico registando-se a presença de mamíferos de grande porte como o elefante *Loxodonta africana*, búfalo *Syncerus manus*, "boca branco"*Hippotragus equinus koba*, "sim-sim"*Kobus ellipsiprymnus defassa*, etc. Os Chimpanzés *Pan troglodytes veru*,macacos-fidalgo*Colobus polykomospolykomos e"*Fatango" *Procolobus badius temmincki*, e Macaco-Cão *Papio cynocephalus papio* são primatas representativas das Matas de Cantanhez. Muitas espécies de aves utilizam também este nicho ecológico, entre as quais as migradoras e outras que inclusive nidificam na zona. Cantanhez é classificado pela WCMC (Centro Mundial de Seguimento da Conservação) como um dos 9 sítios importantes do ponto de vista da biodiversidade. Ela é igualmente uma das 200 eco-regiões mais importantes do mundo identificadas pela WWF (Fundo Mundial para a Natureza).

As condições de vida e de sobrevivência das comunidades locais depende essencialmente destas matas e dos seus recursos naturais. Estas matas preenchem ainda outros interesses e funções culturais, históricos, socioeconómicos e ecológicos.

A presença destas e de outras espécies animais e vegetais, assim como a diversidade de habitats presentes levou à proposta de criação do Parque de Cantanhez.

A caça de subsistência e comercial assim como a destruição de habitats ligados à agricultura e ao corte de árvores para a produção e comercialização do carvão são as principais ameaças e fontes de pressão identificadas na mata de Cantanhez.

É neste quadro que se torna imperativo desenvolver novas práticas e suportes legais para assegurar uma gestão racional dos recursos naturais e conservar a biodiversidade.

Nestes termos, o Conselho de Gestão do Parque Nacional de Cantanhez, imbuído da vontade de regular todas as práticas antrópicas nefastas, aprova, com fundamento no art. __ do Dec. nº 8/2011 de 22 de Fevereiro, o presente Regulamento Interno nos termos das disposições seguintes:

CAPITULO I

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 1º**
**Objecto**

O presente diploma tem por objecto regulamentar a Lei-Quadro das Áreas Protegidas, no concernente a gestão dos espaços e recursos naturais, nomeadamente os aspectos turísticos, o exercício da pesca, a caça e utilização das florestas, assim como o regime das autorizações, interdições, multas, fiscalização e repartição das receitas.

Artigo 2º
**Natureza e Âmbito**
1-O Parque Nacional de Cantanhez, abreviadamente PNC, adiante designado Parque, é uma zona natural terrestre e marinha destinada à protecção e conservação da diversidade biológica, dos recursos naturais e culturais.
2-O presente diploma aplica-se a todas as pessoas físicas ou jurídicas que pratica a actividade ligada à exploração, conservação e utilização dos recursos dentro do limite do PNC.

Artigo 3º
**Criação do Parque**
O PNC, criado pelo Decreto n. º 8/2011 de 22 de Fevereiro, define-se como uma área protegida nos termos do artigo 3º da Lei-Quadro das Áreas Protegidas.

Artigo 4º
**Objectivos**
São objectivos do Parque:
a) Preservação, conservação e a defesa das manchas de floresta sub-húmida de grande diversidade biológica;
b) Salvaguarda de espécies animais, vegetais raras e em vias de extinção;
c) Promoção do ecoturismo;
d) Promoção do desenvolvimento económico e do bem-estar das comunidades residentes para que não prejudique os valores naturais e culturais da área;
e) Promoção de uso ordenado do território e dos seus recursos naturais de forma a garantir a continuidade dos processos evolutivos.

Artigo 5º
**Limites**
O Parque tem por limites:
a) Ao Sul pela Ria de Cacine e o Oceano Atlântico;
b) Ao norte pelo Rio Balana;
c) Ao Oeste pelo Rio Cumbijã;
d) Ao Leste com a República da Guiné Concri e pela Ria de Cacine.

**Artigo 6º**
**Zonagem do Parque**

O sistema de zoneamento do Parque prevê a existência de três zonas distintas, delimitadas em consonância com a população residente e de acordo com a seguinte classificação:
a) Zonas de Preservação Integral: são zonas de maior biodiversidade onde se encontra as maiores manchas florestais do Parque e que são reservados a conservação restrita, ou seja que são fechadas às actividades de exploração. Nas zonas de preservação integral não é permitida nenhuma obra ou instalação ou ainda qualquer outra actividade, à excepção de visitas públicas, colheitas ou pescas, observações científicas, estudos ou medidas de gestão necessárias aos objectivos de conservação superiormente autorizadas pelo Director do IBAP, ouvido o Director do Parque e obras necessárias para implementação do disposto na presente alínea.
b) Zonas de Transição: são as áreas que servem de cinturão entre as zonas de preservação integral e as de desenvolvimento durável. O desenvolvimento de qualquer actividade que possa considerar-se lesiva do meio ambiente natural, carece de autorização expressa da Direcção do Parque.
c) Zonas de Desenvolvimento Durável: são destinadas às formas de desenvolvimento económico que beneficiem as comunidades residentes do Parque através da exploração durável dos recursos naturais que estas zonas oferecem ou que possam vir a oferecer.

**Artigo 7º**
**Subdivisões**
1-O Plano de Gestão do Parque Nacional de Cantanhez pode estabelecer no interior da zona de preservação integral, sectores de preservação estrita, fixados por uma duração indefinida e sectores de regeneração, estabelecidos por um período fixo.
2-O pessoal afecto e em missão de serviço ou os observadores científicos, devidamente autorizados, e as comunidades residentes são os únicos a ter acesso aos sectores identificados no nº precedente.

**CAPITULO II**
ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIA E DO FUNCIONAMENTO

**Artigo 8º**
**Órgãos**
São órgãos do parque:
a) Conselho de Gestão;
b) Direcção.

**SECÇÃO I**
**Conselho de Gestão**

**Artigo 9º**
**Natureza Juridica e Composição**

1-O Conselho de Gestão é o órgão deliberativo máximo do Parque e é composto por representantes das 16 matas que compõem a floresta de Cantanhez mais os

Representantes da Administração Pública, nomeadamente dois (2) Representantes de cada Administração de Sector integrante, três (3) do IBAP, um (1) da Delegacia Regional da Pesca, um (1) da Tiniguena, um (1) da Acção para o Desenvolvimento, Representante de Pescadores Residentes e um (1) Régulo para cada regulado.
2-A Presidência do Conselho de Gestão é assegurada pelo Director do Parque.

Artigo 10º
**Reunião**
1-O Conselho de Gestão reúne-se em sessão ordinária duas vezes por ano, convocada pelo Director do Parque e em sessão extraordinária, sempre que houver uma questão relevante que a justifique.
2-As sessões extraordinárias são convocadas pelo Director do Parque quer por iniciativa própria, quer a pedido da maioria dos membros do Conselho de Gestão.
3- O Conselho de Gestão delibera validamente com a presença de, pelo menos, 2/3 dos seus membros e as suas deliberações são redigidas em actas assinadas por todos os presentes.

**Artigo 11º**
Competências
O Conselho de Gestão tem por competências, designadamente:
a) Participar na co-gestão da área, apoiar a direcção na definição das regras do funcionamento do Parque e o acompanhamento da operacionalidade das suas actividades;
b) Deliberar sobre a proposta de orçamento, o regulamento de utilização do fundo especial;
c) Aprovar as normas e instruções técnicas, os relatórios de qualidade ambiental e o Plano de Gestão;
d) Seguir e avaliar os Planos operativos anuais.

SECÇÃO II
**Direcção**

**Artigo 12º**
**Natureza Juridica**
1- A Direcção é órgão executivo do Parque, composta por um Director do Parque e Guardas de Natureza.
2- A Direcção é assegurada pelo Director do Parque.

**Artigo 13º**
Competências
A Direcção tem por competências:
a) Assegurar a execução e o cumprimento das Leis e seus Regulamentos de implementação, das directrizes emanadas do Conselho de Gestão, traçadas no Plano de Gestão bem como trabalhar em prol dos objectivos do Parque;
b) Servir de interlocutor entre a população local e as instituições nacionais ou internacionais;
c) Elaborar, implementar, seguir e avaliar os planos operativos anuais e planos específicos para os diferentes elementos componentes de um programa;
d) Divulgar as Leis e os regulamentos de implementação concernentes ao Parque;
e) Promover iniciativas alternativas de eco-desenvolvimento para a melhoria do nível de qualidade de vida das populações nas diferentes tabancas que compõem o PNC;
f) Participar e autuar as infracções de que tenha conhecimento por virtude do exercício das suas funções.
g) Exercer as demais competências conferidas em outras Leis.

Sub-Secção Única
**Guardas da Natureza**
Artigo 14º

**Natureza Juridica**
Os Guardas da natureza são pessoas credenciadas pelo Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas-IBAP que asseguram, nas respectivas áreas de actuação, as funções de vigilância, fiscalização e monitorização relativas ao ambiente e recursos naturais, nomeadamente no âmbito do domínio hídrico, do património natural e cultural da conservação da natureza.
Artigo 15º
**Competência**
Os guardas de natureza têm por competências, designadamente:
a) Proceder ao levantamento, sistematização e actualização das informações sobre as actividades humanas e sobre o estado de conservação e/ou de degradação e ameaça dos ecossistemas, *habitat* e espécies no Parque;
b) Participar e autuar as infracções de que tenha conhecimento por virtude do exercício das suas funções;
c) Servir de elo de ligação entre o Parque e as populações nele residentes visando a criação de mecanismos permanentes de comunicação e concertação;
d) Participar na identificação, elaboração, implementação, seguimento e avaliação de micro-projectos, iniciativas locais de desenvolvimento e de conservação;
e) Apoiar os trabalhos de pesquisa;
f) Pilotar as embarcações a que for posto a sua disposição e zelar pela sua manutenção e conservação;
g) Preencher a ficha e a tabela de bordo para cada saída;
h) Apoiar nas compras para as missões e ajudar no embarque e desembarque;
i) Responsabilizar no terreno pela segurança do acampamento, das embarcações e demais materiais e equipamentos.

**CAPITULO III**
GESTÃO DO ESPAÇO E RECURSOS

Artigo 16º
**Gestão do Espaço e Recursos**
São admitidas no Parque as actividades previstas no artigo 24º da Lei-Quadro das Áreas Protegidas, neste regulamento interno e na plenária do Conselho de Gestão.

**Artigo 17º**
**Sede do Parque**
1-A sede do parque é um posto avançado de apoio as intervenções no âmbito de pesquisa e conservação e de concertação dos diferentes intervenientes na região.
2- Poderão ser criados outros postos de acordo com a conveniência do serviço.

SECÇÃO I
**Turismo**
Artigo 18º
**Estudo de Impacto Ambiental**
Antes da instalação de qualquer empreendimento turístico deve o local ser objecto de um estudo do Impacto Ambiental e Socio-económico de acordo com a Lei de Avaliação Ambiental em vigor no País.

Artigo 19º
**Concessão do Terreno e Construção**
1- A concessão de terreno e construção de qualquer empreendimento e ou acampamento turistico devem ser objectos de consulta com a população local e da autorização das Autoridades Administrativas mediante o parecer vinculativo do Director do IBAP sob a proposta da Direcção de Parque, ouvindo o seu Conselho de Gestão, tendo em conta a Lei Quadro das Àreas Protegidas, a Lei de Terra, Plano de Gestão do PNC e as disposições do presente Regulamento Interno.
2- À Direcção do Parque reservar-se-á o direito de impugnar qualquer concessão e construção nas áreas do limite do Parque em caso de incumprimento do disposto no número 1 do presente artigo.

Artigo 20º
**Entrada do Turista**
1- A entrada do turista no parque deve ser avisada antes da realização da visita, devendo esta ocorrer dentro do periodo normal do expediente ou a título extraordinário.
2- A visita é guiada por uma equipa, sendo obrigatória a presença de guardas da natureza e guia turistica especializada.
3- Os turistas ao entrarem no parque serão facultados o código de conduta em uso no parque.
4- Não é permitida montar tenda de campismo dentro do limite do parque, sem uma autorização prévia da Direcção do Parque.
5-Os turistas devem proceder de acordo com as regras do turismo ecológico.
6- A taxa de entrada de turistas no Parque é de **2.000 FCFA / pessoa.**
**7-**O Guia turistico após guiar de 1 até 5 turistas deverá receber como prestação de serviço **5.000 FCFA** por cada turista diário. A partir de 6 turistas a taxa diária é de **3.000 FCFA** por cada turista.
8- A taxa para observação de espécies é de **8.000 FCFA**.

Artigo 21º
**Mão de Obra**
1- Os operadores turisticos devem empregar 75% da população residente do parque.

2- Os Guias Turísticos devem ser na sua maioria população residente do parque e conhecedores da realidade cultural e natural da zona onde residem.
3-O trabalhadores recrutados pelos operadores turísticos devem ser formados no dominio de eco-turismo.

Artigo 22º
**Nova Tabanca e Ponta**
Na zona de preservação é expressamente proibida a fundação de nova tabanca e nova ponta de cajueiro e outras plantações.
Artigo 23º
**Proibição**
É interdita o desembarque e ou entrada dos turistas nos lugares sagrados, excepto se houver a autorização do régulo e ou do balobero para actividades de investigação e monitorização cientifica.
Artigo 24º
**Multas**
1- Em caso do incumprimento das normas constantes na presente secção, com excepção da infração de instalação de infraestruturas e entrada de turistas sem autorização, se o infrator for não residente incorre na pena de multa que oscila entre **50.000 FCFA à 200.000 FCFA**. Se for residente é susceptivel da pena de multa no valor que oscila entre **25.000 FCFA à 75.000 FCFA**.
2- A multa referida no número anterior é calculada observando a conduta e a culpa do infractor, a gravidade da ilicitude e o grau de dano.
3-Pelo não cumprimento das normas da instalação das infraestruturas turísticas, o infrator é punido com uma pena de multa de **1.500.000 FCFA** e são demolidas as infraestruturas.
4-A entrada no parque para fins turísticos sem conhecimento da Direcção do Parque, o infractor paga uma multa de **5.000 FCFA/pessoa**.

SECÇÃO II
**Pesca**

Sub-Secção I
**Permissão**

Artigo 25º
**Pesca Desportiva**

1-É permitida a pesca desportiva no Rio Cacine e Cumbidjã mediante a autorização da Direcção do Parque e da Pesca.
2-É fixada uma taxa de **8.000 FCFA**/pescador/dia para a pesca desportiva.

Artigo 26º
**Rio Cacine e Cumbidjã**
1-A pesca nos rios de Cacine e Cumbidjã é reservada aos pescadores residentes.
2-A pesca nos rios de Cacine e Cumbidjã obedecem estritamente os Regulamentos da Pesca Artesenal, o regulamento interno do parque e as regras de pesca aprovada durante o processo de discussão e concertação das regras de pesca com os pescadores residentes.
3-**Zona 1: Canal do Rio são permitidos pescar nas seguintes condições:**
a) Rede de primeira com o comprimento máximo de 800m e malha de 60-70mm;
b) Rede de taínha com o comprimento máximo de 800m e malha de 30mm;
c) Rede de bentana com o comprimento máximo de 800m e malha de 36 a 40mm;
d) Armadilha com 500 m de comprimento máximo e **500** anzóis n° 6,7 e 8, com distância entre estralhos mínimo de 1 m;
e) Pirogas com potências de motor não superior a 15 CV.
4-**Zona 2: Braços secundários é permitida nas seguintes condições:**
a) Rede de primeira com o comprimento máximo de 300m e malha de 60-70 mm;
b) Rede de taínha com o comprimento máximo de 300m e malha de 30mm;
c) Rede de bentana com o comprimento máximo de 300m e malha de 35 a 40 mm;
d) Armadilha com 200 m de comprimento máximo e de 200 anzóis n° 5,6 e 8 e com distância entre estralhos mínimo de 1 m;
e) Pesca a linha com anzóis n° 5,6 e 8;
f) Piroga a motor é probido.
5-**Zona 3: Rios Sagrados é permitida a pesca nas seguintes condições:**
**a)** Pesca a linha com anzóis n° 5, 6, e 7;
**b)** Pesca com redes de ramanga;
**c)** Piroga a motor probido;
**d)** Pesca de subsistência;
e) Pesca segundo regras tradicionais.

Artigo 27º
**Periodo de Repouso**
1-O Período de repouso biológico é de 01 de Julho a 31 de Agosto de cada ano.
2-Durante o período biológico é permitida a pesca a linha, *tchumbarda* e rede de ramanga.

Sub-Secção II
**Proibição e Multa**

Artigo 28ºº
**Pesca Comercial**
É interdita a pesca comercial aos pescadores nacionais não residentes dentro dos limites do parque.

Artigo 29º
**Actividades e Arte de Pesca**
1- É proibida praticar as seguintes actividades e uso de arte de pesca:
a) Actividades de pesca com motor superior a 15 CV;
b) *Tadja Rio, Arrasto e Suta yagu*;
c) *M'pande;*
d) Rede de tubarão, cassapai e de monofilamento (Tchaz);
e) Todo tipo de rede com malha inferior a 30 mm.

Artigo 30º
**Espécies e Acampamento**
1-É expressamente proibida a captura de tubarão, raia, tartaruga marinha, mamatin e golfinho.
2-É proibida a instalação de acampamentos de pesca nas áreas de jurisdição do PNC.

Artigo 31º
**Devolução**
É obrigatório aos pescadores desportivos devolverem à água todos os peixes cartilagíneos capturados vivos durante a pesca (**tubarões, raias** e **peixe viola** ou **cassapai, tartaruga marinha, mamatim e golfino).** Em caso de morte, oferecer às comunidades mais próximas do parque.

Artigo 32º
**Multas**
1- A multa para a prática de pesca ilegal na zona 1 **é de 500.000 FCFA**.
2- A multa na prática de pesca ilegal na zona 2 é de **600.000 FCFA.**
3-A multa para a prática da pesca na zona sagrada é de **700.000 FCFA**.
4- As multas referidas nos números anteriores são aplicáveis aos residentes e não residentes.
5-Pela pesca desportiva não autorizada no Rio Cacine e Cumbijã, o infractor paga uma multa de **50.000 FCFA.**
6-Pela má prática da pesca desportiva, o infractor é punido com uma multa de **100.000 FCFA** e é confiscado todo o material de pesca aplicado na prática da infracção.
7- A prática de pesca comercial pelo pescador desportivo, o infrator é passivel de multa de **100.000 FCFA**.
8- A multa pela captura das espécies proibidas, o infrator é passivel da multa de **200.000 FCFA.**

SECÇÃO III
**Caça**
Artigo 33º
**Período de Caça**

A caça no interior do Parque só é permitida aos residentes para fins de subsistência e não para fins comerciais durante o período que compreende os meses de Novembro a Abril de cada ano, sendo considerado período de defeso e como tal proibida nos meses de Maio a Outubro.

Artigo 34º
**Arma de Fogo**
É obrigatório o registo de todas as armas de fogo existentes no interior do Parque e a declaração às respectivas autoridades da área e a direcção do parque.

Artigo 35º
**Animais Permitidos**
Podem ser objectos da caça as seguintes espécies: **Farfana, cabra de mato, joaquim doido, pombos, pato–marreco, porco do mato** (preto), **porco de espinho e esquilo** (Saninho).

Artigo 36º
**Animais Proibidos**
É absolutamente proibida a caça ou captura das seguintes espécies: **sin–sin, búfalo, muntum, tucurtacar**, **elefante, onça, hipopótamo, lontra, (macaco–*cão)* chimpanzé, gazela pintada, macaco, pato-ferrão, toupeiras, ganga, galinha de mato ,peixe – boi, gazela de lala, boca branca, alma beafada, pelicano, colhereiro, periquito, Frintamba e quaisquer outras espécies consideradas raras ou ameaçadas de extinção.**

Artigo 37º
**Outras Interdições**
1-É proibido transportar animais ou carnes de animais selvagens para fora dos limites do Parque;
2-É rigorosamente interdita a captura e a manutenção em cativeiro de animais selvagens.
3-É proibida a utilização de lastro.

Artigo 38º
**Zonas Proibidas**
1- É expressamente proibida a prática de caça comercial na Zona de parque.
2- É probida a caça na ilha de pássaro.

Artigo 39º
**Multas**
1-A utilização de arma de fogo sem autorizaçao da Direcção de Parque, o infrator é passivel de multa no valor de **50.000 FCFA.**

2-Qualquer pessoa apanhada a caçar as espécies dispostas no artigo **36º,** é punida com uma multa que oscila entre 2**50.000 FCFA à 500.000 FCFA/animal** e confisco de material usado na prática da infracção, sem prejuízo de responsabilidade criminal que ao caso couber.
3-É punido com uma multa de **100.000 FCFA/animal**, o residente do Parque que for apanhado a comercializar a carne, produto da caça.
4-O não residente que for apanhado a praticar a caça furtiva no interior do Parque é punido com uma multa de 2**50.000 FCFA/animal** e confisco da carne, arma e outros materiais usados na prática de infracção, sem prejuízo de responsabilidade criminal que ao caso couber**.**
5-O residente que hospedar caçador no Parque é passivel duma multa no valor de **25.000 FCFA/animal.**
6-O não cumprimento do previsto no artigo 37º, números 1 e 2, o infractor é punido com uma multa que oscila entre **50.000 à 150.000 FCFA/animal** e confiscada a arma.
7-A utilizacao de lastro, o infrator paga a multa no valor de **75.000 FCFA.**
8- O incumprimento do artigo 38º, a multa é de **100.000 FCFA**.

SECÇÃO IV
**Utilização dos Recursos Florestais – Agricultura**
Artigo 40º
**Estudo Ambiental**
É obrigatório fazer o estudo do impacto ambiental e sócioeconómico de qualquer projecto de desenvolvimento antes de ser implementado. O Conselho de Gestão deverá dar o seu parecer sobre o estudo e poderá delegar um elemento para fazer parte da equipa de estudo.
Artigo 41º
**Desmatação**
1-É proibida a desmatação para cultivo de arroz de *pam– pam* nas áreas centrais das grandes 16 florestas que constituem o parque.
2-É permitido o cultivo de arroz de *pam-pam* nas áreas de desenvolvimento durável, mediante a autorização da direcção do parque com parecer vinculativo dos membros de conselho de gestão.
Artigo 42º
**Abate Administrativo**
1-O abate administrativo pode ser feito como último recurso, ou seja, quando esgotadas todas as alternativas de prevenção e minimização do dano causado por um animal que apresenta o elevado risco humano ou prejuízos avultados e persistentes em uma determinada zona.
2- O disposto no número 1 deste artigo, pode ser feito mediante autorização prévia da direcção do parque e na base de informação técnica e cientifica do número de efectivo.

Artigo 43º
**Zona de Preservação Integral**

É expressamente interdita qualquer actividade de caça na zona de preservação.

Artigo 44º
**Permissão**
1-É permitida a queimada precoce entre os meses de **Novembro** e **Fevereiro** devidamente controlada e autorizada pelas autoridades competentes, apoiada pelo parque e população de cada área.
2- É autorizado o uso de mangal para fins domésticos, mediante a autorização da Direcção do Parque, ouvido o conselho de gestão.
3-De uma forma selectiva, somente na zona com maior densidade de palmeira, é permitida a utilização de *Corson* de palmeira.
4- Para fins do consumo é permitida a exploração de vinho de palma.

Artigo 45º
**Extracção de Mel e Óleo de Palma**
1- A extracção do mel é permitida entre o mês de **Maio e Julho**, desde que seja aplicada a técnica melhorada.
2- Para fins das cerimónias tradicionais é permitida a exploração de mel durante todo ano.
3- É permitida a campanha de extracção de óleo de palma entre o mês de **Abril e Julho**.
4- As populações para as suas subsistências podem cortar o regime da palmeira "chabéu" durante todo o ano.

Artigo 46º
**Corte de Cibe**
É interdito o corte de cibes (borrassus aethiopum) para fins comerciais. Apenas é permitido aos residentes do interior do Parque e das zonas periféricas para fins da construção das suas habitações, mediante a autorização do Director do Parque ouvido o conselho de gestão.

Artigo 47º
**Proibição**
1-É proibida a utilização de fogo descontrolado durante a época seca no interior do Parque.
2- É proibido o corte de mangal em toda a extensão do Parque, excepto os casos referidos no artigo 44º número 2.
3-É proibido o corte de madeiras por pessoas não residentes no parque. E é permitido o aproveitamento de árvores mortas para fins de uso doméstico (ou social), mediante uma autorização da Direcção do Parque e de Conselho de Gestão.
4- É proibido o corte de árvores de grande porte para a construção de canoas, salvo devidamente autorizado pela Direcção do Parque e do Conselho de Gestão.
5-É interdita a queimada das florestas, excepto para fins agrícolas, utilizando técnicas melhoradas (pára-fogos) em colaboração com a Direcção e Membros do Conselho de Gestão.
6-É proibído acolhimento das pessoas pela parte das comunidades, que pretendem fazer corte de madeiras e de cibes nas matas.

7- É interdita a extracção de vinho de cibe.
8-É interdito abate de palmeira para a extracção de vinho.
9- É proibida a extracção de carvão com paus vivos para comercialização.
10- É proibida a construção de casas, abertura de pontas e caça nos corredores.

Artigo 48º
**Multas**
1-O não cumprimento dos dispostos nos numeros 1 à 5 do artigo anterior, é aplicada a multa que oscila entre **25.000 FCFA à 500.000 FCFA** e é passivel da responsabilidade criminal nos termos da legislação em vigor.
2- Os dispostos nos números 6 à 9 a multa oscila entre **10.000 FCFA à 50.000 FCFA**.
3. Para os corredores, o infrator paga a multa no valor de **150.000 FCFA.**

## CAPITULO IV
## DA FISCALIZAÇÃO E DO FUNDO

SECÇÂO I
**Da Fiscalização**
Artigo 49º
**Princípio Geral**
A fiscalização se assenta no princípio directivo de dedicação, responsabilidade e compromisso em fazer cumprir a legislação e outros dispositivos regulamentares vigentes, valorizando a protecção e conservação dos recursos florestais, faunisticos e marinhos bem como seus ecossistemas dentro do limite do PNC.

Artigo 50º
**Responsáveis**
1- Sem prejuízo do disposto no capitulo VII da Lei Quadro das Àreas Protegidas, também podem ajudar na fiscalização, nomeadamente:
a) Agentes de segurança;
b) Administração local;
c) Poder tradicional;
d) Comunidade Local;
e) Delegações dos Serviços de Pescas;
f) Serviço Nacional de Fiscalização e Controlo de Actividades de Pesca-FISCAP.
g) Delegacias de serviços florestais;
h) Instituto portuário maritimo;
i) Guarda Nacional.
2- Todas as pessoas ou entidades não elencadas no número 1 do presente artigo podem fiscalizar quando houver a necessidade.

Artigo 51º
**Procedimento Administrativo**
1- O fiscalizador ao identificar a infração deve:
a) Preencher auto de notícia;
b) Preencher ficha de notificação;
c) Levar o infrator a sede do parque e ou o local mais próximo da sede.
2- Remeter o caso ao Director do Parque para proceder de acordo com a Lei Quadro das Áreas Protegidas e o presente regulamento interno.

Artigo 52º
**Cartões Especiais**
1-São atribuídos cartões de identificação aos agentes de fiscalização do PNC e aos pescadores residentes devidamente recenseados.
2- Os Cartões referidos no número anterior são intransmissíveis.

SECÇÃO II
**Fundos**
**Artigo 53º**
**Constituição**
Constituem os fundos do Parque às:
a) Taxas de entrada pagas pelos turistas e visitantes;
b) Taxas de observação dos animais pagas pelos turistas e visitantes;
c) Taxas da pesca desportiva;
d) Demais receitas previstas.
Artigo 54º
**Distribuição**

As receitas a que se referem o artigo anterior são assim distribuídas:
a) 40% para fundo especial do parque;
b) 30% para IBAP;
c) 20% para Administrações de Sectores concernentes.
d) 10% para o Tesouro Público.

CAPITULO V
**DISPOSIÇÕES FINAIS**
Artigo 55º
**Oscilação da Multa**
Toda a oscilação da multa disposta no presente documento é determinada observando a conduta e a culpa do infrator, a gravidade de ilicitude e o grau do dano.

Artigo 56º
**Destino do Materiais**
Os materiais objectos de infração terão destinos conforme o disposto no artigo 44º da Lei Quadro das Áreas Protegidas.

**Artigo 57º**
**Casos Omissos**
Todas as matérias não reguladas no presente diploma são supridas pela lei-quadro das áreas protegidas e demais leis, despacho do Director do IBAP e outros planos concernentes ao sector.
Artigo 58º
**Revogação**
Este diploma revoga todas as demais que lhe são contrárias ou semelhantes.

Artigo 59º
**Entrada em Vigor**
O presente regulamento entra em vigor logo após a sua adopção pela Assembleia do Conselho de Gestão do Parque.